UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

NATÁLIA BOUÇAS DO LAGO

Mulheres na prisão:
Entre famílias, batalhas e a *vida normal*

(Versão Corrigida)

São Paulo
2014

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

**Mulheres na prisão:
Entre famílias, batalhas e a *vida normal***

Natália Bouças do Lago

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em Antropologia.

Orientador: Prof. Dr. Júlio Assis Simões

(Versão Corrigida)

São Paulo
2014

Folha de aprovação

Nome: Natália Bouças do Lago

Título: Mulheres na prisão: entre famílias, batalhas e a *vida normal*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre.

Área de concentração: Antropologia

Aprovada em: ____ / ____ / ____

Banca Examinadora:

Prof(a). Dr(a). _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a). _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a). _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

*À Aidée e ao Divino, mãe e pai que me
ensinaram a lutar.*

Ao Samuel, irmão e comparsa.

Bom mesmo é dividir a vida com vocês.

Agradecimentos

Essa coisa de que a vida acadêmica é solitária é uma meia verdade. O processo da escrita passa, sim, por momentos de isolamento que ajudam a organizar as ideias, mas mesmo essas ideias ficam mais interessantes quando discutidas. A pesquisa se enriquece com as análises que são conspiradas. E ao longo desse mestrado tive sorte e convivi com muitas pessoas que conspiraram comigo, velhos conhecidos e gente que encontrei justamente por estar na universidade e na Antropologia. Só tenho a agradecer, não apenas pelas boas experiências que a pesquisa me trouxe, mas também pela generosidade de todos que percorreram o caminho comigo.

O Julio Simões, orientador querido, merece os maiores agradecimentos do mundo. Pela atenção, conversas e comentários que sempre me deram estímulo e ânimo para prosseguir. Agradeço ao Julio, também, pela troca de ideias, a (enorme) paciência, a amizade e a compreensão que transcendem qualquer tentativa de obrigada que eu possa tentar fazer aqui. Valeu por tudo, mesmo.

Para xs lindxs do Numas o meu agradecimento vai com o desejo de que a gente continue fazendo muita bagunça por aí, nas universidades e na vida: Bernardo Fonseca, Bruno Barbosa, Bruno Puccinelli, Gibran Braga, Gustavo Saggese, Isabela Venturoza, Lais Higa, Luiza Ferreira, Marcio Zamboni, Marcella Betti, Mariane Pisani, Marisol Marini, Michele Escoura, Pedro Lopes, Rafael Noleto, Ramon Reis, Renata Mourão, Rocío Alonso. Vocês fizeram esse período mais produtivo e mais divertido. Obrigada pelas leituras generosas e comentários tão certos sobre este trabalho. Deixo registrado meu amor eterno aos queridos e queridas da comissão de atividades: Gibran, Gustavo, Marcella, Marcio, Marisol e Pedro, o melhor companheiro de café e cigarros que eu tenho a sorte de ter.

O Numas ainda me apresentou a Isadora Lins França, com quem tive a felicidade de me encontrar no fim desse mestrado. Obrigada pelo apoio, estímulo e, sobretudo, pelo carinho, que fizeram dos momentos finais de escrita da dissertação um período muito maravilhoso para mim.

O grupo Prisões em Gênero foi o primeiro lugar de troca de ideias que o mestrado me trouxe, e continua sendo um espaço de conversas-delícia sobre o campo e sobre

nossas vidas. Agradeço à Bruna Bumachar, Natália Corazza Padovani e Natalia Negretti por essa possibilidade. Tenho em comum com as Natálias não apenas nossos nomes e campos de pesquisa, mas uma amizade que torna o trabalho ainda mais prazeroso.

Agradeço aos professores Gabriel Feltran e Heloísa Buarque de Almeida por acompanharem este trabalho nos diferentes momentos de sua execução: Gabriel discutiu comigo uma primeira versão do projeto e Heloísa foi uma das professoras com quem pude conviver em uma disciplina e também no Numas. Os comentários e sugestões no exame de qualificação foram determinantes para os caminhos da pesquisa. Obrigada, por fim, pela pronta disposição de ambos em participar da banca de defesa da dissertação.

Obrigada às professoras e professores da Antropologia da USP com quem convivi nesse período. Ana Claudia Marques, Heloísa Buarque de Almeida, Marta Amoroso, Paula Montero e Renato Sztutman foram responsáveis pelas disciplinas que cursei na pós-graduação e que fazem parte do meu processo de formação. À Laura Moutinho eu agradeço pelo interesse e pelas sugestões criativas às minhas angústias de pesquisa.

Agradeço também à Fapesp pela concessão da bolsa que financiou esse mestrado e permitiu que eu me dedicasse exclusivamente à sua execução.

Obrigada à Ivanete, Soraya e Rose, funcionárias do PPGAS-USP, pelo auxílio em muitos momentos e demandas urgentes. Agradeço também ao Celso, do Departamento de Antropologia, sempre disposto a ajudar.

Esses mais de dez anos de USP têm sido incríveis, sobretudo pelas pessoas fundamentais que conheci e que me fazem ter a certeza de que "os mais legais são das ciências sociais". Agradeço especialmente ao Augusto Capistrano, Bruno Ranieri, Celso Jorgetti, Daniel Vio e Táli Pires. À Maia Fortes e às fotos do Pedroca sorridente. Ao Flávio Mendes e à Taís Viudes, pela convivência e por terem me empurrado para começar essa vida de mestrado – isso aqui é culpa de vocês!

À Marina Gurgel Neves, obrigada pelos almoços, pasteis da feira e, sobretudo, por ser essa amiga-vizinha-companheira tão generosa. É bom dividir histórias contigo.

Ao Tiago Rangel, à Mari Sucupira e ao Carlos Freire agradeço o carinho, a troca de ideias e a convivência que me é tão cara. Junto com a Marina e com vocês as cervejas e os sambas, da raiz à folhagem, são mais divertidos.

Ao Felipe Moreira eu agradeço muitíssimo pela vida compartilhada de antes e pela amizade de sempre, indispensável.

À Milena Lima, amiga-irmã, agradeço a cumplicidade e presença constantes, ainda que a quilômetros de distância, e a paciência com as muitas mancadas da irmã ausente.

São “inenarráveis” os agradecimentos à Mari Tavares, a começar pela disposição em revisar esse texto em um prazo inexistente, e também pelo apoio e conversas-delícia sobre blogs de qualidade duvidosa e planos de negócios pro futuro. À Roberta Jereissati, um muito obrigada pela amizade e doçura, tão presentes e importantes ao longo desse período. Ao Lucas Brandão, um agradecimento pelas acolhidas sempre amorosas e festivas. A toda a turma do “gordinho”, meu obrigada pelos anos de convivência, conversas e polêmicas “em gerais”: Milena, Mari, Robs e Lucas, e também Chico Dayrell, Luís Felipe Hirano, Marcos Iki, Natalia Moraes, Otavio Zani, Paula Delage, Tulio Custódio, Sheila Cruz, Sidney Ferrer, Uyrá Lopes e Vando da Paz.

Obrigada aos amigos que fiz no PPGAS. Tive a sorte de viver esse período com pessoas muito queridas. Agradeço a convivência com todos da turma de 2011, em especial à Ane Talita, Bruna Triana, Mayã Martins e Tatiana Lotierzo. Ao Lucas Amaral, querido da Sociologia que eu conheci com esse mestrado. À Marina Barbosa, pelos sambas, cachaças, e papos. Ao Léo Bertolossi, esse furacão cheio de afeto. Ao querido Vitor Grunvald, pelas conversas, sempre boas e divertidas.

À Camila Mainardi, que também conheci no PPGAS, um agradecimento pelas muitas tardes na USP e na Mário de Andrade que construíram, com alegria, uma amizade dessas que se quer pra vida.

À Miriã Granato, amiga desde os tempos da escola. Obrigada pela companhia e pela infinidade de assuntos que a gente debate com tanto prazer.

À Alessa Camarinha, que me trouxe música em aulas tão divertidas. Pelas muitas coisas que descobri e aprendi contigo e que são a trilha sonora desse texto.

O pessoal da Ação Educativa teve o infortúnio de me acompanhar nos momentos mais difíceis de toda a caminhada: o início e o fim do mestrado. Raquel Souza e Magi Freitas, os agradecimentos a essas duas acolhidas nunca serão suficientes: muito obrigada! A vocês, e também à Babi Lopes e ao Gabriel Di Pierro, valeu pela parceria e pelo clima de trabalho mais incrível que há. A Babi ainda é companheira na criação de tradições que certamente se repetirão por muitos anos. À Carla Corrochano eu agradeço por ter participado desse processo em seu início. Aos Jades, aos dezenove, obrigada por me ensinarem tanto e despertarem em mim a vontade de continuar nesse caminho da educação.

Foram os primeiros contatos com o mundo da Justiça Criminal que me trouxeram a vontade de conhecer mais sobre as prisões. Agradeço sobretudo à Aline Yamamoto, Dennis van Wanrooij e Fabiana Leibl, a querida ex-equipe do Ilanud. A Thais Pavez, que conheci nesse período, é até hoje uma amiga e companheira de debates que sempre trazem olhares instigantes. Obrigada ainda à Fernanda Emy Matsuda, Bruna Angotti e Gorete Marques pelos encontros e sugestões que tanto ajudaram nesse processo.

O Grupo de Estudos e Trabalho *Mulheres Encarceradas* foi onde tive um primeiro olhar sobre a vida das mulheres presas. Um obrigada com admiração a todas vocês.

A Pastoral Carcerária me recebeu como uma das suas voluntárias e me possibilitou conhecer as mulheres que apresento na pesquisa. Agradeço a todas e todos, em especial à Heidi Cerneka, Margaret Gaffney e à Dona Duca, pelo carinho e apoio incondicional à pesquisa.

O agradecimento às minhas interlocutoras caminha ao lado da sensação de que nunca vou conseguir retribuir as suas acolhidas tão calorosas e a disposição em dividir comigo suas histórias, suas intimidades, suas vidas. Muito obrigada!

Agradeço, por fim, a toda a minha família, parte de mim e da minha “mineiridade”. Aos tios e tias, obrigada pelo carinho de sempre com a sobrinha sumida. Aidée, Divino, Samuel e Adriana: valeu pelo amor, o colo, o interesse, o apoio constante, a convivência (em Poços, em São Paulo, via skype) e, ainda, por entenderem minhas ausências e respeitarem minhas escolhas. Sempre me surpreendo com a generosidade e a compreensão de vocês.

As partidas. Eram sempre as mesmas. Sempre as primeiras partidas pelos mares. A separação da terra sempre se fazia em meio à dor e ao mesmo desespero, mas isso nunca havia impedido que os homens partissem, os judeus, os pensadores e os simples viajantes da viagem marítima, e isso nunca havia impedido que as mulheres os deixassem ir, elas que nunca partiam, que ficavam cuidando do lar, da raça, dos bens, da razão de ser do retorno.

Marguerite Duras, em *O amante*.

Resumo

O presente trabalho se propõe a compreender as elaborações, produzidas por mulheres em privação de liberdade, que buscam conectar os mundos de dentro e de fora da prisão. A pesquisa apresenta quatro principais personagens para discutir que o encarceramento altera profundamente as formas pelas quais as mulheres dão continuidade às relações previamente estabelecidas, mas não as retira completamente dessas mesmas relações e promove outras, antes inexistentes. O gênero é um marcador central para compreender o posicionamento dessas mulheres ao estabelecer expectativas e desempenhos específicos, e se articula à situação social dessas mulheres, pobres. As articulações entre os marcadores são aludidas ao longo do trabalho diante dos discursos que as personagens produzem sobre *família* e sobre seus relacionamentos amorosos. Tais formulações ajudam a situá-las no mundo da prisão e vincular a experiência do cárcere à vida na rua, tanto em relação ao período anterior à privação de liberdade como em relação às suas perspectivas de futuro.

Palavras-chave:

Gênero – Mulheres – Prisão – Família – Marcadores Sociais da Diferença

Abstract

This study seeks to understand the elaborations produced by women in prison seeking to connect the worlds inside and outside prison. The research presents four main characters to discuss that imprisonment deeply changes the ways in which women continue those previously established relations, but not completely cut off those relations and promotes other, previously nonexistent. Gender is a central marker to understand the positioning of these women to establish specific expectations and performances, and is articulated to the social situation of these women, poor. The joints between the markers are alluded throughout the work with the speeches that the characters produce about *family* and their relationships. Such formulations help to situate them in the prison world and link the experience of prison with the life on the street, in relation to the previous incarceration and to the expected future period.

Keywords:

Gender – Women – Prison – Family – Social Markers of Difference

Sumário

Apresentação	1
Quando elas aparecem	3
i) Mudança de perspectiva: do tráfico à família	6
ii) “Trabalhadores” e “bandidos”	9
iii) Mulheres e família	11
iv) Recolocando o problema	14
v) Gênero, classe e suas articulações	17
vi) Das estratégias para contar histórias	19
vii) A busca pela chave ou a entrada no campo	21
viii) Escolher os pertences, entrar na prisão: o roteiro da dissertação.....	25
1 A chave da prisão.....	26
i) Os caminhos que levam ao pátio.....	26
ii) A prisão em visitas, trabalho e educação	32
iii) PCC e algumas distinções.....	35
iv) Uma crítica da prisão	39
v) Notas sobre uma dinâmica da cadeia.....	41
vi) Um contraponto: Dita, sofrimento e agência.....	44
vii) Uma tentativa de se apropriar da chave	52
2 Retalhos de uma Ana: mãe, perigueti, traficante	54
i) A filha da Ana	55
ii) Da família e dos amores	61
iii) Do crime e das drogas	65
iv) Anna de Amsterdam	68

3 Duas mulheres na batalha: cadeias, drogas e maridos	70
i) Mariana, a sofredora	71
ii) Mariana e o caminho de redenção.....	74
iii) Cris: Corajosa e destemida	76
iv) Conversas entre batalhadoras.....	85
Considerações Finais	87
Referências Bibliográficas	90

Apresentação

- A senhora tem filhos?
- Não, não tenho.
- Mas a senhora ainda é jovem, né?! Deve ter o quê, uns 25?
- Não, 27.
- Ahhhh... Mas, se Deus quiser, a senhora há de ter filho!

Quando eu dizia a quem perguntasse que pesquisava mulheres presas, a maior parte das pessoas fazia a mesma expressão compadecida que uma mulher fez, na prisão, quando conversamos sobre filhos. Para ela, não ter filhos sendo uma mulher com vinte e muitos anos é meio triste e muito estranho. E essas mesmas sensações (o estranhamento e a tristeza) estiveram presentes na maior parte das conversas com as pessoas que vivem do lado de fora dos muros.

Há, sim, muito sofrimento na prisão. E isso não pode, em absoluto, ser diminuído. Mas os mundos de dentro e fora são menos diferentes do que parecem.

Fui para a prisão com uma série de pressupostos que, talvez, reforçassem essa distinção de mundos. Lá, porém, me deparei com questões outras, colocadas pelas mulheres que estão ali, que as aproximam do mundo de cá. Somos, sim, muito diferentes; pertencemos a grupos sociais distintos, temos trajetórias distintas que, conseqüentemente, desembocam em concepções distintas sobre muitas questões. Mas a diferença que se tornou mais gritante ao longo dessa pesquisa é simples: ao contrário de mim, elas foram marcadas pelo sistema de justiça. Ao contrário de mim, elas já viviam o cárcere antes de serem presas, diante da prisão de pessoas queridas. Em dado momento de suas vidas, sentiram na própria pele – não mais na pele de maridos, filhos, amigos e conhecidos – a vida na prisão. E mobilizam âmbitos diversos de suas vidas para formularem essa experiência, experiência esta que afeta

abruptamente as suas relações e demanda a produção de outras, mas não as retira completamente dos seus lugares.

A proposta dessa dissertação é discutir algumas das formas pelas quais as mulheres, na prisão, negociam posições e projetos que articulam suas vidas dentro e fora do cárcere. As variações nesses mecanismos de negociação passam pelo gênero e por uma série de expectativas constituídas diante do gênero que aludem às elaborações que as mulheres fazem das suas vidas, dos seus relacionamentos e de suas famílias. Essas elaborações, marcadas pelo gênero, ganham corpo se analisadas diante das expectativas de classe que perpassam a vida dessas mulheres.

Em última análise, as questões trabalhadas ao longo do texto poderiam ser discutidas com mulheres fora de instituições prisionais. Mas esta análise produzida a partir de uma pesquisa com mulheres fora do cárcere faria com que o texto deixasse de ter uma aspiração fundamental: questionar esse estranhamento inerente à imagem convencional da prisão, mostrar que as mulheres ali encarceradas são Anas, Ditas, Marianas. Mulheres que pensam e formulam sobre suas vidas.

Quando elas aparecem

O Brasil é um dos países com a maior taxa de encarceramento do mundo. As informações coletadas pelo Departamento Penitenciário Nacional (Depen) indicam que temos 548 mil¹ mulheres e homens privados de liberdade, condenados ou aguardando julgamento e presos provisoriamente. A maior parte das acusações e condenações que levam essas mulheres e homens à prisão é referenciada nos crimes contra o patrimônio (furto, roubo, latrocínio) e naqueles relacionados ao tráfico de drogas.

Em números absolutos percebemos que há muito mais homens do que mulheres presas; ainda de acordo com os dados do Depen², os homens correspondem a mais de 93% da população carcerária nacional. Contudo, a proporção de mulheres presas vem aumentando em maior velocidade, em termos relativos. Nos últimos anos, a população carcerária de homens cresceu em ritmo menor do que aquele observado entre as mulheres. Em artigo recentemente publicado em uma revista de circulação nacional, algumas organizações de defesa dos direitos de pessoas encarceradas afirmam que, nos últimos dez anos, o aumento da população carcerária de mulheres foi de 260%, em comparação ao aumento de 105% da população de homens presos³.

¹ Informação do Departamento Penitenciário Nacional (Depen) referente a dezembro de 2012. Inclui as pessoas presas em penitenciárias e delegacias. Disponível em:

<http://portal.mj.gov.br/main.asp?View=%7BD574E9CE-3C7D-437A-A5B6-22166AD2E896%7D&Team=¶ms=itemID=%7BC37B2AE9-4C68-4006-8B16-24D28407509C%7D;&UIPartUID=%7B2868BA3C-1C72-4347-BE11-A26F70F4CB26%7D>. Acesso em 19/05/2013.

² Os dados do Depen são obtidos junto às secretarias estaduais responsáveis pela gestão prisional em cada estado e podem estar sujeitos a subnotificações. No caso específico de São Paulo, o órgão responsável pelas prisões é a SAP (Secretaria de Administração Penitenciária), que não disponibiliza informações atualizadas da população carcerária das suas unidades. No entanto, pesquisas realizadas por núcleos de estudos e organizações da sociedade civil obtiveram resultados parecidos no que concerne às acusações mais recorrentes no aprisionamento de mulheres e homens em São Paulo. Destas, destaco três: a pesquisa do Núcleo de Estudos da Violência (NEV-USP); a do Instituto Sou da Paz; e a do Instituto Terra, Trabalho e Cidadania, todas de 2012.

³ Publicado na Carta Capital, o texto intitulado “Agenda para a política prisional - Por um programa nacional de desencarceramento e de abertura do cárcere para a sociedade” foi assinado pelos grupos *Mães de Maio*, *Pastoral Carcerária*, *Instituto Práxis* e *Margens Clínicas*. Disponível em:

Vale dizer que o estado de São Paulo é aquele que concentra a maior população carcerária nacional, de homens e mulheres⁴.

O aprisionamento das mulheres é, em larga medida, consequência das abordagens cada vez mais punitivas diante das práticas socialmente circunscritas em torno do que chamamos *tráfico de drogas*.

As atividades relacionadas ao comércio de drogas, tipificadas como tráfico, tornaram-se crimes hediondos na década de 1990. Essa classificação impede o acusado de responder em liberdade ao longo do processo, imputa penas de reclusão mais longas do que as aplicadas aos crimes comuns e impõe um período maior de cumprimento da sentença em regime fechado antes de possibilitar a progressão da pena para medidas não privativas de liberdade⁵. Mais recentemente, em 2006, a Lei 11.343/2006 (a chamada “Nova lei de drogas”) entrou em vigor e buscou descriminalizar o usuário, mas aumentou a punição ao traficante⁶. A nova legislação também manteve a cargo da autoridade judicial a definição quanto às quantidades de drogas que configuram uso ou tráfico, de acordo com o caso. Essa abertura valoriza a subjetividade da decisão e mantém a discricionariedade dos operadores, o que dá margem ao aprofundamento da seletividade do sistema de justiça⁷. Assim, ela revigora a política de privação de liberdade voltada a traficantes, grandes ou pequenos⁸.

<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/agenda-para-a-politica-prisional-1057.html>. Acesso em 23/11/2013).

⁴ O Estado de São Paulo possuía, em dezembro de 2012, mais de 195 mil pessoas privadas de liberdade (ou, cerca de 35% da população carcerária nacional); destes, 12.674 são mulheres. Dados do Depen referentes a dezembro de 2012.

⁵ O Superior Tribunal Federal (STF) já tem resoluções que possibilitam aos acusados por tráfico de drogas o direito de responderem ao processo em liberdade, decisão que, em teoria, criaria uma jurisprudência e poderia ser replicada em todo o território nacional. No entanto, não é a prática mais observada no sistema de justiça.

⁶ A legislação anterior a 2006 previa, em seu artigo 12, a reclusão de 3 a 15 anos e multa para condenações por tráfico (Lei 6368/76). A partir da Nova Lei de Drogas, o artigo 33 estabelece como punição para tráfico uma pena de reclusão de 5 a 15 anos, mais multa. Esse aumento da pena mínima para 5 anos impede que a condenação por tráfico seja convertida para uma restritiva de direitos, o que possibilitaria o cumprimento das medidas em liberdade.

⁷ O artigo da Nova Lei de Drogas que outorga ao juiz a decisão sobre a droga apreendida ser considerada *uso* ou *tráfico* deixa claro o caráter seletivo do sistema de justiça quando remete aos critérios que devem ser considerados na definição: “Para determinar se a droga destinava-se a consumo pessoal, o juiz atenderá à natureza e à quantidade da substância apreendida, ao local e às condições em que se

Vale dizer que as discussões sobre os efeitos da Nova Lei de Drogas na população prisional e as alternativas às imprecisões da lei que concedem uma grande margem de subjetividade à diferenciação entre tráfico e uso de drogas dão lugar a controvérsias entre especialistas. O estabelecimento, em lei, das quantidades de droga que seriam consideradas para dividir os flagrantes entre “uso” e “tráfico” é um dos exemplos de discordância entre especialistas e operadores do Direito que discutem a legislação de drogas.

Grillo, Policarpo e Veríssimo (2011) analisam alguns dos impactos da Nova Lei de Drogas no Rio de Janeiro e argumentam que a legislação proporciona espaço para práticas policiais arbitrárias. Segundo os autores, a distinção entre uso e tráfico no flagrante do porte de drogas torna-se *mercadoria política*, “uma mercadoria cuja produção ou reprodução depende fundamentalmente da combinação de custos e recursos políticos, para produzir um valor de troca político ou econômico” (Misse, 1999, *apud* Grillo, Policarpo e Veríssimo, 2011, p. 138). Segundo a pesquisa, a decisão da tipificação criminal realizada na Polícia Civil baseia-se na palavra de quem conduziu o flagrante à delegacia, geralmente um policial militar. O espaço da discricionariedade se estabelece desde o flagrante e caminha ao lado da decisão entre considerar a quantidade de droga apreendida como uso ou tráfico.

A mesma pesquisa levanta informações que sugerem que a Nova Lei de Drogas poderia impactar o aumento da população carcerária tendo em vista que as punições dirigidas aos traficantes preveem penas mais longas de prisão (Boiteux *apud* Grillo, Policarpo e Veríssimo, 2011). Essa sugestão é coerente com o contexto das prisões de mulheres, motivadas, em parte considerável dos casos, por acusações e condenações relacionadas ao tráfico de drogas.

desenvolveu a ação, às circunstâncias sociais e pessoais, bem como à conduta e aos antecedentes do agente”. (Lei 11.343/2006, Art. 28, § 2º).

⁸ Vale dizer que outra lei de drogas, ainda mais rigorosa do que a vigente, vem sendo discutida no Congresso.

i) Mudança de perspectiva: do tráfico à família

A presente pesquisa surgiu diante do quadro de aprisionamento crescente de mulheres e sua íntima relação com o tráfico de drogas e partiu de algumas interpretações geralmente vinculadas a esse quadro. A principal – que possui bastante aderência diante de elementos identificados na prisão dessas mulheres – é que elas agem para auxiliar seus “homens” – maridos, companheiros, namorados, irmãos, pais – e acabam sendo presas durante o processo. Há, inclusive, uma proporção significativa de mulheres presas por tráfico que foram flagradas dentro do próprio sistema penitenciário, tentando entrar com drogas para seus “homens”.

Há ainda a percepção, por parte dessas mulheres e referenciada na literatura, de que o comércio de drogas não requer, necessariamente, um envolvimento profundo e exclusivo com um “mundo do crime”⁹, possibilitando a articulação de uma dita *vida normal*¹⁰ com atividades ilegais realizadas pontualmente. A dinâmica do tráfico de drogas, sobretudo no comércio de pequenas quantidades, possui especificidades que, como ressalta Cunha (2006), possibilitam a criação de nichos facilitadores à entrada das mulheres, ainda que elas se insiram de forma periférica e sejam facilmente substituíveis. A elas seria possível se envolver com o comércio da droga e, cumulativamente, responsabilizar-se por outras demandas cuja responsabilidade é outorgada às mulheres – o sustento e o cuidado com a casa e os filhos, por exemplo.

Algumas das mulheres, organizações e militantes em defesa de direitos de mulheres presas¹¹ também se utilizam de outra explicação para responsabilizar o tráfico pelo

⁹ Feltran (2008) afirma que seu uso da expressão “mundo do crime” parte de uma acepção “nativa” e utiliza a expressão para designar “o conjunto de códigos sociais, sociabilidades, relações objetivas e discursivas que se estabelecem, prioritariamente no âmbito local, em torno dos negócios ilícitos do narcotráfico, dos roubos, assaltos e furtos” (p.31). Ramalho (2008 [1979]) se utiliza da expressão sendo que em sua análise “o desvendamento do *mundo do crime* passa necessariamente pela compreensão dessa categoria-chave que é a *massa do crime*, conjunto de normas de comportamento, de regras do “proceder”, que regem a *vida do crime* dentro e fora da prisão” (p. 15).

¹⁰ Aqui faço referência à fala de Cris, personagem do capítulo 3. Presa por tráfico, ela comentou que encarava a atividade como um trabalho como outro qualquer e levava uma “vida normal”. Aliada a essa ideia, afirmava que “a gente não tinha aspecto de bandido”.

¹¹ Ainda que a situação econômica e a desigualdade social sejam questões trazidas por muitas das organizações que atuam na defesa de direitos das pessoas presas, aqui penso, especificamente, nas

fenômeno do encarceramento de mulheres: o sofrimento diante de dificuldades econômicas e a necessidade de prover o sustento da família, contexto que as levaria a buscar retornos financeiros com a realização de atividades vinculadas ao tráfico. A plasticidade da atividade que permite esse envolvimento pontual das mulheres pode se articular a essa tese se considerarmos a possibilidade que se abre, com o tráfico, de obter ganhos paralelos à realização de atividades legais.

Essa necessidade de lidar com o “sustento” da família pode se relacionar tanto àquelas mulheres que são as únicas – ou principais – responsáveis pela renda da casa, mas também às mulheres que trabalham diante da perspectiva que encara os seus ganhos como complementares à renda obtida pelo marido. De todo modo o trabalho remunerado das mulheres, ainda que percebido como uma necessidade circunstancial e não um ideal a ser buscado, é frequente em pesquisas mais antigas sobre família e classes populares (Caldeira, 1984; Durham, 2004 [1980]; Zaluar, 1985). A despeito de ser enunciada nas hipóteses relacionadas ao envolvimento das mulheres com o tráfico de drogas, proponho retomar essa discussão mais à frente, para problematizar a análise das interlocutoras da pesquisa que viam no tráfico um trabalho como outro qualquer.

Em artigo recentemente publicado, Cordeiro (2013) apresenta a pesquisa que realizou com mulheres privadas de liberdade no Talavera Bruce, penitenciária situada no Rio de Janeiro. Ao fazer um balanço das produções brasileiras que discutem as mulheres presas, a pesquisadora afirma que os estudos geralmente concentram-se em discutir representações da criminalidade feminina, o perfil sociodemográfico dessas mulheres e as circunstâncias que envolveram as prisões, e indica, ainda, que vêm crescendo os estudos sobre maternidade e religiosidade no cárcere de mulheres; gênero e sexualidade, por sua vez, continuam sendo aspectos negligenciados nos olhares para essas mulheres.

Ao longo da realização das disciplinas na pós-graduação e do desenvolvimento da pesquisa de campo em unidades prisionais de mulheres, por meio da Pastoral

abordagens percebidas na Pastoral Carcerária e no Grupo de Estudos e Trabalho (GET) Mulheres Encarceradas, nos quais participei anteriormente à pesquisa e durante a sua realização. Ambos serão apresentados no tópico relativo ao desenvolvimento da pesquisa de campo.

Carcerária¹², algumas questões ainda relativas à participação de mulheres no tráfico foram impulsionadas em detrimento de outras, deixadas em suspenso; seria necessário investigar essa mesma participação sob a perspectiva delas. De que maneira encaravam seu próprio envolvimento com a prática? Existiriam no tráfico especificidades recortadas pelo gênero? Em que medida ser mulher possibilitaria arranjos diferentes nas atividades envolvidas no tráfico para além das articulações possibilitadas pela plasticidade da atividade?

Com efeito, a recolocação das perguntas permitiu um melhor delineamento de um objeto de pesquisa, mas não reverberou em campo. Se eu buscava conversar sobre a vida daquelas mulheres antes do cárcere na tentativa de entrar no assunto “tráfico”, elas queriam conversar sobre outras coisas. Falavam sobre o dia-a-dia do cárcere, as fofocas e as brigas, o sofrimento e a solidão. Contavam sobre as festas e as famílias. Mostravam cartas e fotografias, dividiam os planos para o futuro fora dali¹³. Independentemente de meus esforços para dirigir o foco para o tema da participação das mulheres no tráfico, as questões que emergiam e mobilizavam as interlocutoras diziam respeito às suas vidas pessoais, relacionamentos e família.

Fonseca (2007), ao comentar o pouco interesse das discussões sobre família entre os cientistas sociais nas últimas décadas, faz uma provocação que serviu bem para rever as perspectivas iniciais desta pesquisa: “É como se o material sobre as relações familiares emergisse *apesar* dos analistas” (p.9). Enfrentando a provocação, passei a discutir com as mulheres os temas sobre os quais elas efetivamente queriam falar.

Em meio às conversas, alguns pontos tornavam-se recorrentes. A convivência com a “droga” era compartilhada pelas minhas interlocutoras, seja por conta das atividades que levaram ao aprisionamento por “tráfico”, seja pelo uso contínuo de substâncias – ou pela articulação entre essas duas formas de contato. A prisão, além de ter sido o espaço privilegiado de diálogo com essas mulheres, também estava muito presente em suas falas – não somente a partir das suas próprias experiências de

¹² Os detalhamentos sobre a pesquisa de campo serão apresentados logo à frente.

¹³ Agradeço a leitura e os comentários preciosos dos professores Gabriel Feltran e Heloísa Buarque de Almeida no exame de qualificação, fundamentais para perceber as informações que o campo proporcionava – ainda que fossem distintas daquelas que eu, a princípio, buscava.

encarceramento, mas também pelas experiências com o cárcere vivenciadas por filhos, maridos, vizinhos e conhecidos. Com efeito, como nota Telles (2009, p. 172), “indivíduos com passagens pelos dispositivos judiciais-carcerários são cada vez mais presentes no cenário urbano atual”. *Família*, portanto, tornou-se questão diante da persistência das mulheres em contarem sobre suas famílias e de produzirem mediações entre suas experiências familiares e a vida no cárcere.

ii) “Trabalhadores” e “bandidos”

A experiência social das classes populares é marcada pelas associações que são constituídas entre pobreza e criminalidade. Os “trabalhadores” e “bandidos” se colocam em oposição, como indica Zaluar (1985), mas não há uma segregação absoluta entre as duas categorias, que coexistem e, em alguns momentos, são anuladas em favor de uma estigmatização que classifica a todos como “bandidos”. Zaluar estabelece dois movimentos relacionados à convivência dessas categorias em um mesmo bairro que caminham para momentos de diferenciação e de “identificação”. Há, por um lado, uma diferenciação entre “trabalhadores” e “bandidos” constituída, sobretudo, diante das relações estabelecidas com o mundo do trabalho. No entanto, a “identificação” de todos os que vivem no bairro com a categoria “bandido” opera em contextos que perpassam as relações com o Estado e, sobretudo, com a ação policial – quando todos, “trabalhadores” e “bandidos”, são tratados como pertencentes à última categoria.

A coexistência e a confusão entre as duas categorias operam não apenas entre os moradores dos bairros, mas também dentro das famílias. Feltran (2011) constrói a trajetória de uma família formada por “trabalhadores” e “bandidos” com muitos de seus membros marcados pela experiência da prisão. A distinção entre essas duas categorias é apresentada pelo autor diante das formas pelas quais opera em diferentes níveis: no interior da família, na sociabilidade local e na forma como toda a família e seus pares são vistos no espaço público.

No interior da família, os filhos que não aderiram ao “mundo do crime” se valem da distinção “trabalhador” para distinguir suas trajetórias daquelas de seus irmãos que, em diferentes medidas, se envolveram com atividades consideradas criminosas; mas, como afirma Feltran, os irmãos que não se envolveram “são obrigados a encontrar justificativas para o fato de *não* terem “optado” pelo crime.” (Feltran, 2010, p. 410). A justificação que aparece em seus discursos faz referência ao fato de que o crime deveria render mais ganhos do que efetivamente rende. Os irmãos que se envolveram com o “mundo do crime”, por sua vez, não se valem da distinção “bandido” para se constituírem enquanto grupo, mas ressaltam as compensações financeiras das quais toda a família se beneficia. Não há, assim, uma diferença intransponível estabelecida entre os “trabalhadores” e os “bandidos”, ao menos entre os familiares. Segundo Feltran, os “trabalhadores” são os provedores simbólicos, orgulham a mãe; os “bandidos” garantem o sustento da família.

Se duas categorias coexistem no interior da família, são dissolvidas em episódios onde todos são considerados “bandidos”. Enquanto as operações policiais de rotina mantinham a separação dos filhos da mesma família em dois grupos e incidiam sobre os “bandidos” das famílias, operações policiais mais amplas não atuam diante dessa distinção; a identificação de “bandido” recai não apenas sobre as pessoas associadas a um envolvimento com o crime, mas também sobre aqueles próximos a elas¹⁴. A distinção entre “trabalhadores” e “bandidos”, que funciona no interior da família, deixa espaço para uma vitimização generalizada, onde todas e todos são suspeitos.

A convivência em uma mesma família entre pessoas com e sem envolvimento com atividades consideradas criminosas aparecia também entre as interlocutoras da pesquisa. As experiências com aprisionamentos para além dos seus próprios períodos de cárcere e a vivência mais ou menos intensa com atividades ligadas ao crime – representadas, sobretudo, pelo comércio de drogas – eram questões que permeavam suas relações familiares.

¹⁴ Feltran usa os exemplos da Operação Saturação e do período posterior aos ataques do PCC, em 2006, para falar sobre a associação indiscriminada de todos os filhos da família com a categoria “bandido”. Naqueles contextos, pouco importava ter uma ficha sem antecedentes criminais – a polícia reprimia a todos.

iii) Mulheres e família

Há na literatura que discute mulheres e famílias de classes populares uma série de questões que ecoam nesta pesquisa. Por um lado, existem percepções de que determinadas famílias seriam mais “estruturadas” do que outras – e as mulheres aqui apresentadas discutem suas próprias concepções de família também diante dessas percepções. Há, ainda, uma identificação das mulheres como guardiãs da moral da família, e responsáveis pela sua continuidade. Se a mãe da família pesquisada por Feltran vivenciava um sofrimento intenso na tentativa de produzir alguma unidade, as interlocutoras desta pesquisa são, muitas vezes, vistas com outros olhos: percebidas como pertencentes a famílias desarranjadas, ao mesmo tempo que são apontadas como culpadas pelo desarranjo de suas famílias.

Zaluar (1985) comenta que as famílias que participaram da sua pesquisa apresentavam, de modo geral, uma demarcação clara dos papéis femininos e masculinos. Enquanto os maridos tinham a responsabilidade de serem os provedores principais, cabia às mulheres a gerência da casa e a socialização das crianças. Esse lugar das mulheres – de responsabilidade pela socialização e, deste modo, pela transmissão dos valores morais – é utilizado pela autora para fazer referência à presença das “famílias matrifocais” na “organização social dos trabalhadores pobres” (Cardoso e Durham, 1977 *apud* Zaluar, 1985). A mãe, segundo a autora, “tem importância crucial no estabelecimento e reforço de suas redes de relações, na transmissão dos valores morais do grupo, e, acima de tudo, na atividade que os possibilita afastar-se da fronteira que separa a miséria da pobreza”.

Em Sarti (2005), a diferenciação de papéis entre o homem e a mulher na família é também bastante demarcada, mas enquanto ao homem caberia a mediação com o mundo externo (e, assim, a manutenção da moralidade), a mulher se responsabilizaria pela manutenção da *unidade* do grupo – o aspecto do cuidado e a garantia de que tudo está em seu lugar.

As mulheres das classes trabalhadoras aparecem nessa literatura a partir de lugares diversos. Elas se colocam como colaboradoras na obtenção dos ganhos da família, sobretudo quando essa demanda se impõe diante das dificuldades financeiras. Ainda, elas são as responsáveis pela socialização dos filhos e, em grande medida, pela manutenção da moral na família; cabe a elas guardar a moralidade.

A visão de que existem modelos *certos* e *errados* de família será apresentada diante do debate sobre a *matrifocalidade*, que faz referência às famílias chefiadas por mulheres¹⁵. Neves (1985) discute esse arranjo a partir de uma perspectiva que o enxerga como uma variação dos padrões sociais que seria a resposta a uma estratégia de sobrevivência diante da impossibilidade de reprodução da organização (que seria) dominante: pai, mãe, filhos. Assim, a matrifocalidade aparece não de maneira independente, mas como estratégia que substituiria, pelo período necessário, a constituição “relativamente estável” de família; o matrimônio continuaria sendo um valor, e um valor desejável. Além de transitória, a matrifocalidade expressaria uma “acentuação do desempenho do papel da esposa” quando a complementaridade entre marido e mulher estaria prejudicada.

O trabalho da mulher seria, nessa abordagem, percebido como complementar ao trabalho do homem – ainda que se afirme que o trabalho delas como empregadas domésticas¹⁶, por exemplo, poderia ser um fator de ampliação do poder interno à família por constituir “um saber específico que assegura a manipulação de valores e relações” (p.204). Apesar de reconhecer a matrifocalidade como existente, Neves não a descreve como um tipo de família, mas como “uma alternativa construída para se enfrentar as tensões e crises de reprodução de famílias nucleares”. A organização das famílias centralizada nas mulheres seria, assim, resultado de um desarranjo e fonte de conflitos.

¹⁵ Woortmann e Woortmann (2002) retomam uma literatura sobre monoparentalidade e chefia feminina e afirmam que “o monoparentalismo feminino é cinco vezes maior que o masculino, espelhando talvez a permanência de uma ideologia de gênero tradicional, onde “criança é assunto de mulher”.” (p.27).

¹⁶ O trabalho como empregada doméstica permitiria acessar bens materiais preteridos por outros grupos sociais (os patrões).

Já Fonseca (2000) propõe uma discussão sobre a lógica subjacente à organização familiar nos segmentos populares baseando a análise nas relações de consanguinidade. A autora parte de uma proposta distinta daquela que organiza a elaboração sobre família a partir de um modelo (que seria o correto) e variações (que seriam situacionais); defende, ao invés, o reconhecimento da diversidade de arranjos e da existência de “modelos alternativos”. A autora também nega a ideia de que arranjos alternativos de família sejam necessariamente resultantes de estratégias de sobrevivência, argumentando que esses outros modelos não são exclusivos dos segmentos populares.

A noção de matrifocalidade é problematizada por Fonseca a partir de uma retomada da elaboração produzida por R. T. Smith, que indica as mulheres enquanto mães como o centro das relações sociais e familiares e, posteriormente, o “centro de uma coalizão econômica e política (decision-making coalition) junto com seus filhos” (Smith, 1973 *apud* Fonseca, 2000, p. 64). No entanto, o caso estudado pela pesquisadora apresenta distinções que colocam em questão o uso da matrifocalidade como referência. Mesmo nas redes de ajuda mútua entre as mulheres, há a necessidade de apoio da presença masculina. A dependência dos homens é ilustrada pelo controle sobre as finanças. As mulheres não controlam o dinheiro da casa e dependem do marido para qualquer despesa. Dessa forma, o auxílio a parentes, por exemplo, passaria pela necessidade de apoio do marido. Essa relação alienada com o dinheiro existiria mesmo quando a mulher possui uma remuneração, fator que não aumenta seu *status* dentro da casa: ainda que tenha um trabalho, o controle do dinheiro seria do marido.

Fundamentalmente, a autora retoma criticamente uma produção sobre família e chega à crítica da própria noção de matrifocalidade, que não funciona conceitualmente se o poder que seria das mulheres é extremamente mediado por homens, seja por meio do casamento, seja pela existência de laços consanguíneos.

Interessante notar que o caráter de desarranjo e potencial produtor de conflitos vinculado à noção de matrifocalidade tal como se apresenta em Neves (1985) pode ser percebido se traçado um paralelo com algumas falas que remetem a mulheres acusadas de envolvimento com delitos. Julita Lemgruber (2010), ao lembrar histórias

do período em que fazia pesquisa na Penitenciária Feminina Talavera Bruce, no Rio de Janeiro, relata um diálogo com um funcionário da penitenciária que entende o envolvimento de mulheres com o crime como um desarranjo:

- Pra mim, mulher delinquente pela segunda vez tem de mandar esterilizar. Não pode ser mãe, não tem condições de educar uma criança.
- Então perguntei:
- E o homem que for reincidente? Tem que ser castrado?
- Claro que não. Com homem é diferente. (Lemgruber e Paiva, 2010, p. 28).

As próprias presas levantavam a diferença de percepção de homens e mulheres infratores e a imagem que elas possuíam de si mesmas:

Não há mulher tão oprimida como a mulher marginal. (...) Ela é alguém que se perdeu, portanto, uma mulher que não presta. Para o homem, ser malandro pode ser uma arte. Para a mulher, ser marginal nunca será uma arte. Será sempre uma desonra. O próprio malandro vai recriminá-la por estar presa, largando os filhos à própria sorte. (Lemgruber e Paiva, 2010, pp. 28-29).

Para além da noção de desarranjo, os relatos apontam para uma crítica da mulher que cometeu delitos como incapaz – ou não merecedora – de cuidar dos filhos. Esse mesmo olhar é reproduzido na trajetória de Ana, uma das interlocutoras desta pesquisa, conforme mostraremos no segundo capítulo. Ana teve sua filha na prisão e seus familiares não obtiveram a guarda provisória da criança sob a justificativa de que não teriam as condições de criá-la. Em sua defesa, e na tentativa de recuperar a custódia da menina, Ana ressalta que *tem família*.

iv) Recolocando o problema

A retomada sobre aspectos de produções sobre família e classes populares ajudou-nos a levantar as noções mobilizadas pelas interlocutoras da pesquisa diante do entendimento da família como “uma noção política e científica historicamente situada” (Fonseca, 2007). Com efeito, as mulheres aqui apresentadas mobilizam noções de “família” para elaborar suas experiências na prisão. Essa tentativa de conectar as concepções de família aqui debatidas às elaborações das mulheres que colaboraram com a pesquisa é motivada por uma advertência da própria Fonseca:

“A família” não deixa de ser apreciada enquanto um valor de importância crucial para muitas pessoas. Porém, fica acordado que usar essa “categoria nativa” como termo analítico encerra certo perigo. Arrisca criar uma confusão que coloque a ciência a serviço das verdades conservadoras do senso comum. (Fonseca, 2007, p. 16).

Quando discute família e os lugares nela ocupados por mulheres e homens pobres, Sarti (2005) conclui seu argumento com a afirmação de que “família” seria uma “linguagem através da qual os pobres traduzem o mundo social, orientando e atribuindo significado a suas relações dentro e fora da casa.” (p.32).

As mulheres presas com quem conversei atribuem valor às suas famílias e constroem noções de família que dialogam, como argumento e contra-argumento, com concepções outras presentes no cárcere – que saem da boca de colegas encarceradas, de agentes prisionais, do sistema de justiça. É, portanto, uma “categoria nativa” que ajuda a elaborar significados para as experiências dessas mulheres com a prisão – ou, nos termos de Sarti, uma linguagem que serve à tradução do mundo social. E é como categoria nativa que se pretende discutir os significados atribuídos à “família” pelas mulheres aqui apresentadas.

Ainda que a prisão não seja o centro das discussões propostas por essa dissertação, ela foi o local onde parte da pesquisa se desenvolveu e atravessa as trajetórias dessas mulheres para além das suas próprias experiências com o cárcere. A despeito de as relações com a droga e o tráfico não (mais) serem o fulcro de meu interesse na trajetória dessas mulheres, a prática é incorporada nessas mesmas trajetórias por meio das condenações que as encarceraram e o uso contínuo de substâncias. A prisão e o tráfico são dois aspectos presentes nas histórias dessas mulheres e nas relações que elas estabelecem, tanto com as suas famílias quanto dentro da própria prisão. Durante todo o tempo, o cárcere e a droga constroem e mediam relações com filhos, namorados, maridos e, em última análise, com os próprios *agentes* da Pastoral Carcerária.

Em um dos muitos dias de visita à penitenciária, uma das interlocutoras que colaborou com a pesquisa comentou que há um programa de rádio dedicado à população prisional. O “Momento do presidiário” é transmitido por uma rede ligada a uma igreja

evangélica¹⁷ e oferece um espaço para que pessoas possam enviar recados aos seus familiares e amigos encarcerados. Quando comentou sobre o programa, minha interlocutora pediu que eu contatasse a rádio para mandar um *salve*¹⁸ a elas, justificando seu pedido: “porque só mandam salve pra homem”.

Esse momento do campo e a comparação que minha interlocutora propõe entre a atenção dada aos presos e às presas foram retomados para remeter ao desafio mais geral do trabalho aqui apresentado: falar sobre as mulheres em contextos em que, na maior parte das vezes, os homens vêm sendo o centro da questão. E a identificação das estratégias de atuação empregadas por essas mulheres, em um contexto como o da prisão, é o enfoque que dá substância a esse desafio mais geral.

Há elementos que indicam que o lugar das mulheres na família é algo relevante para entender as formas pelas quais as interlocutoras da pesquisa elaboram as suas experiências na prisão. Isso pode, de certa forma, significar uma reafirmação das próprias mulheres acerca das suas obrigações no âmbito do privado, mesmo após terem ocupado o espaço público do “crime”. Mas, independente dos significados desse movimento público-privado, como veremos, as mulheres mobilizam a categoria “família” quando produzem suas elaborações.

As personagens que apresentarei ilustram, à sua maneira, as formas pelas quais algumas relações são constituídas e reposicionadas diante – e a despeito – da experiência da prisão. A perspectiva que articula as histórias dessas mulheres é a noção de que a privação de liberdade altera profundamente as formas pelas quais elas dão continuidade às relações estabelecidas antes do encarceramento; mas o cárcere não as retira completamente dessas mesmas relações e promove relações outras, anteriormente inexistentes. Estar na prisão requer posicionar-se diante das dinâmicas

¹⁷ O programa é transmitido pela Rede Aleluia, vinculada à Igreja Universal do Reino de Deus (IURD). Mais informações sobre o programa podem ser obtidas no endereço: <http://www.arcauniversal.com/noticias/brasil/noticias/momento-do-presidiario-12525.html> (Acesso em 04/10/2013).

¹⁸ O *salve*, nesse contexto, apresenta-se como um recado, uma mensagem às mulheres que conversaram comigo. A ideia de *salve* como recado ou mensagem pode ganhar o sentido de *orientação a ser seguida* em contextos outros, sobretudo relacionados à presença do Primeiro Comando da Capital (PCC) nas unidades prisionais. As considerações sobre o PCC e sua presença ao longo da pesquisa serão apresentadas no primeiro capítulo.

produzidas pela convivência com outras mulheres presas, com as igrejas e organizações não governamentais, com o Primeiro Comando da Capital (PCC), que estabelece procedimentos e regulações para a vida dentro do cárcere, e com o Estado – que ganha corpo a partir da própria instituição prisional e também a partir do sistema de justiça.

O gênero é um marcador central para compreender o posicionamento dessas mulheres, na medida em que estabelece expectativas e desempenhos específicos que são aludidos pelas suas falas; elas dialogam com papéis de gênero já descritos em pesquisas realizadas com famílias de classes populares que remetem às mulheres lugares como os de mãe, esposa e trabalhadora/batalhadora. Se no caso de Ana, apresentada no segundo capítulo, a maternidade e a sexualidade são aspectos que a posicionam, Mariana e Cris, personagens do terceiro capítulo, constituem possibilidades para a elaboração da figura da mulher batalhadora. Dita, como contraponto, se apresenta diante da série de abandonos que, dentro e fora da prisão, inspira uma dificuldade em posicionar-se de outra maneira que não pela ótica do sofrimento e da carência.

É a partir das trajetórias dessas quatro mulheres, dentro e fora da prisão, que serão discutidas as variações sobre como elas negociam suas posições e projetos, conectando as suas vidas intra e extramuros.

v) Gênero, classe e suas articulações

A utilização do gênero enquanto categoria analítica é útil para pensarmos nas questões mobilizadas pela interlocução com as mulheres na prisão. Scott (1990, p. 14) apresenta o gênero como “elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos” e como “um primeiro modo de dar significado às relações de poder”. Gênero não existe em isolado, mas na relação, e é central para perscrutar as relações de poder e as desigualdades que perpassam as experiências vivenciadas pelas mulheres aqui apresentadas. No entanto, o gênero tampouco se

produz em separado, mas sim na imbricação com outros marcadores sociais; no caso das mulheres presas, inter-relacionar gênero e classe é central.

Diante da necessidade de trabalhar os dois marcadores, parto da proposta formulada por McClintock (2010), que sugere uma análise articulada das categorias (em seu trabalho, o gênero, a classe e a raça) argumentando que tais marcadores:

(...) não são distintos reinos da experiência, que existem em esplêndido isolamento entre si; nem podem ser simplesmente encaixados retrospectivamente como peças de um *Lego*. Não, eles existem *em* relação entre si e *através* dessa relação – ainda que de modos contraditórios e em conflito. (McClintock, 2010, p. 19).

Articular marcadores é um desafio no sentido de evitar o que McClintock nega; não encaixá-los como peças de um *Lego* ou pensá-los como instâncias separadas de uma mesma questão. Nesse sentido, experiências relacionadas ao gênero e à classe estão presentes nas vivências de minhas interlocutoras, e perdem sentido se apartadas.

Com o cuidado de não cair em uma das “teses equivocadas sobre a criminalidade urbana no Brasil” (Misse, 1995), não quero assumir que o envolvimento com atividades ilícitas é exclusivo das classes populares, tampouco reforçar essa falsa associação¹⁹. O recrudescimento da punição para pessoas envolvidas com as atividades consideradas “tráfico de drogas” se inscreve em um contexto mais amplo de endurecimento penal que multiplicou a população carcerária brasileira. É possível fazer uma leitura do crescimento significativo da população carcerária como resultado de uma política que percebe a prisão como um instrumento de gestão social (Wacquant, 2011).

Silvestre (2012) discute a inauguração de duas prisões instaladas em momentos diferentes em Itirapina, município do interior do estado de São Paulo, e analisa as mudanças da política penitenciária paulista a partir desse estudo de caso. Sua análise contribui para compreendermos como o paradigma punitivo que vê a prisão como um dispositivo de gestão da população (Foucault, 2009 [1979]) tem eco nas decisões relativas ao sistema carcerário paulista. No período de instalação da primeira

¹⁹ Há pesquisas que abordam atividades ilegais sem o olhar para as classes populares. Grillo (2008), por exemplo, faz um estudo de caso entre jovens de classe média envolvidos com o tráfico de drogas no Rio de Janeiro.

penitenciária, na década de 1970, Silvestre indica que o paradigma vigente (e presente nas falas dos seus interlocutores) era o da prisão como um local para a ressocialização dos presos²⁰. Contudo, a implementação da segunda penitenciária já no fim dos anos 1990 é parte de uma política de expansão e interiorização penitenciária que, no estado de São Paulo, teve início na gestão Mário Covas, em 1996. Silvestre ainda remete ao trabalho de Biondi (2009), que argumenta que a política de interiorização dos presídios ajudou a camuflar o aumento massivo do encarceramento em São Paulo – como as unidades prisionais são pulverizadas em todo o estado, perde-se o impacto visual que o aumento do encarceramento poderia causar.

A expansão e interiorização prisional se articulam ao paradigma da punição e da gestão das chamadas “pessoas indesejáveis”. Com efeito, o sistema de justiça é seletivo e leva para o cárcere aqueles – e aquelas – acusados e condenados pelo envolvimento com atividades socialmente consideradas criminosas e, geralmente, pertencentes às camadas mais pobres.

vi) Das estratégias para contar histórias

Ao longo do período que compreendeu a pesquisa de campo, pude observar uma série de movimentações no cárcere, conhecer e falar com muitas mulheres. Essas conversas ocorreram em diferentes níveis: dialoguei com mais tranquilidade com ao menos cinco mulheres ao longo de diversas visitas à prisão e, assim, obtive mais informações sobre suas vidas; com outras, não foi possível estabelecer conversas mais alongadas, mas alguns assuntos debatidos de maneira pontual trouxeram questões interessantes para a produção dos dados apresentados nesta pesquisa. Também tive a oportunidade de

²⁰ Trabalhar e estudar dentro do cárcere são direitos da pessoa presa estabelecidos pela Lei de Execuções Penais – LEP (Lei nº 7210, de 11 de julho de 1984). No entanto, esse paradigma da ressocialização é cristalizado na ideia de que o/a preso/a **deve** trabalhar (e/ou estudar) dentro do cárcere. Em Silvestre (2012), a fala de agentes penitenciários referenciados nesse “antigo paradigma” exalta as qualidades do trabalho como possibilidade de ressocialização dos presos e caminho para a construção de uma trajetória longe do ‘crime’ após a sua liberdade. No atual contexto penitenciário paulista, os Centros de Ressocialização (CRs) representam um eco deste mesmo paradigma; nessas unidades, os presos devem trabalhar. Especificamente sobre os CRs de mulheres, ver: Massaro, 2013.

encontrar parte dessas mulheres em um momento posterior ao período prisional, já em suas casas, em um contexto onde a (falta da) autorização da SAP tornou-se irrelevante. E, por fim, a convivência com essas mulheres me proporcionou o acesso a cartas, bilhetes e fotografias que as ajudavam a contar suas histórias e me ajudaram a trazer para a dissertação as formas pelas quais essas mulheres mobilizam a categoria “família” em seus relatos.

A proposta metodológica seguiu Bourdieu (2006), que discute a elaboração de histórias de vida apontando o quanto esses relatos tendem a ser construídos a partir de uma perspectiva linear que se espelha em um “modelo oficial da apresentação de si” (p. 188). Tal análise o leva a defender a ideia de *trajetória*, que busca uma compreensão da vida do sujeito não a partir dos acontecimentos, mas a partir das posições ocupadas pelo agente no espaço e sujeitas a transformações²¹. Reconhecer que essas mulheres são um *devir*, agentes em processo de constante transformação, e entender a experiência da prisão como uma das posições de sua trajetória ajuda a explorar e sugerir articulações entre essas posições.

Mas se o exercício da antropologia implica ter cuidado com a apresentação dos dados, a pesquisa com mulheres que passaram pela prisão requer um cuidado ainda maior. As histórias aqui apresentadas são atravessadas pelas relações com a justiça e com práticas social e judicialmente condenáveis. Diante da necessidade de proteger ao máximo a identidade das mulheres que se dispuseram a dividir suas experiências comigo e com esta pesquisa, a apresentação das informações foi organizada de modo a aglutinar, nas quatro trajetórias, os aspectos pertinentes à dissertação. As mulheres com quem pude conversar mais detidamente são o fio condutor da narrativa e trazem as questões que são sobrepostas às experiências de outras mulheres. Da mesma maneira, e partindo da mesma preocupação, a apresentação da prisão foi organizada de modo a condensar em um relato as observações ocorridas nas muitas visitas a mais de uma penitenciária.

²¹ “(...) *trajetória* como série de *posições* sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) num espaço que é ele próprio um *devir*, estando sujeito a incessantes transformações”. (Bourdieu, 2006, pág. 189).

Ortner (2003), em uma pesquisa com ex-colegas de escola, se utiliza da produção de personagens a partir de histórias dispersas como forma de diluir histórias que possuem sentido, ainda que desvinculadas de pessoas em específico²². A estratégia utilizada por Ortner garante, também aqui, a segurança e a não identificação das interlocutoras. A mistura de histórias cria estórias que impedem – ou, ao menos, dificultam – a identificação dessas mulheres e o aprisionamento dessas mesmas estórias em uma unidade prisional específica. Ao mesmo tempo, a apresentação das informações coletadas em campo por meio de estórias não prejudica o caráter da pesquisa; se há certa composição ficcional de personagens, os fatos contados e atribuídos a elas não são inventados.

vii) A busca pela chave ou a entrada no campo

A pesquisa de campo foi realizada entre dezembro de 2011 e maio de 2013, período em que visitei, semanalmente, unidades prisionais de mulheres localizadas na região metropolitana de São Paulo²³. Em outras oportunidades, também pude conversar com mulheres com quem tive contatos prévios na prisão, mas se encontravam em liberdade.

Parte dessas visitas foi realizada em companhia de outra pesquisadora do campo de mulheres e prisão, Natália Corazza Padovani, doutoranda em Antropologia na Unicamp. Integro, com ela, um grupo de estudos intitulado "Prisões em Gênero", que ainda congrega Bruna Bumachar, também doutoranda em Antropologia na Unicamp, e Natalia Negretti, mestranda em Ciências Sociais na PUC-SP. Nossos interesses comuns, a despeito das diferentes questões trabalhadas, nos possibilitam dialogar sobre leituras e abordagens teóricas e também compartilhar as nossas pesquisas – tanto em

²² Essa tornou-se uma saída metodológica possível a partir dos debates realizados no âmbito do Núcleo de Estudos sobre Marcadores Sociais da Diferença (Numas-USP), especialmente na discussão de parte desse trabalho na I Jornada Interna do Numas, realizada em maio de 2013.

²³ Opto por não revelar as unidades prisionais visitadas porque não obtive autorização da Secretaria de Administração Penitenciária para a realização da pesquisa no ambiente prisional.

termos de impressões do campo quanto em relação a eventuais interlocutoras. As conversas entre as integrantes do grupo resultam em análises riquíssimas construídas a muitas mãos.

A obtenção de autorização para a realização de pesquisas no interior das unidades prisionais da Secretaria de Administração Penitenciária do estado de São Paulo (SAP) é um processo permeado por dificuldades²⁴ que, muitas vezes, são incompatíveis com o tempo existente para a realização de uma pesquisa de mestrado. Tais dificuldades levaram à necessidade de buscar caminhos alternativos que garantissem a realização da pesquisa de campo. Diante disso, decidi desenvolver a pesquisa em conjunto com a atuação enquanto *agente*²⁵ da Pastoral Carcerária, organização com a qual eu possuía um contato anterior ao ingresso no mestrado. Vale dizer que esse caminho é também utilizado por outros pesquisadores de prisões.

Conheci integrantes da Pastoral Carcerária porque participei, entre 2008 e 2012, do Grupo de Estudos e Trabalho (GET) *Mulheres Encarceradas*. O grupo congrega pessoas interessadas e representantes de instituições que se propõem a discutir a situação das prisões femininas, de modo geral ou por meio de casos específicos, e pensar em ações voltadas à garantia dos direitos das mulheres presas. Essas ações geralmente passam por promover articulações institucionais e envolver a Defensoria Pública nas demandas no sentido de garantir uma atuação do Estado para além das iniciativas pontuais. Foi a partir desse contexto que me aproximei do tema das mulheres encarceradas e conheci o trabalho de instituições da área da justiça criminal – entre elas, a Pastoral. Ainda, vale dizer que minha interlocução com a Pastoral teve início com o diálogo com alguns dos profissionais envolvidos com o trabalho nas penitenciárias. Destaco, sobretudo, a

²⁴ A autorização da entrada de pesquisadores(as) nas unidades prisionais paulistas passa por um processo, lento e burocrático, que implica a leitura e aprovação da pesquisa em questão por um “Conselho de Ética”, vinculado à Secretaria de Administração Penitenciária e formado por funcionários da pasta e representantes de organizações sociais. Após o envio de documentos e de uma cópia do projeto, o Conselho de Ética decide se o aprova, reprova, ou propõe modificações que passam, por exemplo, pela mudança de metodologia ou unidade de interesse da pesquisa. Finalmente, após a aprovação definitiva do projeto pelo Conselho, o(a) pesquisador(a) deve solicitar uma autorização de visita ao juiz corregedor das unidades prisionais de interesse, que pode ou não deferi-la. Vale dizer que a Associação Brasileira de Antropologia tem realizado debates sobre a necessidade ou não das pesquisas passarem por “Comitês de Ética”.

²⁵ Os *agentes* são pessoas voluntárias, ligadas à Pastoral, que realizam visitas periódicas a unidades penitenciárias.

relação com Joana²⁶, envolvida com o trabalho da instituição e fundamental para que eu conhecesse algumas das interlocutoras da pesquisa – como Dita, personagem trazida no final do capítulo um, e Ana, personagem do segundo capítulo.

A Pastoral é organizada no interior da igreja católica e tem por objetivos “levar o evangelho de Jesus Cristo às pessoas privadas de liberdade e zelar para que os direitos humanos e dignidade humana sejam garantidos no sistema prisional”²⁷. Dessa forma, a Pastoral se propõe a aliar os trabalhos de evangelização e observância dos direitos humanos no interior das prisões. Com efeito, o perfil das suas voluntárias e voluntários acaba refletindo essas duas frentes distintas: há militantes de direitos humanos e pesquisadoras(es) interessados em utilizar parte das visitas para dar andamento aos seus estudos, mas também há freiras, padres e leigos vinculados a paróquias e subgrupos religiosos, internos à Igreja Católica. O trabalho dos *agentes* também reflete essa mesma diferenciação: geralmente, os pesquisadores e militantes prestam orientações relacionadas às muitas dúvidas das presas sobre processos judiciais, progressões de medida, guarda dos filhos etc.²⁸; a orientação religiosa, por sua vez, costuma ficar a cargo dos voluntários mais ligados à igreja.

Se a Pastoral Carcerária é uma organização aberta à inclusão de pesquisadoras e pesquisadores entre os seus voluntários, realizar uma pesquisa sob a insígnia da Pastoral implica conviver com situações que ora contribuem para a observação, ora estabelecem limites que devem ser transpostos. Em primeiro lugar, ser um *agente* da Pastoral permite a entrada nas unidades penitenciárias. Mesmo que seja necessário solicitar à SAP a expedição de uma carteirinha²⁹ que autorize a entrada como

²⁶ Com exceção das pesquisadoras do grupo “Prisões em Gênero”, todos os nomes apresentados na dissertação são fictícios.

²⁷ Os objetivos transcritos acima, bem como outras informações sobre a Pastoral Carcerária podem ser encontrados no endereço www.carceraria.org (acesso em 13/05/2012).

²⁸ Como não tenho formação em Direito, tive que aprender a realizar as consultas do andamento dos processos judiciais e a entender (para explicar às mulheres) quais os significados dos diferentes procedimentos que apareciam ali. As orientações jurídicas mais complexas eram conversadas ou com o departamento jurídico da Pastoral Carcerária ou repassadas à Defensoria Pública.

²⁹ A SAP só permite a entrada de *agentes pastorais* que possuam essa carteirinha, que é válida por um ano a partir da data de expedição e indica as unidades que aquela pessoa está autorizada a visitar. Para obter a carteirinha é necessário enviar à Secretaria uma foto 3x4, cópias dos documentos pessoais (RG e CPF), comprovante de residência, uma certidão de quitação eleitoral e o atestado de antecedentes

voluntária, o processo e os trâmites que envolvem essa autorização são menos morosos e invasivos do que aqueles que envolvem a autorização da entrada na prisão na condição de pesquisadora. No entanto, essa entrada também passa pela mediação com o procedimentos da própria Pastoral Carcerária. A decisão sobre quais pavilhões visitar, por exemplo, não partia das minhas sugestões ou interesses de pesquisa, mas sim das necessidades da organização em termos de quais pavilhões demandavam mais *agentes*, ou quais seriam as equipes³⁰ que realizariam as visitas em determinado pavilhão.

Um segundo aspecto bastante marcado pela mediação da Pastoral diz respeito ao contato com as mulheres, dentro da prisão. Os diálogos eram iniciados a partir da minha condição de voluntária da igreja, fator que, em alguma medida, era facilitador dessa primeira aproximação. Quando as conversas com as mulheres deixavam pistas de que suas histórias seriam interessantes para a pesquisa, eu me apresentava como pesquisadora e, a partir daí, buscava estabelecer essa nova relação – ponte nem sempre fácil de ser construída. Os meus dois lugares dentro da prisão – pesquisadora e voluntária da Pastoral – exigiam uma costura cuidadosa e necessária para definir os limites desses mesmos dois lugares. Enquanto pesquisadora, meus interesses geralmente se relacionavam à necessidade de estabelecer longas conversas com uma mesma mulher; enquanto voluntária da Pastoral, tinha o dever de conversar com o maior número de mulheres e buscar os encaminhamentos possíveis para as demandas trazidas por elas. A mediação entre esses dois lugares que ocupavam um mesmo espaço – o dia da visita religiosa – foi obtida com a minha permanência por longas horas dentro das unidades: eu realizava o trabalho da Pastoral até que as

criminais. Ao que tudo indica, a existência de antecedentes criminais é critério para autorizar ou negar a expedição da carteirinha para voluntárias e voluntários que tenham interesse em participar de visitas das igrejas nas penitenciárias.

³⁰ Em geral, as visitas aos pavilhões das penitenciárias são realizadas em duplas. A coordenação busca fazer um equilíbrio entre as duplas tendo em vista o perfil dos *agentes*, se mais religiosos ou se militantes/pesquisadores. A coordenação, muitas vezes, acaba por redesenhar a divisão dos *agentes* diante de celeumas que se impõem entre as partes de algumas duplas; ao longo da pesquisa de campo, pude vivenciar trocas de pavilhões motivadas pela necessidade de reorganização de duplas que não se deram bem na atuação conjunta.

companheiras de visita, também da Pastoral, encerrassem suas atividades e, a partir daí, fazia as conversas que eram exclusivamente voltadas à pesquisa do mestrado.

viii) Escolher os pertences, entrar na prisão: o roteiro da dissertação

Apresentadas as questões que permearam a realização da pesquisa, é necessário indicar o roteiro da dissertação, que está estruturada em três capítulos. O primeiro, *A chave da prisão*, se propõe localizar a pesquisa de campo no contexto onde foi realizada. Assim, procuro apresentar a prisão a partir de eventos presenciados e diante do olhar das mulheres ali encarceradas. Proponho, por fim, uma reflexão sobre o processo da pesquisa articulado à convivência com Dita, uma das personagens da dissertação.

O segundo capítulo apresenta a trajetória de Ana a partir da sua experiência com a prisão que se articula à família, à maternidade e aos seus relacionamentos amorosos experimentados fora e dentro do cárcere.

O terceiro capítulo, por fim, justapõe duas mulheres – Mariana e Cris – que, a despeito de distintos caminhos que as levaram à privação de liberdade, compartilham referências que situam suas vidas dentro da prisão. Ambas se veem como *batalhadoras* e têm em seus companheiros personagens importantes na elaboração dessa autorreferência.

1 | A chave da prisão

*Sabe o senhor: sertão é onde o pensamento da gente se
forma mais forte do que o poder do lugar.*

João Guimarães Rosa, em *Grande Sertão: Veredas*

Este capítulo se propõe a situar a pesquisa em seu lugar privilegiado de investigação. Ainda que algumas das conversas com as mulheres tenham sido realizadas em espaços externos ao cárcere, uma parte considerável das informações foi coletada ao longo das visitas enquanto agente da Pastoral Carcerária. Nesse sentido, é importante demarcar alguns aspectos concernentes à prisão e apresentar observações sobre o cotidiano daquele lugar a partir da análise das interlocutoras da pesquisa – em relação, especialmente, às mediações estabelecidas que fazem referência ao Primeiro Comando da Capital (PCC). Essa é a proposta deste capítulo.

Há, por fim, uma reflexão sobre os processos da pesquisa em diálogo com as experiências decorrentes da vivência com uma das interlocutoras, Dita. Dentre as quatro personagens que compõem esta dissertação, Dita é a que mais vivencia a prisão diante do sofrimento; trazê-la para o texto tem a intenção de pensar a relação pesquisadora-interlocutora e também fazer um contraponto às outras perspectivas da prisão acionadas pelas interlocutoras apresentadas nos capítulos seguintes.

i) Os caminhos que levam ao pátio

Se a proposta é apresentar histórias sobre mulheres que vivem nos ambientes prisionais visitados, vale retomar alguns aspectos presentes nas visitas semanais às unidades penitenciárias. Reconstruir os percursos de um dia de visita contribui para desvelar os contextos nos quais ocorreu parte das conversas com as quatro personagens dessa dissertação. Ajuda também a pensar na prisão enquanto uma

instituição permeada por porosidades que permitem que os fluxos de informações entre prisões, e também entre as prisões e a rua, estejam presentes.

Não apenas as informações transitam entre prisão e rua. A pesquisa realizada por Godoi (2010) discute a presença da prisão para além dos seus muros³¹ a partir de uma investigação “junto a mediadores que, pela natureza de suas atividades, ligam a prisão a diversas outras dimensões do mundo social” (p.16). A prisão transborda para além dos seus espaços físico-institucional e se faz presente também nos territórios periféricos, onde é parte da criação e da reconfiguração de vínculos. O encarceramento de um membro de uma família é marcado não apenas pela ausência desse ente, mas também pela presença da prisão, que reestrutura as relações e permeia as dinâmicas cotidianas. Percebe-se, a partir dessa argumentação, que a prisão está na rua.

Em *Manicômios, prisões e conventos*, Goffman (2007 [1961]) se dedica a estudar os internados nesses locais definidos pelo autor como *instituições totais*: “um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, leva uma vida fechada e formalmente administrada” (Goffman, 2007 [1961], p. 11). A prisão seria, assim, uma instituição fechada que separa da sociedade as mulheres e homens ali confinados. No entanto, algumas pistas levam a uma necessidade de colocar alguns matizes na perspectiva apresentada por Goffman para pensarmos na prisão percebida a partir das visitas e da convivência com as mulheres.

Cunha (1994) afirma que a prisão não é verdadeiramente “totalizante” ao argumentar que o período de encarceramento não apaga os “campos de vida” estabelecidos fora do contexto prisional. A prisão seria um intervalo e uma parte da existência das pessoas presas, mas não as retiraria completamente de suas vidas.

Um segundo trabalho de Cunha (2003) também indica questões que ajudam a problematizar o modelo proposto por Goffman. A antropóloga retornou, após alguns anos, a uma prisão de mulheres onde havia realizado uma pesquisa. Nesse primeiro

³¹ Nas palavras de Godoi, “para além dos seus limites físicos ou institucionais.” (Godoi, 2010, p. 19).

período de investigação, ser presa significava estar separada de uma série de relações anteriores, em uma espécie de hiato social, e acarretava um estigma que, nesse momento, era circunstancial – o estigma estava relacionado ao período que a mulher passava confinada no cárcere. Ainda, as mulheres ali presas estabeleciam distinções bastante demarcadas entre si e as outras, em uma tentativa de desconstruir qualquer tipo de pertencimento em relação às colegas; essa diferenciação era uma tentativa de afirmar que as verdadeiras relações estariam “apenas fora do contexto prisional” (Cunha, 2002, p. 6).

No segundo momento da pesquisa, Cunha depara-se com um contexto onde se desenha um fenômeno de encarceramento em massa em que boa parte das mulheres ali presas tinha envolvimento com práticas relacionadas ao tráfico de drogas³². Muitas das mulheres já se conheciam antes mesmo de serem presas porque viviam em um mesmo bairro, conviviam umas com as outras e compartilhavam redes de relações; as mulheres e suas amigas vão e vêm da prisão, e a experiência do cárcere deixou de ser um hiato na vida para tornar-se uma etapa dela. O estigma, que antes era circunstancial diante da experiência da prisão, alargou-se, “deixou de se confinar aos muros da prisão para remontar ao bairro” (Cunha, 2003, p. 6).

A configuração da prisão, onde muitas das mulheres já se conheciam antes mesmo de serem presas, passa a “incorporar física e simbolicamente o bairro” (Cunha, 2003, p. 11). O bairro – e a prisão – transbordam, dilatam-se um em direção à outra. O cotidiano da prisão e do bairro e as relações constituídas nesses espaços são afetados. É diante dessa ligação intensa estabelecida entre bairro e prisão que a antropóloga defende a erosão da fronteira entre esses dois lugares.

Esta dissertação parte da perspectiva presente em Godoi e em Cunha para apresentar o contexto da prisão. Não se pode perder de vista a constatação de que a prisão

³² Cunha explica que o tráfico vem se organizando em Portugal em um modelo *free lance*, caracterizado por uma feição mais flexível e colocada em contraposição ao modelo chamado *empresarial*. A distinção entre os dois modelos define-se a partir de alguns aspectos, nas palavras da antropóloga: “Grosso modo, o primeiro tipo [*free-lance*] caracteriza-se pela fluidez, assentando as operações na iniciativa individual ou na cooperação pontual e variável entre indivíduos. (...); o modelo “empresarial” uma outra rigidez, constatável numa forte hierarquização interna de largas equipes fixas que incluem assalariados submetidos a uma estreita supervisão e controle.” (Cunha, 2007b, p. 175).

encerra pessoas e as distancia de uma série de vivências e convívios; mas a vida fora dos muros e as relações estabelecidas desde antes do cárcere estão intensamente envolvidas nas relações que se definem dentro da prisão. Do mesmo modo, a prisão está presente na vida dessas mulheres ainda antes da própria experiência com o cárcere, cristalizada nas vivências de familiares, amigos, conhecidos; o bairro e a prisão se conversam todo o tempo.

Mas se a prisão não é uma *instituição total* nos moldes definidos por Goffman, ela também não é um campo de porosidade infinita; visitar uma unidade prisional é um exercício de mediação constante com o Estado.

Entrar na prisão é difícil. Quem vê, de fora, o portão da Penitenciária pode não perceber o que aquele local abriga. Passar por esse primeiro ponto é relativamente tranquilo: basta dizer “sou da Pastoral”. Os guardas já estão acostumados com uma quantidade significativa de pessoas de diversas igrejas que ali transitam todas as semanas³³. Passando por essa primeira porta é possível ver, ao fundo, um muro bastante alto com um portão de ferro grosso e alguns guardas parados. Acima do portão, o nome da penitenciária marcado na parede soma-se à presença dos guardas para demarcar, escancaradamente, que chegamos a uma prisão.

Os processos para a entrada efetiva na penitenciária têm início em um balcão, que concentra uma grande quantidade de pessoas todas as semanas. Quem aguarda são os *agentes* ligados a diversas igrejas, sobretudo as evangélicas pentecostais e neopentecostais. Muitas mulheres e poucos homens. Elas, na maior parte das vezes, de cabelos e saias compridas; eles, em trajes sociais, devidamente engravatados.

Não basta chegar ao balcão. São muitas as paradas, até que seja possível finalmente entrar nos pavilhões. A primeira, já mencionada, é o portão que separa a prisão da rua. A segunda é o balcão onde os *agentes* se aglomeram para entrar; ali, todos os materiais que serão levados às presas são vistoriados por agentes penitenciários e passam por um equipamento de raio-x. Esse procedimento costuma ser demorado, pois diversas bíblias e panfletos, instrumentos musicais e outros apetrechos passam

³³ A assistência religiosa é um direito da pessoa presa estabelecido pela Lei de Execuções Penais (LEP). Ver: Artigo 11 - VI.

por essa observação. As bolsas e pertences dos integrantes das igrejas ficam em um canto, amontoadas e sob os cuidados dos agentes penitenciários (ASPs)³⁴. Liberados os materiais, os *agentes* das igrejas devem entregar seus RGs e a carteirinha expedida pela SAP, que fica retida pelos funcionários da penitenciária. Também é necessário passar pelo detector de metais. Após os procedimentos, finalmente temos acesso ao portão que se abre para o corredor comum a toda a prisão³⁵. Para chegar aos pavilhões é necessário passar por mais portões, internos. Ainda que os voluntários das inúmeras igrejas que realizam atividades nas unidades não tenham que passar pelas *revistas vexatórias*³⁶ às quais são submetidos os familiares das presas, o processo é moroso.

Há imagens de santas e crucifixos em muitas dependências da prisão. Nas entradas de alguns pavilhões, as imagens são adornadas com flores. Em cada entrada de pavilhão há uma mesa, onde uma ASP possui listas - bastante desordenadas - com os nomes

³⁴ Para evitar eventuais confusões entre os *agentes pastorais*, minha situação em parte do campo, e os *agentes penitenciários*, funcionários da Secretaria de Administração Penitenciária, passarei a tratar os últimos a partir da sigla que os distingue: ASPs.

³⁵ O rigor da revista para a entrada dos *agentes* da pastoral na penitenciária se transforma de acordo com a unidade e de acordo com o grupo de ASPs que está no plantão. Em uma das unidades prisionais visitadas, passar pelo detector de metais sem apitá-lo é suficiente para que a sua passagem seja liberada; no entanto, botões de uma calça jeans ou aros em um sutiã podem inviabilizar a visita. Em outra unidade, há um grupo de ASPs que não permite a entrada com brincos, correntes e cachecóis, e insiste em fazer uma revista corporal a despeito do silêncio do detector de metais. O mais curioso é que o rigor da revista e das proibições para entrada nessa última penitenciária é alterado a depender da equipe que está de plantão nos dias de visita. Como os funcionários se revezam a cada duas semanas, sabemos antecipadamente se a entrada será tranquila ou se teremos um processo mais demorado para chegar ao pavilhão.

³⁶ Biondi (2009) relata os inúmeros constrangimentos vivenciados pelos familiares que visitam pessoas presas. O seu relato é bastante parecido com as informações que ouvimos das próprias presas e com organizações de defesa de direitos (incluindo a própria Pastoral Carcerária). Nas revistas, familiares de pessoas presas devem se despir completamente; no caso das mulheres, elas devem se colocar de cócoras, nuas, por repetidas vezes, para comprovarem aos funcionários da penitenciária que não possuem nenhum objeto (tais como drogas e celulares) em suas vaginas. A Defensoria Pública do Estado de São Paulo estuda levar uma denúncia das práticas que vêm sendo identificadas como “revista vexatória” à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (vinculada à OEA – Organização dos Estados Americanos), instância internacional de defesa dos direitos humanos. A Comissão e a OEA não têm a prerrogativa de punir os estados denunciados, mas atua no sentido de constranger os governos a tomarem medidas diante das situações que contextualizam as denúncias. A Lei Maria da Penha, por exemplo, é resultante de um processo bastante similar de denúncia de uma situação de violência contra a mulher e posterior constrangimento internacional do governo brasileiro. Para mais informações, ver a notícia “Defensoria Pública orienta sobre revista degradante em presídios de São Paulo”: <http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2013/08/defensoria-publica-quer-combater-revista-degradante-em-presidios-paulistas-9518.html> (Acesso em 05/08/2013).

dos voluntários de todas as igrejas que são autorizados a entrar ali. Encontrado o nome na lista, a ASP o anota, juntamente com o horário, em um caderno de controle de todas as entradas e saídas do pavilhão.

À frente, a última grade que nos separa das celas.

Se entrar na prisão é um exercício de paciência e mediação com o corpo de funcionários da instituição, o pátio é um local relativamente livre dos olhares dos ASPs. Ao contrário da experiência vivenciada por Ramalho (2008 [1979]), cujas entrevistas foram realizadas na companhia de funcionários do sistema prisional, as conversas com as interlocutoras da pesquisa, quando no ambiente da prisão, ocorreram sem a presença da *polícia*³⁷, que não entra no pátio – ao menos nos dias de visitas das igrejas³⁸. Mas as histórias não são contadas deliberadamente; há certa atenção, velada, a quem escuta. O volume da voz que as conta se altera a depender das presas que passam próximas e da atenção de outros voluntários da Pastoral. A expressão “as paredes têm ouvidos” era lugar-comum nas falas das presas, e não só quando conversávamos sobre a pesquisa.

Outras interlocutoras, em muitos momentos, reforçavam que não se pode confiar em ninguém na cadeia. As cartas que eu escrevia para algumas das mulheres sempre eram precedidas por falas que explicitavam uma grande desconfiança das outras presas, tanto para a execução da tarefa quanto pelos assuntos discutidos com os seus familiares por meio das cartas.

São muitas as igrejas que realizam visitas nas unidades. A cada semana existem diversas rodas de oração, pequenas e grandes, formados por mulheres que estão presas e pessoas ligadas às igrejas. E se há a participação fiel de algumas mulheres a determinadas celebrações, há grande circulação de outras em diversas religiões (representadas, aqui, pelas rodas de conversa e/ou oração), mais ou menos como ocorre com as pessoas fora da prisão: uma das *agentes* com quem conversei ao longo do período de visitas na prisão é fervorosa em sua fé, mas chegou a participar de

³⁷ *Polícia* é a forma pela qual as mulheres presas chamam as agentes penitenciárias (ASPs).

³⁸ Os *agentes* das igrejas, por sua vez, não têm permissão dos funcionários da penitenciária para frequentar os demais pavimentos para além do andar onde está o pátio, tampouco entrar nas celas.

atividades de algumas igrejas distintas da sua, ainda que não abandone a sua religião. Uma das presas, fiel à Igreja Universal do Reino de Deus, pediu a uma das *agentes* da Pastoral que colocasse seu nome aos pés da *santa* em sua próxima visita à cidade – e à igreja – de Aparecida (SP) ³⁹.

ii) A prisão em visitas, trabalho e educação

Aquele dia era a véspera de uma festa. As entradas dos pavilhões estavam coloridas com cartolinas e flores de papel nas grades, além de tinta nas paredes. Nos corredores que dão acesso ao pátio interno da prisão, cartolinas enormes encobriam grades e emulavam a existência de portões enormes e coloridos, como se entrássemos em um circo. Junto às cartolinas, figuras de palhaços – toda a decoração vinha sendo preparada para uma festa em comemoração ao dia das crianças. No corredor próximo à porta das celas, uma tenda de tecido havia sido erguida, sob a qual muitas mulheres enchiam bexigas coloridas que se espalhavam pelo chão e que, depois, seriam utilizadas para enfeitar todo o pavilhão. O cheiro das bexigas se sobrepunha diante de outros, minimizados, mas tão característicos das visitas à prisão – comida, roupa lavada, mofo, chão limpo. No pátio, uma espécie de tenda feita com longos panos coloridos presos em um ponto central, bastante alto, era a última alusão à estética circense que já estava presente nos outros espaços da prisão. Quando eu e outras *agentes* comentamos que a decoração para o dia das crianças estava bonita, as mulheres ainda nos disseram, bastante animadas, que as crianças que fossem à visita do dia seguinte receberiam presentes; os meninos ganhariam carrinhos e as meninas, bonecas.

Algumas mulheres com quem converso recebem visitas de familiares, ainda que não seja semanal a presença das mães, irmãs e filhas e filhos. Para além das crianças, meninas e meninos, as visitantes quase sempre são citadas como sendo as mulheres

³⁹ Aparecida é o município do estado de São Paulo que recebe devotas e devotos de Nossa Senhora Aparecida, santa da Igreja Católica e considerada a padroeira do Brasil.

da família. Na véspera da festa das crianças, as mulheres estavam animadas. Uma delas pediu que ligássemos para sua família depois da visita para informar que haveria festa e distribuição de brinquedos; ela queria a presença dos netos.

Outras mulheres possuem visitas mais escassas, mas recebem via *sedex*⁴⁰, encaminhado à prisão pelos seus familiares, os produtos que estariam no *jumbo*⁴¹, como cigarros, alimentos e roupas.

Muitas mulheres, com efeito, não recebem visitas, tampouco produtos enviados por seus familiares. Essas têm o trabalho na prisão como única possibilidade de garantir a compra do que não é fornecido – ou é pouco fornecido – pela penitenciária⁴². As explicações das presas sobre a falta de visitas passam por muitas possibilidades: há familiares de cidades distintas daquela onde se localiza a penitenciária e não conseguem se deslocar; há famílias que não possuem recursos para enviar produtos à prisão e alguns são dependentes, inclusive, do dinheiro ganho pela presa no trabalho dentro do cárcere; e há mulheres que, por abandono de uma das partes, não têm relações com pessoas fora da prisão.

Diversas empresas possuem oficinas de trabalho no interior das penitenciárias. Nas prisões de mulheres visitadas, os trabalhos oferecidos são variados, requerem baixa qualificação e não contribuem para qualquer tipo de formação profissional das mulheres, tendo como perspectiva a procura por empregos posteriores ao período na prisão: embalagem de tomadas e de materiais hospitalares, montagem de sacolas de papel, produção de elásticos de cabelo, contagem e embalagem de garfos plásticos para festa. Para trabalhar, é preciso informar o interesse e aguardar ser chamada. No entanto, são poucas as penitenciárias do estado que possuem vagas de trabalho para todas as mulheres interessadas. Os salários pagos variam de acordo com a empresa e geralmente se baseiam em critérios de produtividade. As vagas de trabalho mais

⁴⁰ Serviço de entrega expressa dos Correios.

⁴¹ *Jumbos* são as sacolas com alimentos e produtos de uso pessoal (roupas, artigos de limpeza e higiene), geralmente levadas pelas visitas.

⁴² Dita, personagem da última parte deste capítulo, foi uma dessas mulheres. Durante o período em que esteve presa, ela dependeu das colegas de cárcere para garantir roupas, sapatos e alimentos para além do oferecido pela penitenciária.

disputadas são aquelas que pagam um salário maior, que varia entre 400 e 500 reais. Outras chegam a pagar às suas funcionárias algo em torno de 150 reais, e nenhuma empresa atua na prisão sob as normativas estabelecidas pelos direitos trabalhistas. O dinheiro do salário é depositado em uma conta e as mulheres podem utilizar parte dele na compra dos produtos vendidos pela própria penitenciária - alimentos, produtos de limpeza e higiene, roupas. O valor que sobra é ou entregue à família, ou guardado na conta e devolvido à mulher quando ela sai do cárcere.

Há também uma escola na penitenciária. O direito das presas e presos ao estudo está previsto pela Lei de Execuções Penais, mas ocorre de maneira pouco sistemática no país⁴³. No estado de São Paulo, o acesso das pessoas presas a esse direito passa por algumas debilidades – por exemplo, o oferecimento escasso do ensino noturno. Pela falta do ensino noturno na Penitenciária Feminina de Santana, as mulheres devem decidir se preferem estudar ou trabalhar, posto que os horários das duas atividades são concorrentes⁴⁴. Ainda, somente em 2013 os professores das escolas que funcionam nas unidades penitenciárias passaram a ter vínculos com a rede estadual de educação; até muito recentemente, tais professores costumavam ser “monitores” - pessoas presas com algum grau de estudo que ensinam às outras. Após o término do que seriam os conteúdos dos ensinos fundamental e médio, as pessoas que estudam na prisão podem prestar exames de certificação⁴⁵ para comprovarem que concluíram essas etapas dos estudos.

Das interlocutoras dessa pesquisa, Cris⁴⁶ é a única que chegou a frequentar a escola da unidade onde esteve presa. Ela diz que ficou um período sem aulas porque a antiga professora, que também era presa, foi transferida para o regime semiaberto e houve

⁴³ Em 2010, o Ministério da Educação aprovou um documento com diretrizes nacionais para o oferecimento de educação nas prisões, o que ofereceu um espectro mínimo de procedimentos a serem observados - ainda que a diretriz não tenha força de lei.

⁴⁴ Um conjunto de organizações da sociedade civil acionou o Estado de São Paulo na Justiça visando a garantia do ensino noturno nesta penitenciária. O processo ainda está em aberto.

⁴⁵ O exame que certifica a conclusão do Ensino Fundamental é o ENCCEJA – Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos. O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), por sua vez, também serve para certificar a conclusão do Ensino Médio. Fonte: Portal do Ministério da Educação: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=12485&Itemid=784 (acesso em 05/08/2013).

⁴⁶ Cris é uma das personagens apresentadas no terceiro capítulo dessa dissertação.

uma demora na sua substituição - por outra monitora. Cris prestou a prova do Enem para conseguir a certificação do Ensino Médio.

Tanto o trabalho quanto o estudo garantem à pessoa presa o direito à remição de pena: um dia de prisão é descontado da pena para cada 3 dias de trabalho ou 12 horas de estudo. Assim, trabalhar ou estudar são atividades vistas pelas mulheres como possibilidades de redução do tempo da pena, além de serem aspectos que contribuem para a construção de uma imagem, junto ao juiz, de que a presa busca, verdadeiramente, regenerar-se. Mas, segundo a diferenciação elaborada por Cris, há *remição boa* e *remição ruim*. A *remição boa* seria aquela vinda de dois lugares: os trabalhos não remunerados realizados dentro da prisão, organizados pela Funap⁴⁷; e também a consequente do estudo. Ambas sugeririam ao juiz que a presa faz um esforço em se ressocializar, na medida em que é desinteressada de salários e com vistas a sair da prisão com uma formação maior do que a que possuía quando entrou. Em contraponto, a remição pelo trabalho remunerado não seria tão bem vista justamente pelo fato de que o salário seria o real motivo do interesse em realizar uma atividade encarada, aos olhos dos juízes, como ressocializadora⁴⁸.

iii) PCC e algumas distinções

Se a descrição dos preparativos para a festa na prisão levantou dúvidas sobre quem pagou pelos materiais de decoração e pelos presentes, a resposta dada pelas presas pode ser mais ou menos esperada: o PCC.

⁴⁷ A Funap é a Fundação "Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel" de amparo ao preso. Ligada ao governo do estado de São Paulo, a fundação é responsável pelas atividades de trabalho dentro do sistema penitenciário e foi a responsável, até 2013, pela oferta de educação formal nas unidades. Em relação ao trabalho, a Funap realiza oficinas (que dão origem aos produtos vendidos sob a marca "Daspre") e gere os contratos com as empresas que se instalam dentro das prisões. Em relação à educação, a aprovação das Diretrizes Nacionais para Educação em Prisões sugere que o órgão responsável pela gestão da educação nas penitenciárias seja a secretaria estadual de educação. Em São Paulo, a secretaria de educação é responsável pela oferta dos ensinos fundamental e médio nas penitenciárias desde 2013.

⁴⁸ Ainda que o trabalho nas penitenciárias seja muito associado a uma forma de "ocupar a mente", essa abordagem não apareceu na fala de minhas interlocutoras quando faziam referência às próprias experiências de trabalho. As possibilidades de remição aliada aos ganhos obtidos eram os aspectos mais citados por elas, assim como as críticas aos baixos salários praticados.

O PCC é um coletivo de presos que surgiu nas unidades prisionais masculinas no estado de São Paulo e que hoje está presente na maior parte das prisões paulistas – de mulheres e homens. O *partido* ou *comando* estabelece modos de proceder seguidos na maioria das unidades prisionais, de homens e mulheres, e em bairros de periferia. Hirata (2010) apresenta em sua tese os relatos de um interlocutor que esteve preso no Carandiru e fala sobre a implementação dos *debates* como estratégia para a resolução de disputas entre os presos. Esse era o momento para definir quem *agia pelo certo*, ou seja, quem estava dizendo a verdade no contexto das disputas em questão⁴⁹. Hirata e Feltran (2008) também discutem em suas pesquisas a expansão do PCC em direção à gestão da ordem não apenas nas prisões, mas também nas periferias de São Paulo. A proibição dos homicídios em favor do uso dos *debates* como forma de mediar disputas se instituiu para além das unidades prisionais.

Como foram as mulheres ligadas ao PCC as organizadoras da festa retratada no ponto anterior do capítulo, me pergunto se também foram elas as responsáveis por decidir a distribuição dos presentes para as crianças com um recorte de gênero tão definido: carrinhos para os meninos, bonecas para as meninas. Pergunto, ainda, o quanto esse recorte reverbera nos ordenamentos estabelecidos pelo coletivo. Suponho que a decisão partiu das mulheres do coletivo, mas a divisão entre brinquedos para meninos e meninas não foi um ponto de incômodo para nenhuma das mulheres que estavam ali e acompanharam os preparativos da festa. Considerando a pergunta mais geral, a impressão é que as distinções de gênero operadas pelo PCC não deixam de dialogar com as concepções eventualmente presentes entre as demais mulheres.

Dentro dos pavilhões, as mulheres que possuem relações com o PCC, sejam elas *irmãs*⁵⁰ ou *cunhadas*⁵¹ que atuam como *setor*⁵² dentro da prisão, costumam se

⁴⁹ O interlocutor de Hirata relata um episódio que consistiu em um debate para definir se um jovem, morador do mesmo bairro do interlocutor, era responsável pela prisão de outros homens diante de uma provável delação. O jovem conhecido do interlocutor de Hirata estava sendo acusado de *caguetar* e corria o risco de ser morto na prisão. Terminado o *debate*, percebeu-se que o jovem não havia delatado ninguém, ou seja, era ele quem estava *agindo pelo certo*. Os homens que levantaram a falsa acusação e perderam o *debate* tiveram sua palavra descreditada, foram obrigados a se mudarem de pavilhão e foram, posteriormente, transferidos de penitenciária.

⁵⁰ Irmãs (ou *irmãos*, no caso dos homens) são as integrantes *batizadas*, ou seja, membros aceitos pelo coletivo. Apesar de não ser um elemento citado por pesquisadores em trabalhos que apresentam informações sobre a atuação do PCC nas unidades prisionais, a informação de que existem *irmãs* é

concentrar em um mesmo pavimento, de modo que esse andar é considerado por algumas das mulheres uma área "vip" dentro da prisão – ou, como define uma interlocutora, o andar do *fluxo das patricinhas*. Quando disse a outra presa que vivia em um andar distinto desse que é mais valorizado, a mesma interlocutora recebeu, em resposta, uma expressão de pena. Em sua opinião, o olhar que a considerou uma pessoa extremamente humilde foi constituído diante do local onde vivia na prisão. As presas constroem distinções entre si diante do envolvimento com coletivos, que reverberam em múltiplos aspectos da vida dessas mulheres no cárcere.

A posição de *setor* apareceu ao longo das conversas com as mulheres como um tipo de *trabalho*⁵³ que, por sua vez, não garante dias de pena remidos nem suaviza o olhar do juiz e leva a crer que a organização do PCC na penitenciária de mulheres guarda distinções com os relatos presentes na bibliografia, que trata especificamente das prisões de homens (Biondi, 2009; Marques, 2009). Nos presídios masculinos, as posições ocupadas pelos homens no contexto do PCC são eminentemente políticas. Quando Biondi apresenta essas posições, ela revela que “a escolha do termo “posição” se deve à persistência das funções políticas perante a fluidez dos ocupantes dessas posições” (Biondi, 2009, p. 80). Há transitoriedade na ocupação desses postos, mas eles são ocupados por *irmãos* ou, ao menos, *primos* que estão próximos ao convite para integrarem o coletivo como *irmãos*.

Essas posições entre as mulheres – e penso, aqui, especificamente no papel do *setor* – aparecem com nuances um pouco mais pragmáticas, questão que se destaca na experiência de Letícia⁵⁴. Ela me procurou porque queria obter informações sobre seus

veementemente confirmada por interlocutoras do campo e também identificada por pesquisadoras da área (ver: Padovani, 2010b).

⁵¹ Mulher que não é *batizada*, mas é próxima do PCC – ou, nas palavras delas, uma pessoa que *corre com o Comando*.

⁵² *Setor* é a pessoa que trabalha para a observância das condutas estabelecidas pelo PCC e media as relações entre as mulheres presas, mas também entre as presas e funcionários da unidade. Parece resguardar distinções do *setor* observado nos presídios masculinos.

⁵³ O termo *trabalho* será usado em itálico quando significar, em contexto, o envolvimento das interlocutoras da pesquisa com atividades remuneradas que são socialmente consideradas ilícitas.

⁵⁴ A personagem Letícia é apresentada diante de dados produzidos a partir de conversas com duas mulheres que não estão presentes nos outros capítulos da dissertação. Ambas atuaram como *setor*.

filhos, que estavam sob custódia da sogra. As informações costumavam chegar por meio de cartas, mas eram deveras esporádicas. Depois desse primeiro contato, procuramos conversar outras vezes, já com a perspectiva da pesquisa em vista, mas nunca conseguimos nos sentar por mais de cinco minutos sem que houvesse uma interrupção. Letícia era extremamente requisitada na função de *setor*, seja por presas que a queriam mediando alguma celeuma, seja para fazer pedidos às funcionárias da unidade. Nesses momentos, ela fazia uma respiração profunda e dizia que o *trabalho* de *setor* era extremamente cansativo, pois não havia horário para atender às demandas – a qualquer momento, alguma questão poderia chegar. Mesmo durante a noite não havia descanso, pois cabia a ela chamar as ASPs caso alguma presa se sentisse mal ou precisasse de ajuda. Além disso, ela comentava que em casos de rebelião ou de enfrentamento com a polícia, são as mulheres do *setor* que tomam a frente, pois parte do trabalho delas é proteger as outras presas.

Depois de alguns meses sem conversarmos, tive a oportunidade de revê-la. Quando perguntei sobre o *trabalho*, ela contou que estava em uma das empresas que possuíam oficina na unidade e ganhava o mesmo que quando exercia a função de *setor*. Mas, segundo Letícia, “a dor de cabeça é muito menor”, dado que tinha uma jornada fixa de trabalho e menos preocupações.

Atuar como *setor* era, para Letícia, a forma de conseguir algum dinheiro para o seu sustento e para enviar aos filhos. Sua fala levanta aspectos que demonstram certa transitoriedade na função de *setor*, mas também a não obrigatoriedade de um comprometimento profundo com o PCC para além do cumprimento das funções acertadas. Ainda que ela tenha relações com o PCC e viva, na prisão, sob o ordenamento moral do coletivo, ser *setor* não foi uma posição política, mas da ordem da contingência.

iv) Uma crítica da prisão

Se estar na prisão envolve aprender a lidar com pessoas e instituições diversas, parte desse processo pode passar pela crítica a determinadas questões que aparecem na convivência entre as mulheres presas. Uma das mulheres apresentadas no capítulo 3, Cris⁵⁵, elabora as experiências vivenciadas na prisão e constrói oposições diante do seu lugar no cárcere e dessas mesmas elaborações. Apresento dois comentários de Cris que criticam determinadas posturas no cárcere e a diferenciam das outras mulheres ali encarceradas: a primeira, a respeito do PCC; a segunda, sobre a *maldade*, que estaria presente no cotidiano da prisão.

Em uma de nossas conversas, Cris comentou que vinha aconselhando uma amiga, com quem havia dividido uma cela e era muito jovem e, por isso, “vinha se metendo em confusão”. Tinha ido morar em uma cela com *irmãs* e virado *lagarta*⁵⁶ do PCC. No entanto, a amiga queria deixar de trabalhar com o PCC, mas, por morar com as *irmãs*, não sabia bem como proceder e buscava os conselhos de Cris.

Cris tem um olhar bastante crítico diante do PCC. Ela conhece algumas *irmãs* responsáveis pelos pavilhões da prisão onde cumpre pena – com algumas possui uma boa relação, com outras nem tanto; mas não se preocupa em construir essa convivência porque não quer ser *lagarta* do PCC. A noção de igualdade, adicionada ao lema “paz, justiça e liberdade”, não existe na prática, em seu ponto de vista. Como exemplos para ilustrar que a igualdade fica restrita ao discurso, Cris fez alusão ao fato de que as mulheres ligadas ao PCC vivem nos espaços considerados privilegiados dentro da prisão, elemento já indicado nessa dissertação.

A noção de *maldade*, por sua vez, é utilizada por Cris para fazer referência a certas dinâmicas da cadeia e das intenções das presas umas para com as outras. Quando perguntei o que seria essa *maldade*, e o que seria *agir na maldade*, Cris afirmou que a

⁵⁵ Ainda que Cris tenha um capítulo específico, optei por deixar as questões que ela levanta sobre o cotidiano na prisão junto a essa primeira apresentação do campo.

⁵⁶ Um adjetivo negativo atribuído a quem é considerado “pau mandado”, pessoa que faz de tudo pelo PCC.

maldade é uma *energia ruim* da prisão, e que também está nas presas. Seria uma forma de agir que esconderia objetivos outros sob uma pretensa boa intenção. Esse *agir na maldade* seria, muitas vezes, justificado pelas próprias presas como um mecanismo de autodefesa, ainda que Cris não tenha concordância com essa concepção. De acordo com ela, muitas mulheres dizem que "cadeia é assim, se você não for assim não sobrevive".

A associação entre a prisão e uma ideia de *maldade* não parece exclusiva das interlocutoras da pesquisa; Julio Simões, orientador da pesquisa, notou que a primeira frase do primeiro capítulo de *Estação Carandiru*, de Drauzio Varella, diz que "cadeia é um lugar povoado de maldade" (Varella, 1999, p. 13).

Cris explica que o *agir na maldade* pode surgir em diversas situações: desde comentários ácidos sobre a roupa que se veste, a visita que se tem (ou que se deixa de ter), o local onde se mora dentro da prisão, até vir travestido de uma ajuda desinteressada que depois demonstra outras intenções. Cris deu como exemplo a experiência de uma presa, que se ofereceu para esconder o celular de uma companheira de cárcere e depois fez chegar aos ouvidos da dona do celular que aquele favor deveria ser recompensado mediante o pagamento de um determinado valor em dinheiro. Segundo Cris, a mulher *agiu na maldade* com a colega por não ter acordado, antes, que aquilo que seria um favor teria um custo.

O mais curioso é que, para além dos exemplos de casos específicos sobre mulheres que agiram na maldade, a maldade não está em ninguém. Todas elas, à exceção de quem conta a história, são passíveis de *agir na maldade* em algum momento, por isso a preocupação em não confiar em ninguém e suspeitar das reais intenções por trás de quaisquer atos que, a princípio, parecem desinteressados. A maldade nunca está em si; são as outras mulheres aquelas em quem não se pode confiar, são as outras mulheres que agem com segundas intenções. Essas outras mulheres, no entanto, quase nunca são especificadas.

v) Notas sobre uma dinâmica da cadeia

Em um dos dias de visita, uma mulher contou que havia mudado de pavilhão porque se desentendeu com a *irmã* do seu pavilhão antigo. Na discussão, foi chamada de *coisa*⁵⁷ e estava profundamente magoada com isso. Sua fala transparecia que ser considerada *coisa* era de uma injustiça tremenda. “Isso não é uma coisa que se fala. Que absurdo”. Em sua defesa, ela dizia que *corria com o comando*⁵⁸ na rua, e que foi presa porque estava envolvida com negócios do *comando*.

As *irmãs* dos dois pavilhões não compartilhavam da mesma análise em relação à mulher que se sentia injustiçada. A troca de pavilhão foi negociada com a *irmã* do novo local que a recebeu, um gesto que indica a existência de uma disputa de concepção entre as *irmãs* e dois modos de olhar para um mesmo conflito.

A fala e a experiência dessa mulher que negociou com uma integrante do PCC uma mudança de pavilhão diante de desentendimentos com outra integrante do mesmo grupo foram trazidas para dar início a uma tentativa de organizar a leitura dos relatos e observações das visitas à prisão. Como já enunciado, as presas constroem distinções entre si diante do envolvimento com o PCC, que reverberam em múltiplos aspectos da vida na prisão. Mas a proximidade ou o distanciamento com o coletivo não é o único modo de distinguir os lugares que as mulheres ocupam no contexto da privação de liberdade. As interlocutoras da pesquisa elaboram visões sobre a cadeia e sobre as relações que se estabelecem também a partir de outros lugares.

O trabalho é o primeiro fator de diferenciação no interior da prisão. O acesso a outros produtos que não apenas os oferecidos pela administração prisional requer que as mulheres paguem, do próprio bolso, pelas mercadorias. Roupas diferenciadas, alimentos, produtos de higiene e beleza são vendidos pela administração prisional. Quando as famílias não os enviam, resta às mulheres usar o dinheiro que obtêm

⁵⁷ *Coisa* é a forma pela qual os inimigos do PCC são denominados. Biondi (2009:29) indica que “*coisa* é o inimigo, usado tanto para presos de outras facções quanto para funcionários da segurança pública”.

⁵⁸ As pessoas que *correm com o comando* são aquelas que vivem sob as diretrizes do PCC e/ou estão próximas ao coletivo – ainda que não sejam integrantes *batizadas*. *Comando* é uma das formas pelas quais as presas fazem referência ao PCC.

trabalhando, e as vagas existentes oferecem salários distintos. Dessa forma, o posto de trabalho ocupado cria diferenciações entre as mulheres, sobretudo diante das possibilidades de acesso a outros bens – e de eventuais ajudas à família – que se abrem com a obtenção de uma vaga de emprego. Algumas das que trabalham usam parte do salário para pagar a outras mulheres pela limpeza das celas e lavagem das roupas, em uma contratação de mão-de-obra para o trabalho doméstico da prisão. Vale dizer que a desvalorização do trabalho doméstico que se percebe na vida fora dos muros da prisão não é diferente dentro desses muros.

A ausência do trabalho também distingue as mulheres. Algumas precisam de dinheiro para viver ali e, muitas vezes, para sustentar filhos e familiares fora da prisão, como no caso de Letícia; a inserção em postos relacionados ao PCC, nesse contexto, é circunstancial e serve mais ao sustento do que à ocupação de uma posição política. Quando uma interlocutora defendeu que “O PCC está dentro das cadeias não para atrasar, mas para ajudar as pessoas”, ela fazia referência às formas de ajuda associadas à presença do coletivo nas unidades. Em certa medida, podemos afirmar que a associação com determinadas funções estabelecidas pelo PCC nas unidades prisionais de mulheres é observada enquanto uma “política assistencial” que garante a algumas mulheres a ocupação de postos de *trabalho*. Ser *setor* por um período de tempo e participar diretamente da dinâmica do PCC podem ser não apenas uma posição circunstancial, mas também bastante relacionada às necessidades das mulheres em receber um auxílio financeiro mínimo.

No entanto, o desempenho de atividades ligadas à dinâmica do PCC na prisão, circunstanciais ou não, não é extensivo a todas; requer que as mulheres negociem a ocupação desses espaços, em um primeiro momento, e cumpram tarefas destinadas a essas posições, que demandam outras mediações e negociações. Dita, por exemplo, não era inserida nessa rede de relações. Letícia, por sua vez, ocupou a posição de *setor* e a deixou por um posto de trabalho dentro da prisão que garantia um salário equiparado ao anterior e exigia menos dedicação. Ela pode negociar a obtenção do *trabalho* de *setor* e era constantemente demandada para mediar pequenas discussões e transportar recados – entre mulheres e das mulheres para as funcionárias da prisão.

A posição ocupada permitia que Letícia circulasse pela prisão, mas outorgava responsabilidades que, avaliadas pela personagem, não compensavam os esforços demandados.

Ainda que Letícia cumprisse um papel de mediar comunicações, ela não era uma das mulheres identificadas como *patricinhas* por outra interlocutora; estas possuem posições mais aprofundadas na dinâmica do PCC e desfrutam, dentro da prisão, das vantagens associadas a essas posições – como morar nas celas de um andar em específico e ser reconhecida diante dessa diferenciação.

As caracterizações relacionadas ao trabalho e às relações com o PCC servem, aqui, para demonstrar que as mulheres elaboram distinções entre si que conectam a instituição penitenciária “legal”, representada pela administração prisional, e a “extra-legal”, aludida pelo Primeiro Comando da Capital. Ainda que todas vivam diante do ordenamento moral estabelecido pelo PCC, os níveis de envolvimento com o mesmo grupo produzem nuances entre as formas pelas quais essas mulheres circulam pela prisão. O acesso a mercadorias também se insere na elaboração dessas diferenças, assim como a divisão do trabalho no interior das celas – e a contratação de “diaristas” por parte de algumas delas. Essas distinções que passam pelo trabalho, possibilidades de consumo e relações com o PCC constituem uma espécie de sistema que estabelece clivagens entre as mulheres. Todas são mulheres presas, mas elas não são iguais. E é diante dessas clivagens que operam as negociações que articulam o intra e o extramuros da vida das mulheres.

Diante dos aspectos já trazidos no capítulo, busquei sistematizar alguns elementos como forma de circunscrever uma dinâmica da cadeia que requer, todo o tempo, que as mulheres ali encarceradas se movimentem. Ana, Cris e Mariana, interlocutoras da pesquisa, movimentavam-se na prisão. Trabalhavam, namoravam, estudavam, recebiam visitas, viviam e negociavam posições nessa espécie de sistema social existente no interior do cárcere. A elaboração de um olhar crítico para as relações estabelecidas na prisão, apresentadas na fala de Cris, é uma forma de se posicionar diante desse sistema. Dita, por sua vez, não se movimentava da mesma forma. A perspectiva apresentada a seguir e formulada a partir da convivência com Dita é um

contraponto aos próximos capítulos, que se propõem a discutir as estratégias de atuação mobilizadas por Ana, Cris e Mariana. A estratégia que mobilizava Dita e as suas relações com as outras presas e a Pastoral era o sofrimento.

vi) Um contraponto: Dita, sofrimento e agência

“Tem hora que me dá vontade de voltar de novo. É como se fosse normal, a mesma coisa que a rua. É o que a cabeça tá sentindo”. Foi o que Dita disse a mim e a outros voluntários da Pastoral Carcerária na primeira vez que a encontramos após a sua saída da prisão, mais magra e mais envelhecida do que quando a via nas visitas ao cárcere. Nesse dia, sua aparência me assustou e preocupou. Se na prisão eu achava que ela parecia mais velha do que realmente era e me preocupava com a sua fragilidade física, em nosso primeiro encontro na rua pensei, por um momento, que a rua lhe tinha feito mal.

Dita é uma senhora bastante envelhecida, que aparenta mais idade do que os seus cinquenta e poucos anos. Negra e analfabeta. Mora em uma favela situada em um bairro da zona oeste de São Paulo. Seu barraco, minúsculo, tem um pequeno cômodo que serve de sala-cozinha e um banheiro. Num segundo pavimento conectado ao primeiro por meio de uma escada um pouco mambembe, há um quarto – também minúsculo – onde dormem Dita, seu filho adolescente e, às vezes, o filho mais velho – que alterna as suas noites entre a casa da namorada e a casa da mãe.

Quando a conheci, ainda na prisão, ela perguntava sempre por outra voluntária da Pastoral que fazia visitas antes da minha chegada e com quem possuía uma forte ligação. Em alguns dias de visita, Dita alternava sua presença entre a nossa roda e a roda coordenada por um voluntário do grupo espírita. Ao fim, sua participação nas rodas de conversa das igrejas parecia mais uma forma de ter atenção e companhia, e isso independe do credo.

Era para Dita que quase todas as semanas escrevíamos cartas endereçadas a seus dois filhos. O filho mais velho, que tem pouco mais de vinte anos, é réu no mesmo processo

que a levou à prisão. Uma das coordenadoras da Pastoral conta que Dita foi presa porque, na tentativa de livrar o filho da prisão, assumiu a responsabilidade pela posse da droga que foi apreendida em sua casa. A estratégia não funcionou. Tanto ela quanto o filho foram presos. Um dos aspectos curiosos do caso é que o filho foi solto muitos meses antes de Dita obter sua liberdade. Enquanto ele já tinha saído da prisão, o processo dela não possuía um número de execução, fundamental para a obtenção de benefícios, tais como a progressão de medida para o regime semiaberto ou o direito à *saidinha*⁵⁹. Diante da saúde física e mental de Dita bastante abaladas por sua experiência do cárcere, Joana, também da Pastoral⁶⁰, pediu ajuda a uma advogada criminalista para conseguir sua liberdade, obtida no fim de 2012.

O caso de Dita poderia ser considerado um “clássico” que alude à concepção de que as mulheres se envolvem com o tráfico ou vão para a prisão por causa dos seus “homens”. Na tentativa de proteger seu filho, essa senhora assumiu algo que, a princípio, não lhe dizia respeito e hoje tem uma passagem pela justiça criminal sob o rótulo de “traficante”.

Quando a conheci, sua história me despertou muito interesse. Em minha opinião, a sequência de eventos que levou Dita à prisão tinha aspectos que não se encaixavam perfeitamente na constituição de uma “verdade” sobre ela e não criavam coerência com aquela figura com a qual me encontrava todas as semanas. Velha e frágil, presa por tráfico. Ela me chamava de *fia* e me confundia com outras voluntárias que já haviam passado por ali. E dizia, com a voz baixa, que não se podia confiar em ninguém na prisão.

A figura de Dita, a(s) história(s) que contavam e o contato frequente com ela me enredaram de tal forma que, em um dado momento, ir à prisão era me encontrar com Dita e dali não sair. Não que falássemos muito sobre as questões que me interessavam para a pesquisa, nem que minha vontade fosse ficar ali, conversando exclusivamente com ela; mas a minha atenção era o que ela exigia. Conversas alongadas com outras

⁵⁹ A saída temporária (ou “saidinha”, para as presas) permite que a presa saia da prisão durante determinados finais de semana e volte à unidade na segunda-feira seguinte.

⁶⁰ Joana, grande interlocutora na Pastoral Carcerária e no GET Mulheres Encarceradas, foi citada na introdução da dissertação.

mulheres que procuravam a Pastoral eram interrompidas por gemidos e reclamações de Dita relacionadas a dores físicas e a outros sofrimentos. Em um dado momento, ela tinha o controle da nossa relação voluntária-atendida, o que afetou a outra relação também ali presente, a de pesquisadora-interlocutora. De certa forma, a constituição dessas duas relações era articulada, mas as tentativas de sistematizar essa articulação e dar conta dos dois momentos em separado eram, com Dita, um exercício extenuante.

Se o meu olhar de pesquisadora para essas mulheres busca compreender as estratégias de agência possíveis em um ambiente prisional, com Dita eu pude perceber o quanto a operação dessas mesmas estratégias poderia me envolver a partir do trabalho enquanto voluntária da Pastoral. A relação com Dita passava, constantemente, por uma necessidade de negociação. Era preciso fazer inúmeras mediações para que eu pudesse dar atenção a outras mulheres e outras histórias, nos momentos de trabalho da Pastoral.

Em um determinado período, meu esgotamento diante da convivência com Dita chegou a um limite. Felizmente, nesse mesmo momento Dita obteve a liberdade e pôde voltar para casa. Depois de um tempo, voltei a contatá-la e a encontrei algumas vezes, em diferentes locais. Nessas conversas, pude retomar algumas questões relacionadas à sua vida na prisão e às suas perspectivas para a vida além dos muros.

Os muitos fragmentos da vida de Dita foram acessados por diversas vias: conversas, visitas à sua casa posteriormente à saída da prisão e relatos de outras pessoas que conviveram com ela no período da prisão e ainda a visitam. A ideia que me perseguia, a princípio, de encaixar esses fragmentos em um todo coerente, em uma “verdade”, deixou de fazer sentido. Prefiro encarar esses mesmos fragmentos como olhares para a trajetória de uma mulher que, presa por tráfico, teve na prisão a cristalização de um *abandono social* (Biehl, 2008) presente em sua vida desde muito antes. E, ao mesmo tempo, teve na prisão o contato com pessoas que a escutavam. A prisão esteve no centro não apenas das relações com seus filhos, mas também criou relações com outras presas e com os voluntários da Pastoral que, a meu ver, eram caras à Dita.

A ideia de abandono social é tomada de João Biehl, que construiu a trajetória de uma paciente de um hospital psiquiátrico do Rio de Janeiro. Biehl diz que pensava em Catarina, sua interlocutora, “como uma pessoa abandonada que, contra todos os empecilhos e probabilidades, reivindicava uma experiência ao seu próprio modo” (Biehl, 2008, p. 418). Ainda que a pesquisa de Biehl seja bastante específica e situada em apenas uma interlocutora, com questões muito particulares, me parece que essa perspectiva pode dialogar com as experiências vivenciadas por Dita – presa, no cárcere, e livre, na rua.

Mas ela fez ou não?

Dita nunca quis falar sobre as circunstâncias que a levaram à prisão. Todas as vezes que tentei inserir o assunto na conversa ou fazer perguntas sobre o dia em que foi presa, ela desviou o foco do tema. Na última vez, em sua casa, quando pedi que ela me contasse sobre a sua prisão, ela foi até o seu quarto, trouxe uma caixa com uma incontável quantidade de remédios e receitas médicas e começou a contar como vinha sendo o seu tratamento de saúde. E a fazer perguntas, para mim, sobre a função e a eficácia de cada um dos remédios. Se o aprendizado da Antropologia passa por fazer perguntas impertinentes, Dita é mestra em escapar delas e redirecionar o tema do debate.

São muitas as versões da história que levou Dita à prisão, e muitas as conjecturas acerca dos eventos que culminaram em seu encarceramento e no de seu filho. Se eu tentava descobrir e entender os caminhos daquela senhora por atividades ligadas ao “mundo do crime”, não fui a única. As incertezas acerca dos culpados e inocentes na história de Dita intrigavam também a outras pessoas ligadas à Pastoral com quem eu conversava sobre o assunto. Havia a versão “oficial” – ao menos para nós – de que Dita assumiu a posse da droga apreendida na tentativa de livrar o seu filho da prisão. Mas havia, ainda, a versão de que a casa de Dita era uma espécie de depósito para guardar drogas, que funcionava com a sua anuência. Quando, na prisão, conversávamos sobre

culpa e inocência, as colegas de cárcere de Dita diziam acreditar que aquela senhora nada tinha feito e que o fato de estar presa era uma injustiça.

Essa, aliás, foi uma fala muito incomum na prisão. O benefício da dúvida era concedido a poucas; Dita era uma dessas. Nas conversas com as mulheres, são raras as que se reivindicam inocentes das acusações que as levaram ao cárcere. Muitas questionam a lista de *B.O.s*⁶¹ atribuídos a elas, os longos períodos de privação de liberdade aos quais foram condenadas e se revoltam com as condições da prisão; mas dizem que “aqui ninguém é inocente”. Cheguei a presenciar algumas discussões que foram iniciadas diante de comentários irônicos a falas de mulheres que demandavam inocência das acusações sob as quais haviam sido presas. Cris, personagem do capítulo 3, se envolveu em uma discussão sobre culpa e inocência motivada pela contagem do tempo de pena que faltava para que Lúcia, uma das mulheres que participavam da conversa, pudesse solicitar a transferência para o regime semiaberto. Enquanto fazíamos as contas para saber o tempo de pena em regime fechado que ainda restava, perguntei à interessada qual era o tempo total de pena, e Cris questionou se o crime era hediondo – diferenciação que alteraria as contas que tentávamos fazer. Lúcia se ofendeu com a pergunta de Cris e dizia que não tinha feito nada. Cris retrucava afirmando que “tudo bem, você pode não ter feito nada. Eu não quero saber, não estou interessada em saber o que você fez. Só estava tentando entender pra te falar se você já pode conseguir alguma coisa”. Diante do impasse criado, Lúcia deixou a roda de conversa e Cris, em seguida, iniciou um diálogo com uma das mulheres, que comentou: “É, todo mundo tá aqui porque fez alguma coisa!”. As duas passaram a lembrar de alguns casos de mulheres que se diziam inocentes e tinham a confiança das colegas de cárcere; estas, segundo Cris, saem rápido da prisão.

Se a imensa maioria das mulheres com quem conversei sinaliza que “ninguém é inocente”, muitas também têm histórias que remetem a abuso e violência policial nos momentos que antecederam a prisão. E que são centrais no contexto que levou Dita ao cárcere. A despeito de nunca gostar de conversar sobre os eventos que culminaram

⁶¹ A abreviação do “boletim de ocorrência” é utilizada pelas mulheres para aludir às acusações ou condenações que as levaram ao cárcere.

na sua prisão, Dita nos contou que a polícia invadiu a sua casa no dia em que apreendeu a droga. Independente de quem guardava a droga na casa de Dita, a Polícia parece ter se utilizado de uma prática chamada “entrada franqueada”⁶².

Sufrimento e agência

A prisão foi, na vida de Dita, um momento de intenso sofrimento. Durante o período de cárcere, ela não pôde encontrar seus dois filhos - o primeiro esteve preso durante parte do encarceramento de Dita e, mesmo depois de libertado, não obteve autorização para visitar a mãe justamente por responder a um processo criminal⁶³. O segundo é um adolescente, e Dita dizia preferir protegê-lo do ambiente prisional a receber a sua visita. Para além da distância dos filhos, o sofrimento de Dita passava pelas profundas dificuldades materiais, ainda que estas não fossem exclusivas da sua vida no cárcere. Se antes (e mesmo depois) de ser presa Dita tinha (e tem) uma vida praticamente miserável, na prisão esse aspecto se demonstrava à primeira vista.

O uniforme da prisão é composto por uma camiseta branca e uma calça de uma cor definida, e as presas geralmente usam calças com variações da cor estabelecida pela direção da penitenciária e diferentes modelos da camiseta branca. Esses modelos diferenciados não são oferecidos pelas penitenciárias, mas comprados pelas presas ou enviados pelos visitantes. Dita se destacava em comparação às outras presas: ela só tinha as roupas entregues pela direção, ou seja, sempre usava a mesma calça, já desgastada pelo uso, e o mesmo chinelo - ainda mais desgastado do que a calça. No frio, colocava meias com o chinelo e um casaco, também sempre o mesmo. O trabalho

⁶² A “entrada franqueada” é bastante recorrente nos processos relacionados a tráfico de drogas. Consiste em flagrantes realizados pela Polícia, nas casas de acusados, sem um mandado de busca expedido pela Justiça. Como qualquer entrada em uma propriedade requer um mandado, os policiais se justificam dizendo que sua entrada foi franqueada pelo acusado em questão; em outras palavras, a pessoa acusada de posse de drogas teria permitido a entrada da Polícia em sua propriedade.

⁶³ A necessidade de um cadastro e emissão de uma carteirinha que permite a entrada na prisão não ocorre apenas para os voluntários de organizações religiosas. Os familiares e amigos de presas e presos que desejem visita-los na prisão devem se cadastrar e, para o cadastro, é necessário enviar um atestado de antecedentes criminais. Pessoas que respondem a processos criminais não são autorizadas a entrar em penitenciárias na condição de visitas. Esse era o caso do filho de Dita.

na prisão, possibilidade de ganho para as mulheres que não recebem *jumbo* de familiares, não está disponível para todas - não há vagas. E Dita não conseguiu trabalhar durante o tempo de cárcere. Dessa forma, quase tudo o que tinha era o fornecido pela prisão: comida, roupas, chinelo. Em um universo de mulheres pobres, Dita era ainda mais pauperizada. Se a dinâmica da cadeia promove uma estratificação social entre as mulheres, Dita representava a parcela mais pobre, aquela que só vive com os produtos e serviços que a própria prisão (ou melhor, a gestão prisional) oferece.

Por outro lado, a prisão também foi um espaço onde Dita conquistou alguma solidariedade. Se ela tinha diversos problemas com a sua companheira de cela, outras mulheres a ajudavam. O único casaco que tinha havia sido doado por uma colega de prisão. Geralmente, algumas mulheres ofereciam a ela pacotes de biscoitos e outras guloseimas que Dita não recebia pelo *jumbo* e não tinha dinheiro para comprar. Com efeito, a própria Pastoral tornou-se presente na vida dela não somente a partir das visitas religiosas, conversas e ajuda com cartas, mas também pelo trabalho jurídico que a tirou da prisão. Diante disso, é possível que o desejo difuso de voltar à prisão, assumido por Dita, passe pela vivência desses momentos de ajuda e solidariedade dentro do cárcere que lhe ofereceram estratégias de saída. Se fora da prisão ela é só mais uma das muitas moradoras da favela, dependente de programas sociais e marcada pela etiqueta de ex-presidiária, dentro da prisão, e sem desconsiderar os horrores vividos ali, ela vivenciou um contexto que lhe concedeu alguma agência, sobretudo na relação estabelecida com a Pastoral.

As relações que foram construídas na vida de Dita a partir do seu período na prisão podem ser colocadas em diálogo com McClintock (2010), que remete à vida de uma empregada doméstica da Inglaterra vitoriana e à relação marcada por rituais fetichistas⁶⁴ que ela estabelecia com o seu esposo, que havia sido um dos seus

⁶⁴ Hannah Cullwick e Arthur Munby se conheceram antes que ela, criada, trabalhasse para ele, um membro da alta classe média. Eles mantiveram em segredo o relacionamento que durou toda a vida. McClintock relata que "os diários de ambos revelam, embora de maneira diferente, um envolvimento profundo e mútuo numa variedade de rituais fetichistas: escravo/senhor, servidão/disciplina, fetichismos de mão, pé e botina, rituais de lavagem, infantilismo, travestismo e um fascínio mútuo e profundo pela sujeira" (McClintock, 2010, p. 207).

patrões. A autora reconhece na experiência dessa empregada que o trabalho doméstico "configurava da maneira mais profunda sua autoestima e as fronteiras entre ela mesma e os outros (...)", ainda que o trabalho doméstico fosse uma atividade publicamente desprezada. Em certa medida, a experiência da prisão pode ter atuado nesse sentido na vida de Dita: uma circunstância de intenso sofrimento e marginalização, por um lado; e, por outro, um momento onde, em determinadas relações ali estabelecidas, era ela quem conduzia a *cena*⁶⁵.

McClintock também afirma que:

O poder que decorre de ser o espetáculo para o olhar do outro é um poder ambíguo. Permite que se internalize o olhar do *voyeur* e participe do gozo vicário de seu poder. Mas também alimenta uma dependência correspondente daquele que é dotado do privilégio social da aprovação (McClintock, 2010, p. 236).

Se Dita era o espetáculo e nós, *agentes* da Pastoral, éramos, em alguma medida, *voyeurs* nessa relação; se ela tinha um poder decorrente dessa relação, ainda que ambíguo, a ambiguidade desse poder é sintetizada nos desejos conflituosos que a prisão desperta em sua vida. Ela disse, em um momento, que às vezes tinha vontade de voltar, mas lembra - e repete sempre que nos encontramos - que o período no cárcere foi de intenso sofrimento. A *cena* do sofrimento estava presente na prisão e está presente na rua. Mas as *agentes* da Pastoral, antes *voyeurs* semanais, tornam-se esporádicas no momento em que ela é solta. O jogo, que envolve poder, perde força com a saída da prisão e a volta para a vida fora dos muros.

McClintock (2010) também estabelece que a principal questão – e a mais difícil - a ser feita em se tratando das relações diz respeito a “que tipo de *atuação* é possível em situações de *desigualdade* social extrema” (p. 211). Considerando essa mesma questão e partindo da situação de desigualdade vivida por Dita e pela vida - também miserável - na prisão, a discussão proposta sobre as relações com as companheiras de cárcere e com a Pastoral não pretende minimizar o horror vivido por Dita em seu período na prisão, mas indicar uma estratégia de sobrevivência. Em outras palavras, pretende-se

⁶⁵ Essa ideia de conduzir a cena é ainda inspirada em McClintock.

afirmar que a prisão dilacera relações - com os filhos de Dita, por exemplo -, mas está no centro de outras, que são ali estabelecidas.

vii) Uma tentativa de se apropriar da chave

Esse capítulo se propôs a apresentar e discutir algumas questões que passaram pela realização da pesquisa em uma prisão de mulheres. Busquei, em primeiro lugar, situar uma percepção sobre a prisão diante de referências que a colocam em constante diálogo com o mundo externo aos muros, em uma tentativa de estabelecer que as relações constituídas dentro da prisão não apagam as relações vivenciadas do lado de fora; ao contrário, ambas se alimentam uma da outra, cadeia e rua caminham juntas.

Contudo, a tentativa de reconstruir os processos de entrada na prisão serviu não apenas a uma necessidade de estabelecer o contexto no qual a pesquisa se desenvolveu, mas também à afirmação de que, reconhecidas as porosidades que envolvem a prisão e a vida fora dela, não se pode apagar o peso da instituição prisional e o fato, dado, de que as mulheres ali encarceradas vivenciam uma convivência diuturna com o Estado.

O Estado, no entanto, não é o único a estabelecer um ordenamento sob o qual a vida das mulheres se estabelece no cárcere. A presença do Primeiro Comando da Capital e as relações – e distinções – que permeiam essa presença são todo o tempo acionadas pelas interlocutoras que colaboraram com a pesquisa, ainda que de um ponto de vista “de fora”; nenhuma das mulheres com quem conversei afirmava possuir ligações mais profundas com o PCC, mas situacionais. Todas elas, no entanto, viviam sob uma lógica que era remetida à proposta do coletivo.

A vida na prisão passa, ainda, pela produção de reflexões que articulam as mediações e movimentos que as mulheres fazem diante das demais mulheres, da instituição prisional, dos procedimentos estabelecidos pelo PCC. A ideia de *maldade* dá consequência a uma tentativa de estabelecer diferenciações entre essas convivências e, ao mesmo tempo, indica uma necessidade dessas mulheres em construir para si estratégias

que permitam que elas transitem pela prisão sem serem capturadas pela *energia ruim* que circula ali e está nas presas. A prisão, em comparação ao sertão de Guimarães Rosa aludido na epígrafe, é um espaço de disputa entre o pensamento e o poder do lugar. Essa disputa é realizada de maneira distinta entre as interlocutoras desta pesquisa.

O contraponto de Dita, por fim, se propôs a apresentar uma questão que envolveu os meus dois lugares em campo – os de pesquisadora e agente da Pastoral – e como esses dois lugares reagiram ao intenso sofrimento vivenciado por Dita. O lugar ocupado por Dita aparece como contraponto às falas das outras interlocutoras da pesquisa, que se utilizam de lugares outros para explicar suas vivências no cárcere. Não pretendo, de forma alguma, minimizar o sofrimento de Dita, vivenciado na fala e no corpo; o propósito desse contraponto foi indicar as leituras possíveis para as questões que Dita levantava e perceber no sofrimento uma tentativa de estabelecer relações dentro da prisão.

2 | Retalhos de uma Ana: mãe, perigueti, traficante

*Sou Anna do dique e das docas
Da compra, da venda, das trocas de pernas
Dos braços, das bocas, do lixo, dos bichos, das fichas
Sou Anna das loucas
Até amanhã
Sou Anna
Da cama, da cana, fulana, sacana
Sou Anna de Amsterdam
(...)
Arrisquei muita braçada
Na esperança de outro mar
Hoje sou carta marcada
Hoje sou jogo de azar
(...)
(Chico Buarque/Ruy Guerra)*

Esse capítulo se propõe a apresentar a personagem Ana. Presa por tráfico, Ana compartilha essa experiência com a irmã e outros familiares que passaram pela prisão. As elaborações que Ana produz sobre sua família passam, sobretudo, pela perda da guarda da filha, nascida na prisão. Ainda que “bandidos” e “trabalhadores” coexistam em uma mesma família, a disputa pela guarda da filha de Ana demonstra que o sistema de justiça não faz a mesma diferenciação e trata a todos diante da primeira categoria.

A sexualidade de Ana também é uma questão desse capítulo, sobretudo diante das formas pelas quais a personagem agencia⁶⁶ as experiências com seus amores e constrói planos para depois do período de cárcere. Daí a tentativa de propor uma leitura da história de Ana diante de outra Anna, a apresentada na epígrafe⁶⁷.

⁶⁶ A despeito de descrever a agência de Ana a partir da sua sexualidade, e de defender que essa agência deve ser descrita, não deixo de destacar o questionamento de McClintock (2010), já citado nessa dissertação: “(...) que tipo de *atuação* é possível em condições de *desigualdade* social extrema.” (p. 211).

⁶⁷ Ainda que eu tivesse a intenção de apresentar todas as personagens dessa dissertação a partir de personagens outras – da música, sobretudo –, Ana foi a única cuja comparação me saltou aos olhos e pareceu se encaixar sem artifícios.

i) A filha da Ana

Conheci Ana em 2011, logo nos primeiros dias de visita na unidade prisional onde realizei a pesquisa de campo. Ela foi condenada por tráfico em um processo que também envolve sua irmã, Cida⁶⁸, e seus respectivos companheiros.

No início da decisão judicial que a condenou, Ana teve o nome completo seguido do seu “vulgo”: *periguete*. Dos quatro acusados, ela é a única a quem é atribuído um “vulgo” que, por sua vez, costuma carregar em seu sentido uma moralidade diante do comportamento e da sexualidade de algumas mulheres – sobretudo aquelas identificadas como pertencentes às classes populares⁶⁹. Gênero e classe são articulados na elaboração de um termo que, se vem sendo ‘positivado’ em determinados espaços, ainda serve à demarcação de mulheres cujas ações são – social e judicialmente – condenáveis⁷⁰.

Ela e a irmã sempre conversavam com Joana⁷¹, que é autorizada a fazer visitas em todos os pavilhões da unidade prisional. Mas as conversas não tratavam somente das suas condenações; o assunto principal era a filha que Ana teve na prisão e que agora não estava nem sob sua custódia nem sob os cuidados de sua família.

Antes mesmo de dar início às visitas na prisão, eu conhecia esse aspecto da vida de Ana por intermédio de Joana. Convivo com Joana já há alguns anos porque, entre outros espaços de trabalho compartilhados e relacionados à justiça criminal, participávamos juntas do grupo que discute questões relacionadas ao universo das

⁶⁸ Ainda que eu tenha tido conversas tanto com Ana quanto com Cida, me proponho a escrever, aqui, as histórias do ponto de vista de Ana, com quem tive a oportunidade de conversar mais longamente sobre as questões pertinentes à dissertação. De todo modo, Cida se faz presente na narrativa.

⁶⁹ Em Padovani (2010), uma das interlocutoras da pesquisa tinha em seu prontuário da prisão o vulgo “sapatão”, nunca utilizado para fazer autorreferência; como no caso de Ana, o vulgo não era apropriado pela mulher em questão e vinha carregado de julgamentos relacionados à sua sexualidade.

⁷⁰ Na análise de um programa voltado a mudar o estilo de mulheres, as autoras propõem que a ‘piriguete’ é vista como perigosa: “A mulher *piriguete* é vista como um *perigo* para a sociedade, pois ameaça valores tradicionais com seu comportamento sexual fora de relações estáveis/aceitas ou pela exposição do corpo, que pode sugerir conduta inadequada” (Cerqueira, Corrêa e Rosa, 2012, p. 133).

⁷¹ Joana, da Pastoral Carcerária e com quem tive contato ainda no GET Mulheres Encarceradas, foi apresentada na introdução da dissertação.

mulheres encarceradas⁷². Em uma dessas reuniões, em 2011, Joana nos apresentou o caso de Ana para discutirmos possibilidades de atuação.

Quando uma mulher dá à luz em uma situação de privação de liberdade nas penitenciárias de São Paulo, a legislação garante a ela o direito de permanecer com o bebê por um período de seis meses, tendo em vista a garantia de um tempo mínimo de amamentação. Passado esse prazo, o bebê é entregue aos familiares da presa, quando há essa possibilidade, ou encaminhado a um abrigo, quando a família da mulher não pode (ou não quer) recebê-lo. Não são poucos os casos em que não é respeitado o direito de permanecer com o bebê pelos seis meses, e as justificativas são geralmente relacionadas à falta de espaço possível para garantir um convívio seguro entre mãe e filho. No estado de São Paulo, as mulheres presas grávidas, quando estão às vésperas de dar à luz, são geralmente transferidas para o hospital penitenciário, localizado na capital, e permanecem ali durante o período de amamentação. No entanto, as vagas são limitadas (cerca de 100). As mulheres que não conseguem ficar nessa unidade prisional geralmente não são autorizadas a passar o período de seis meses com seus filhos, tendo em vista que as unidades prisionais femininas do estado não são nada adaptadas para a permanência de bebês – não possuem berçários, por exemplo. Recentemente, algumas reformas (mais ou menos estruturais) vêm sendo feitas em duas das unidades prisionais da capital e região metropolitana visando à adaptação de espaços que possam receber as mulheres e seus bebês.

A filha de Ana nasceu no hospital penitenciário. A família, que vive em uma pequena cidade do interior do estado, tinha se disponibilizado a receber a bebê. Mas ela foi levada do hospital com cerca de quinze dias de vida, enquanto era amamentada, por

⁷² O Grupo de Estudos e Trabalho (GET) *Mulheres Encarceradas*. Uma das últimas atividades do Grupo foi a campanha de arrecadação de roupas íntimas para as mulheres presas, ocorrida em fevereiro de 2013 para marcar o 8 de março, Dia Internacional da Mulher. A campanha obteve uma divulgação bastante significativa e, para além da arrecadação, conseguiu que a Secretaria de Administração Penitenciária (SAP) emitisse uma resolução estabelecendo novos critérios para a entrega de roupas, roupas íntimas e produtos de higiene para presas e presos. *Resolução 26*, de 01/03/2013, publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo de 02/03/2013, pág. 31. Disponível em: http://diariooficial.imprensaoficial.com.br/nav_v4/index.asp?c=4&e=20130302&p=1. (Acesso em 15/05/2013).

uma determinação judicial que concedeu a guarda da criança a um casal que tinha interesse em adotá-la. Foi a última vez que Ana teve notícia da filha.

A mãe de Ana teve a custódia da neta negada. Na decisão do juiz negando a guarda da criança à avó, o magistrado questiona a capacidade da mãe de Ana de cuidar da menina utilizando como argumento a noção de que ela não soube criar os próprios filhos, tendo em vista o envolvimento de alguns deles com atividades ilícitas. Percebe-se, na argumentação do juiz, que uma família “desestruturada” não tem condições de cuidar de crianças.

Collier, Rosaldo e Yanagisako (1992) ajudam a problematizar o entendimento assumido pela leitura da decisão judicial. Se o juiz deixa implícita uma noção de “família” nuclear e estruturada em torno de pai, mãe e (poucos) filhos ao explicitar que a avó não teria condições de cuidar da criança, as autoras argumentam que a noção de família é uma construção ideológica. Ao resgatar a contribuição das autoras para a discussão sobre família na Antropologia, Fonseca (2007) afirma que a discussão proposta pelas autoras “antecipou tendências – a “desnaturalização” do modelo hegemônico e o resgate da análise contextualizada de diversas formas familiares” (Fonseca, 2007, p. 15).

No julgamento do processo de adoção relacionado a Ana, a construção ideológica do magistrado parece ser a de que um grupo demasiado grande para se encaixar em uma dada concepção de família e com membros envolvidos em atividades socialmente consideradas criminosas não teria condições de estabelecer um ambiente saudável ao crescimento da menina.

Durante o período em que tive contato com Ana, ela e a irmã se comunicavam com Joana não apenas por meio das conversas realizadas nas visitas à penitenciária, mas também a partir de cartas. Em algumas delas, Ana atualizava Joana a respeito do andamento do processo referente à filha e pedia orientações sobre o que fazer e quais os significados dos documentos e solicitações que recebia. Em outras, fazia uma retrospectiva do seu caso em relação à perda da guarda da bebê, tendo em vista que Joana pedia relatos sobre o caso para buscar informações e sugestões de

encaminhamento junto a outras pessoas, advogados da área criminal e de família – incluindo as integrantes do próprio GET.

Nas cartas, Ana reforçava dois aspectos: i) o fato de que tinha uma família (aqui tomada como uma categoria de Ana que remete a seus pais e irmãos, mas sobretudo a seus pais) que poderia cuidar da criança e ii) o seu amor pela filha. No que concerne aos familiares, Ana reforçava, por escrito, que *tinha família* – como que para sublinhar que o fato de estar presa não a impedia de possuir pessoas com quem tinha laços. E que essa família era digna e capaz de criar sua filha com “dignidade e ética”, ressaltando que eram “pessoas de bem” e “trabalhadoras”. Com efeito, o termo “digno” foi muitas vezes utilizado para se referir à conduta de seu pai e sua mãe e à sua capacidade de criar a neta.

É importante, aqui, problematizar a noção de família como construção ideológica trazida por Collier, Rosaldo e Yanagisako (1992) diante da fala de Ana sobre as suas próprias relações familiares. Se o termo *família* representa, na fala do juiz, uma construção ideológica que estabelece parâmetros para definir o que essa família deveria ser, essa mesma construção está presente nos momentos em que Ana faz referência à família que possui, ainda que os dois usos e concepções expressem visões de mundo possivelmente distintas. Quando Ana diz que *tem família* e que essa família é *digna*, ela disputa a concepção do que seria uma família aceitável, capaz de cuidar de uma criança.

O *amor eterno* de Ana pela filha também era reforçado nas cartas⁷³. A narrativa construída por Ana para remontar à sua história é permeada pelo sofrimento da distância da criança, pelo fato de não ter conseguido amamentá-la durante o período necessário e, sobretudo, por não ter notícia alguma sobre a menina. Ana ainda conta, em uma das cartas, que a criança foi registrada em seu nome e também em nome do pai. Em grande medida, Ana remete a noções concebidas acerca do que seria o papel de uma mãe e do que seria uma “família estruturada”: reafirma o fato de que sua filha

⁷³ As cartas não apenas informam, mas se tornam documentos que podem ser acionados em caso de necessidade. Podem ser, assim, provas de condutas – no âmbito judicial ou extrajudicial. O uso das cartas como documentos vem sendo trabalhado por Natália Corazza Padovani, em textos ainda não publicados.

tem um pai que a reconhece legalmente e se utiliza de aspectos relacionados à maternidade – a amamentação, as saudades da criança, o amor incondicional – para reafirmar que sua filha deveria estar com sua família, e não envolvida em um processo de adoção.

Ana, ao falar sobre o curto tempo em que pôde amamentar a filha, traz não somente uma concepção de maternidade, mas aponta para outros indícios. Para além da amamentação ser um direito da mulher presa e do bebê, amamentar é parte de um processo de tornar-se mãe e de estreitar os laços com a criança recém-nascida; o leite não é somente uma substância que amamenta o bebê, mas uma substância que cria vínculos – o leite é “substância compartilhada” e cria relações duradouras (Carsten, 2000, *apud* Fonseca, 2007). A troca de substância e o cuidado com a filha, que Ana acabou por não vivenciar, são tão importantes na construção do parentesco como o casamento e a consanguinidade. A negação da amamentação e da convivência com a filha nesse período inicial foi, em última instância, a recusa de conceder à Ana a elaboração da sua maternidade.

A argumentação do juiz deixa de remeter a um aspecto que pode reverberar na intensa procura pela adoção da filha de Ana: a bebê é branca e do sexo feminino. Se ser mulher e não corresponder aos ideais de maternidade é um peso para Ana e reverbera não apenas em seu ‘vulgo’, mas também nas decisões judiciais relacionadas ao processo de adoção de sua filha, ser menina e branca são fatores que aumentam o interesse de famílias em adotarem um bebê.

Cardarello (2009) discute um movimento organizado de famílias pobres que exigia a revisão dos procedimentos legais relacionados a processos de adoção. A autora examinou o que chama de “tráfico de crianças legalizado”, que passaria por um “processo que transforma uma criança das classes populares em uma “criança abandonada” e, assim, passível de ser adotada” (Cardarello, 2009, p. 141)⁷⁴.

As crianças das classes populares são encaradas pelas classes altas, segundo a autora, diante de dois pontos de vista. Se, por um lado, são vistas como possíveis criminosos

⁷⁴ Em tradução livre.

que representam eventuais ameaças futuras significam, por outro lado, a possibilidade de concretização de um processo de adoção – sobretudo se a criança for branca. A autora ainda coloca que os processos que envolvem esse “tráfico de crianças legalizado” passam por um olhar que vê as pessoas pobres com características que as tornariam inaptas à reprodução e à criação de filhos. Em outras palavras, a pobreza seria vista por uma parcela significativa da sociedade como uma falha moral que transpareceria uma incapacidade de garantir que as crianças não sejam, ao fim, uma ameaça futura.

Os pontos que Cardarello levanta como associados pelas classes altas aos filhos das classes populares, incluindo a menção à cor das crianças como um aspecto importante no processo de adoção, encontram eco na história de Ana e no processo que envolve a guarda da sua filha. A desconfiança do juiz em dar a guarda da filha de Ana para sua família e a argumentação que descredita a capacidade dos pais de Ana de criarem uma criança a partir das trajetórias de Ana e alguns dos seus irmãos representam esse olhar que vê na pobreza uma falha moral.

Recentemente, Joana foi à cidade de origem de Ana e Cida, acompanhada de uma colega, assistente social, para visitar a casa onde vivem os pais e outros familiares das duas irmãs. A ideia era justamente conhecer o ambiente que, aos olhos do juiz, não era propício à criação da filha de Ana para entender a justificativa existente no processo e pensar em estratégias voltadas à reversão da decisão judicial. Como Ana não concordou com a adoção, o processo está inconcluso⁷⁵ – ainda que minha interlocutora não tenha notícia alguma da bebê. Joana compartilhou sua opinião da visita, dizendo que a casa é simples e que a família, pobre, lhe pareceu totalmente capaz de cuidar da criança.

⁷⁵ O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabelece o direito das crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária e coloca a família substituta como uma situação excepcional. Nesse sentido, a convivência com mãe, pai ou outros familiares (tios, tias, irmãos, avós) seria privilegiada. Ver: ECA, Capítulo III: Do direito à Convivência Familiar e Comunitária.

ii) Da família e dos amores

“Minha mãe tem quatro genros na cadeia”. Cida fez o comentário quando, em uma das nossas conversas, estávamos falando sobre família. A dela e de Ana é grande: a mãe tem, ao todo, 11 filhos. Elas gostam de nos mostrar os pais, irmãs e irmãos, sobrinhos e sobrinhas em fotografias que vez em quando chegam pelo correio. Enquanto observamos as imagens, elas narram histórias sobre as fotografias que aludem a uma cidade pequena e a uma família grande – marcada pelas experiências do encarceramento e pelo estigma daí consequente. “Essa aí é a minha irmã que tava presa, saiu faz pouco tempo”. “Essa é a minha sobrinha, que a minha irmã teve na cadeia. Essa é a minha irmã caçula, esse lugar aí é a cachoeira da cidade... essa aí nunca foi presa, graças a Deus!”.

À medida que as semanas passam e eu consigo encontrá-las, as duas nos atualizam com as novidades na vida de seus parentes, como se efetivamente conhecêssemos sua família. Compartilhar as imagens e as experiências vividas com os irmãos e sobrinhos nos coloca em uma posição onde ganhamos o privilégio de saber, a partir das suas falas, o que existe para além daquelas fotografias, o que ocorre na vida das pessoas fotografadas. Foi em uma das nossas últimas conversas de atualização que Cida me contou que outra irmã, que já havia saído da prisão, voltou para o cárcere. Está em uma penitenciária do interior do estado.

“Fui presa foi depois de velha”. Quando foram presas, Ana tinha 18 anos e estava grávida; Cida tinha 20. Residiam em uma cidade no interior do estado e passaram por diversas unidades antes de chegar a São Paulo. Aqui, já dividiram o *barraco*⁷⁶, mas decidiram viver em celas diferentes. Acharam melhor se separar para que evitassem conflitos decorrentes da convivência intensa, dado que além de estarem na mesma prisão, trabalhavam na mesma empresa⁷⁷.

⁷⁶ *Barraco* é como as presas chamam as suas celas.

⁷⁷ Diversas empresas possuem oficinas de trabalho no interior das penitenciárias. No caso específico da penitenciária onde realizo visitas, tenho conhecimento de empresas que trabalham com produtos variados: montagem de tomadas, materiais hospitalares, sacolas de papel, elásticos de cabelo, garfos plásticos para festa. As mulheres que trabalham no interior da prisão recebem um salário (que varia de

As duas relatam que cometiam atos infracionais na adolescência e, pelo que dizem, chegaram a cumprir medidas socioeducativas em meio aberto nesse período. Para Ana, o fato de ter sido “arteira” na adolescência pesou na sentença do atual processo, que prevê uma longa pena de prisão em regime fechado. Segundo ela, o juiz já a conhecia e à sua família por ter atuado em processos anteriores que a envolviam, relacionados aos atos infracionais.

Tanto Ana quanto Cida foram presas com seus companheiros. Ana ainda mantém contato com seu companheiro por meio de cartas, mas ainda não sabe se quer manter o relacionamento com ele quando sair da prisão. Ela nunca se demonstra muito empolgada com esse relacionamento, ainda presente por meio da troca de cartas. As dele sempre chegam a ela com envelopes decorados com palavras escritas em uma caligrafia caprichada – em uma delas, havia uma grande “saudades” desenhada a esferográfica preta. A falta de empolgação de Ana com o relacionamento é tanta que recentemente ela começou a se corresponder com outro homem, também preso. O antigo companheiro e o novo namorado não sabem da existência um do outro.

Ana não conhece o novo namorado da rua. O primeiro contato foi feito por meio de uma *pipa*⁷⁸, um bilhete onde ele pedia o início de correspondência com alguém. Uma amiga de Ana repassou a ela o pedido e desde então eles vêm conversando. Nos três meses de troca intensa de correspondências, ela conta que eles conversam sobre tudo: vida, família, time, sexo, cor e comida preferidas. Outras presas com quem conversei ao longo da pesquisa disseram que conheceram namorados dessa mesma maneira: circulando a intenção de relacionar-se com alguém a partir de bilhetes encaminhados por amigos e conhecidos, também presos, ou respondendo a comunicações parecidas que também chegavam pelas mesmas vias.

acordo com a empresa) e podem solicitar o uso dos dias trabalhados para a remição da pena: a cada três dias trabalhados, um dia de pena é reduzido do tempo total da sentença.

⁷⁸ *Pipas* são bilhetes que circulam na prisão e entre as prisões. Elas chamam de *pipa* os bilhetes que chegam com dados de mulheres que pedem informações sobre o andamento de seus processos, e também esses bilhetes que circulam pedindo *correspondentes* – mulheres interessadas em estabelecer um relacionamento com homens também presos. Nos casos que conheci, a indicação das *pipas* pedindo *correspondentes* veio de amigas que já tinham relacionamentos com outros homens conhecidos daquele que enviou a *pipa*.

O novo namorado de Ana contou a ela que está preso em uma unidade do interior do estado e disse que está no *crime* desde os 14 anos – hoje, tem 23. Depois que a mãe foi presa, ele foi para um abrigo, chegou a morar com outros familiares e passou pela *Febem*⁷⁹ antes de voltar para o tráfico e ser preso, já adulto. O pai dele também está preso hoje em dia.

Além de conversarem e contarem suas histórias um ao outro, as cartas do novo namorado – e também as do antigo companheiro – vêm cheias de tentativas de controle (e ameaças, ainda que veladas) que têm a intenção de estabelecer um comportamento a ser seguido por Ana. O companheiro, pai da filha de Ana, diz a ela para não se esquecer dele, e que vai descobrir se ela fizer algo de errado – o que é interpretado por Ana como uma ameaça. O novo namorado, por sua vez, escreve recomendando que ela se comporte e não use roupas curtas na prisão.

É possível imaginar que essa tentativa de observar à distância o corpo e as roupas de Ana, sobretudo no caso do novo namorado, tenha relação com dois fatores. O primeiro remete à possibilidade de eventuais relacionamentos homoafetivos dentro da unidade prisional. Não é incomum encontrar presas que, na rua, se relacionam com homens e, na prisão, passam a relacionar-se com mulheres⁸⁰. O segundo aspecto diz respeito às políticas de regulação estabelecidas pelo PCC que operam em certas unidades prisionais de mulheres e passam, em certa medida, pelo trânsito de informações sobre o que ocorre nessas penitenciárias para as unidades masculinas. Em outras palavras, há fofoca entre unidades prisionais. Segundo uma interlocutora, “onde tem mulher, tem buxixo”. Padovani (2010b) fala sobre a *cagueta*, personagem misteriosa que nenhuma presa saberia personificar, mas que garante o fluxo de informações das penitenciárias de mulheres para as unidades onde os homens estão presos⁸¹.

⁷⁹ Fundação Casa, órgão do governo do estado responsável pela aplicação das medidas socioeducativas de internação e semiliberdade, destinadas a adolescentes acusados de cometerem atos infracionais. Até 2006, a Fundação ainda era conhecida como Febem – nome que ainda resiste.

⁸⁰ Para saber mais sobre homoafetividade e prisões de mulheres, ver Padovani (2010, 2010b).

⁸¹ A observação do fluxo de informações entre as unidades de mulheres e homens tem sido uma questão constante tanto em minha pesquisa de campo como na pesquisa de Natália Padovani. Temos discutido nossas impressões sobre o campo buscando problematizar esse fluxo da fofoca tendo em vista

O comportamento de uma companheira em uma unidade prisional pode ser motivo de constrangimento do homem preso, sobretudo diante de um *ethos* do PCC que reforça binarismos de gênero. Grimberg (2009), ao etnografar a mega-rebelião dos presídios em 2006 (articulada pelo PCC), apresenta a divisão sexual do trabalho que ali operava, ainda que não problematize essas questões sob uma perspectiva de gênero. Enquanto os homens presos estariam envolvidos com a produção da rebelião em si, as suas mulheres, “fonte de força e equilíbrio emocional”, garantiam a reprodução: cuidavam para que não faltassem suprimentos e se responsabilizavam pelo fluxo de informações, dinheiro e drogas para dentro e fora da prisão. Biondi (2009) descreve uma série de situações envolvendo a sua pesquisa que deixam implícitas concepções de gênero bastante demarcadas. Enquanto esposa (e visita) de um preso, a pesquisadora geralmente não conversava diretamente com seus interlocutores, ação intermediada por seu esposo. Os presos não poderiam dar início a uma conversa em respeito à senhora de outro preso; ao mesmo tempo, ela deveria portar-se conforme o esperado de uma visitante. Afinal, qualquer deslize por parte dela seria creditado ao seu marido preso e à sua incapacidade de *instruir a visita*. Nesse sentido, é possível apreender que o comportamento das presas com companheiros e namorados presos em unidades que *correm com o Comando* não é apenas informado, mas tem influência na forma como os homens presos relacionam-se uns com os outros⁸².

Ana me disse que, a despeito da resistência dos laços com o antigo companheiro, ela e o novo namorado estão *noivos* – ele quer que ela vá viver com ele depois que ambos saírem da prisão, e ela disse a ele que aceita. Mas em nossas conversas ela não tem tanta certeza que vai fazer o que diz ao seu correspondente. Comentou que não quer viver na cidade que ele propõe porque toda a família dele é envolvida com o *crime*, e

o seu papel na regulação exercida pelo PCC e as elaborações de gênero e sexualidade inseridas nesse processo.

⁸² Em dissertação de mestrado recentemente defendida, Jacqueline Ferraz de Lima (UFSCar) apresenta um estudo sobre as “mulheres fiéis”, categoria utilizada pelas mulheres que são namoradas e esposas de homens presos em unidades que vivem sob o regime do PCC. As expectativas em relação ao proceder das “mulheres fiéis” são baseadas em condutas que poderiam ser analisadas diante do gênero. Ainda, essas mulheres formulam concepções de família que dialogam com os períodos de cárcere e liberdade – para elas, o ideal de família só será cumprido após a liberdade dos seus companheiros. A dissertação não está adequadamente citada porque passa por um processo de revisão anterior à divulgação de uma versão definitiva.

não voltar a se envolver com práticas consideradas criminosas seria muito difícil. Seu plano é ficar longe do *crime* e de situações que facilitem seu contato com o *mundo do crime* (Feltran, 2008; Ramalho, 2008 [1979]).

Nesse contexto de tentar uma nova vida após a prisão, longe do *crime*, Ana diz, meio em tom de deboche, que o melhor a se fazer seria encontrar um *velho* que possa sustentá-la. E conta histórias de que, antes da prisão, se aproveitava do interesse que alguns *velhos* tinham por ela – seja conseguindo presentes, seja praticando furtos. Quando rimos da forma como Ana diz, ela volta a falar, meio a sério, que essa seria a melhor escolha em se tratando de um relacionamento para o período posterior à prisão: um *velho* que possa sustentá-la e cuidar dela.

Essa elaboração sugere que Ana tenta obter vantagens a partir da sua sensualidade – ou do interesse de *velhos* por ela. Fonseca (1996) diz que o velho é “um tipo de otário que nutre a ilusão de ser o único ou pelo menos privilegiado no que diz respeito aos afetos da mulher” (p. 24). A referência a essa figura apareceu para a autora em uma pesquisa com prostitutas, mas também no discurso de mulheres de bairros populares. O velho seria, nesse último contexto, uma forma de mobilidade social.

A fala de Ana a respeito dos *velhos* não é exclusiva. Outras interlocutoras também alimentam a vontade de conseguir um homem que possa sustentá-las. Em consonância com essa perspectiva, uma interlocutora disse, em uma das conversas no campo, que “homem novo é só pra tirar uma casquinha”. Se a figura do *velho que cuida* aparece em outras pesquisas, ele também é compartilhado no imaginário de algumas mulheres na prisão.

iii) Do crime e das drogas

Ana e Cida foram condenadas à prisão pelo envolvimento com o tráfico de drogas associado a outras práticas – roubo e receptação, em ambos os casos. A decisão judicial que as condenou usa, em sua argumentação, o relato de que a polícia recebia inúmeras denúncias que relatavam as atividades de tráfico das irmãs, embora nunca

tivessem sido surpreendidas durante a prática. Em nossas conversas, ambas relatam uma inserção no tráfico intimamente relacionada ao uso contínuo de substâncias, sobretudo o crack. As ações que foram rotuladas como tráfico de drogas pelo sistema de justiça serviam, assim, mais para garantir o uso do que como busca por um grande retorno financeiro. Esse parece ser mais um caso de imbricação entre redes de usuários e as “franjas” do comércio de drogas ilícitas, já mencionado em pesquisas anteriores (Velho, 1998 [1975]; MacRae e Simões, 2000).

Ana contou um episódio que ilustra a intensa imbricação entre o uso contínuo do crack e o tráfico que realizava para possibilitá-lo. Já grávida, mas ainda fora da prisão, Ana vinha brigando continuamente com seu companheiro. Como as brigas geralmente chegavam às agressões físicas mútuas, os vizinhos chamavam a polícia para intervir – ela chegou a feri-lo com uma faca em uma das vezes, após apanhar dele. Em uma das noites de briga, Ana tinha em sua casa algumas porções de crack que estariam destinadas à venda e, sabendo que a polícia logo chegaria, se embrenhou em uma mata próxima à sua casa para esconder a droga e buscá-la depois que a polícia partisse. Nesse processo, Ana conta que perdeu na mata o crack que devia esconder. Quando foi explicar a história ao traficante que a supria com as drogas destinadas à venda, ele desconfiou que ela mentia. Para ele, ela teria fumado todo o crack e inventado a história para não admitir o uso do que devia ser vendido. Ana diz que insistiu na veracidade da história e, ainda que o traficante não tenha ficado totalmente convencido, ela conseguiu, ao menos, que ele não cobrasse dela o prejuízo com a perda da droga. A desconfiança do traficante estava, certamente, embasada no fato de que Ana era efetivamente uma usuária assídua de substâncias; do contrário, ele não teria pensado que ela inventou uma história para esconder um eventual uso do crack que não deveria ser usado, mas vendido.

Se as relações com o traficante eram permeadas por episódios de desconfiança, as relações com as demais pessoas da cidade não parecem ser muito melhores. Nem Ana nem Cida querem voltar a viver ali. Ambas dizem que não conseguiriam emprego por serem conhecidas na cidade em decorrência das práticas que as levaram à prisão, e preferem pensar em partir para alguma outra cidade, na mesma região, para

recomeçar a vida. As poucas possibilidades de Ana e Cida seguirem a vida em sua cidade após o período da prisão podem ser lidas diante do complexo de honra e vergonha. No verbete elaborado por Mariza Corrêa (2012), a vergonha seria o principal atributo feminino e a honra, o masculino. As mulheres que agissem de modo a colocar a honra da família em questão estariam sujeitas à violência em relação aos seus comportamentos. Claudia Fonseca também remete à discussão sobre honra e vergonha e explica que “o prestígio e o poder de um indivíduo dependem em grande medida do controle familiar da sexualidade feminina” (Fonseca, 2000, p. 134). Ao problematizar essa diferenciação diante do seu contexto de pesquisa, Fonseca percebe que o olhar para o comportamento sexual das mulheres e homens depende da relação existente entre quem observa e quem cometeu o ato. Pode-se supor que a associação de Ana a uma dada vivência da sexualidade não é necessariamente questionada pelos seus familiares ou tomada como motivo para o rompimento de relações. Contudo, sua sexualidade articulada ao envolvimento com o comércio de drogas são condutas associadas a ela de tal maneira que a vida na cidade seria impossível diante dos olhares reprovadores de outros. À sua vida anterior soma-se, ainda, a privação de liberdade como elemento estigmatizador.

Cunha (2003) propõe que a prisão, no contexto de sua pesquisa, não é mais uma instituição total porque, cada vez mais, há um trânsito entre o bairro e a prisão; a experiência do encarceramento tem se tornado recorrente em determinados grupos sociais, deixou de ser “*um intervalo na vida* para passar a ser uma de suas etapas” (p. 6). A autora ainda argumenta que a erosão das fronteiras entre o bairro e a prisão transforma o estigma do encarceramento. Se, antes, com a existência de muros mais definidos entre bairro e prisão, o estigma era circunstancial e poderia ser ocultado, ele agora toma formas mais estruturais e é mais difícil de ser mascarado.

A relação de Ana e sua família com a cidade onde vivem parece ser permeada por esse estigma de ordem estrutural. O histórico de atos infracionais na adolescência e o fato de mais membros de sua família terem passado pelo cárcere levam a crer que tanto Ana quanto Cida possuem uma avaliação correta do que as espera em sua cidade caso decidam voltar para ali após a prisão.

iv) Anna de Amsterdam

*Anna de Amsterdam*⁸³ é uma canção de Chico Buarque e Ruy Guerra que faz parte da peça de teatro *Calabar*. A Anna da música é “do dique, das docas”, “da cama, fulana, sacana”; e cruzou “um oceano na esperança de casar”. É “do cabo, do raso, dos ratos”; e hoje se vê como “carta marcada”, “jogo de azar”. A canção é construída em torno de dois movimentos bastante distintos que se alternam e, assim, apresentam particularidades diversas de uma mesma Anna. A personagem tem as falas e músicas que fazem referência a si e aos outros permeadas por ironia e deboche. E essa Anna, “do beco sem saída”, me pareceu lembrar aspectos da Ana que encontrei na prisão.

O “vulgo” de Ana indica que o seu comportamento e a sua sexualidade foram considerados pelos juízes nos processos que a levaram à prisão e que retiraram de sua família a guarda da filha. Ser *periguete* (ou o fato de ser “da cama, fulana, sacana”) parece um fator que questiona a sua capacidade de ser uma mãe adequada.

No contexto em que foi usado para referir-se a Ana, *periguete*⁸⁴ transforma-se em uma classificação que articula certo olhar que condensa gênero, sexualidade e classe, tendo em vista que faz referência a uma mulher jovem cuja sexualidade não é controlável – e que se utiliza dessa sexualidade para obter ganhos. Tais ganhos, se podem ser encarados pelo sistema de justiça como *prostituição*, não são percebidos da mesma maneira por minha interlocutora; eles fazem parte da transação e são, para ela, efeitos que caminham juntamente com o sexo. A sexualidade é a estratégia que funciona. Contudo, a associação da sexualidade “descontrolada” à classe é o que dá sentido ao “vulgo” de Ana. A visão da pobreza como falha moral caminha ao lado da falha moral atribuída à maneira como ela vivencia sua sexualidade; a crítica à sua conduta sexual

⁸³ A canção pode ser ouvida em: <http://grooves shark.com/s/Ana+De+Amsterdam/4MxBq1?src=5> (Acesso em 17/05/2013).

⁸⁴ A procura por referências bibliográficas que discutem o termo “periguete” nas nossas ciências sociais e a dificuldade em encontrá-las indicam que este é, ao que parece, um tema ainda a ser investigado mais detidamente.

não seria produzida da mesma maneira sem a situação de classe em que Ana se encontra.

Desde o cárcere, Ana mantém – e constrói – relacionamentos amorosos que, ao fim, não são o que ela gostaria de ter. A inserção do novo namorado no *mundo do crime* e a relação com o antigo companheiro permeada por violências e ameaças não a deixam confiante das possibilidades para depois do período de prisão. Por outro lado, os dois relacionamentos são mantidos, o que não deixa de ser uma forma de estabelecer ligações para além do espaço daquela penitenciária e fazer planos para a vida pós-cárcere – ainda que imperfeitos.

Os retalhos da Ana personagem deste texto, as distintas partes que integram essa mulher – mãe, perigueti, traficante – são constrangidas. Foi mãe, mas não conseguiu manter essa posição ao ter a convivência com a criança interrompida prematuramente; foi traficante, mas vivia a atividade em grande associação à sua dependência do crack. Mas faz alusão à categoria “família” para negar a posição em que foi colocada e dizer que seria capaz de criar a filha; a alusão à “família” a retira da chave da marginalização imposta pela prisão, pela perda da filha, pelo seu vulgo.

Ana também sabe que é “carta marcada”. Já carregava consigo, desde antes do período de cárcere, a marca de ser reconhecida em sua cidade não apenas pelas suas ações, mas pelas ações de outros membros de sua família – reconhecimento este que se estende à família como um todo. A impossibilidade de ficar com a filha é resultante desse processo. Ainda que ela continue buscando formas de retomar a guarda da filha, Ana tem consciência de que essa é uma batalha dura, se não perdida.

3 | Duas mulheres na batalha: cadeias, drogas e maridos

A proposta de pensar nas relações familiares de mulheres presas diante das mediações que o crime e a prisão estabelecem passa por destacar os enfoques pelos quais essas próprias mulheres veem suas vidas. As histórias de Mariana e Cris, ainda que distintas, partilham de um enfoque comum: ambas se reconhecem como *batalhadoras* e *corajosas* e têm em seus companheiros figuras que fazem parte do processo de construção desses dois adjetivos.

A despeito desse aspecto comum às duas personagens, as relações de Cris e Mariana com seus maridos permitem a identificação de olhares distintos que fazem referência aos papéis de gênero desempenhados por seus respectivos companheiros.

Cris ainda revisita, em suas falas, questões há muito presentes na literatura que discute família e classes populares, tendo em vista que sua trajetória passa pela necessidade de contribuir com o sustento da família. Em Cris, o trabalho é a chave de análise que perpassa o seu envolvimento com as práticas que a levaram à prisão. Mariana, por sua vez, remete à experiência do cárcere para construir uma trajetória que envolve a retomada da convivência familiar e o aprofundamento da relação com seu companheiro.

Mesmo em suas distinções, os caminhos que levaram Mariana e Cris à prisão possuem pontos que possibilitam comparações. Destes, dois serão destacados: o envolvimento com a droga e as relações estabelecidas com seus maridos, ainda presentes – e ativas – após a prisão de ambas.

i) Mariana, a sofredora

Conheci Mariana por intermédio de Natália Padovani, também pesquisadora do grupo "Prisões em gênero"⁸⁵. Na prisão, algumas das mulheres começam a contar sobre suas vidas assim que conhecem alguém que não vive ali e constroem em pouco tempo uma intimidade para falar sobre os problemas da cadeia e da vida fora da prisão. Com Mariana, tudo correu ainda mais rapidamente. Natália nos apresentou dizendo a Mariana que eu era pesquisadora. Ela se propôs a falar comigo e, a partir dali, dividimos muitas conversas sobre tudo: família, livros, trabalho, sonhos. Branca, magra e baixa, um longo cabelo, sempre com brincos grandes e maquiagem colorida, aparece sempre muito animada para conversar. Tem trinta e muitos anos, mas não aparenta. E conta que foi viciada em crack.

Mariana lê e também escreve. Envia muitas cartas e gosta de recebê-las. Depois da nossa primeira conversa e do pedido para que eu fizesse uma consulta ao andamento de dois processos – o seu e o do seu marido, Maurílio, também preso –, ela pediu que eu enviasse uma carta com os resultados da consulta, ainda que eu fosse encontrá-la já na próxima semana. Como combinamos, enviei o andamento dos processos no início da semana seguinte e recebi, certo período depois, uma carta de Mariana agradecendo pelas VECs⁸⁶ e contando as novidades em sua vida.

Para além das cartas trocadas comigo, com a mãe e o marido, Mariana escreve outras coisas. Quando a conheci, ela me mostrou um *artigo* que havia começado a escrever, mas *não tinha cabeça* para continuar. Escrever na cadeia era difícil e lhe faltava inspiração. O uso do crack é apontado, no texto de Mariana, como o ponto de partida para um período de infelicidade, tristeza familiar e períodos de cárcere, além de tentativas de recuperação que passaram por tratamentos diversos e participação em

⁸⁵ Como citado no início da dissertação, eu e Natália Padovani integramos um grupo com outras duas pesquisadoras com questões relacionadas a mulheres e prisão. A apresentação de Mariana se deu em uma das visitas que fizemos juntas a uma penitenciária.

⁸⁶ VEC é a maneira como as mulheres chamam a folha que possui as informações sobre a movimentação dos processos. A sigla remete à Vara de Execuções Criminais, setor do Judiciário que é responsável pela processos em seu período de execução – momento em que a sentença já foi proferida e a presa, no caso, cumpre a pena estabelecida.

igrejas. Mariana também diz em seu texto que a “garota alegre, autoconfiante, guerreira” desapareceu diante do uso da droga. Ainda, uma das questões que Mariana escreve acerca do crack diz respeito à proibição da substância dentro das prisões por parte do *crime*. Em conversa posterior relacionada a essa proibição, Mariana defendeu que tem *uma certa consciência no crime*, argumentando que todos saem perdendo com as pessoas que abusam do crack – incluindo, aí, as *biqueiras* que enfrentam problemas com o descontrole atribuído aos usuários de crack.

Em nossas conversas, Mariana retomou sua vida na tentativa de formular os caminhos que a levaram à prisão. Ela conta que aos 16 anos perdeu seu *alicerce*: o pai morreu repentinamente, em circunstâncias que envolveram a mãe de Mariana e seu padrasto à época, o que fez com que ela rompesse as relações com a mãe e fosse viver sozinha. Desde esse período, ela diz que sua vida mudou. Sua elaboração sobre as memórias dessa época, retomadas em nossa conversa, remetem às dificuldades em viver sozinha – ou sobreviver – sendo tão jovem. Ainda, Mariana diz que nesse período ela já tinha uma *personalidade adicta*, a despeito de não ser (nesse momento) usuária de drogas. Quando Mariana usava essa expressão para identificar-se, ela remetia ao fato de que, mesmo antes de usar drogas, já era uma pessoa que tinha predisposição a comportamentos que, a seu ver, seriam marcas de descontrole. A expressão que Mariana usa para caracterizar sua personalidade também denota certo discurso que parece estar referenciado em saberes *psi*, um olhar para si que passou por certa “medicalização”. Tal influência pode ser entendida se considerarmos que Mariana já esteve internada em clínicas de desintoxicação por conta do uso de drogas e pode ter apreendido, aí, esse modo de se analisar.

A assimilação de uma expressão que remete a um saber institucionalizado também reafirma certa percepção de que Mariana busca diferenciar-se das mulheres com quem convive na prisão. O exercício da escrita e a produção de um *artigo*, aliados à elaboração de um discurso sobre si, sugerem que Mariana busca se colocar enquanto uma intelectual, uma “livre pensadora” que, estando na prisão, produz conhecimentos sobre si e sobre os processos que permeiam a experiência com a privação de liberdade. O termo que Mariana usa para fazer referência ao texto que escreve –

artigo – não é banal, pois parece dialogar com uma perspectiva acadêmica. E, de certa maneira, o convívio com duas pesquisadoras pode representar essa vontade de diferenciar-se das demais mulheres e colocar-se enquanto pensadora e produtora de conhecimento da prisão.

Logo depois que foi viver sozinha, Mariana se envolveu com atividades ilegais, mas foi presa pela primeira vez após os 30 anos – posteriormente ao seu envolvimento com o crack. Foi a partir dessa primeira experiência com a prisão que ela conseguiu se reconciliar com a mãe, e voltou a viver com ela. Mariana reconhece que hoje, passado o tempo, consegue entender as escolhas da mãe. É a mãe quem tem criado os seus dois filhos enquanto Mariana está presa. A relação com os filhos, ainda que apareça pouco em sua fala, é permeada pela ausência e carregada de culpa.

O filho mais velho, de sete anos, a chama de “tia”. Ela conta que chorou quando ele a chamou assim pela primeira vez, e que fica triste quando se lembra desse modo de tratamento que explicita a relação estabelecida com a criança. Mariana gostaria que ele a tratasse como “mãe”. O filho mais novo tem dois anos e também é filho de Maurílio, seu atual companheiro. Em relação ao caçula, ela conta que carrega uma grande culpa: a criança possui alguns problemas de mobilidade e Mariana acredita, veementemente, que esses problemas foram causados pelo uso do crack durante a gravidez. Ela mesma relata que os médicos lhe disseram que não foi o crack o causador dos problemas; no entanto, diz estar certa da sua culpa pela condição do filho.

À retórica que busca condenar a experiência anterior com o crack e defender uma *guerra* à substância, explicitada em seu *artigo*, Mariana ainda escreve que o processo de amar os outros passa por amar-se, e diz que o fato de ter deixado o “aconchego de um lar, o carinho dos filhos” indicaria que ela, naquele momento, não se amava. Ao longo de sua escrita, Mariana agrega Deus e o amor como estratégias de saída possíveis para o sofrimento. O amor, em seu *artigo* inacabado, é o “maior ensinamento que Jesus deixou”. Vale dizer que o uso da religião na argumentação e na compreensão dos processos é uma característica que Mariana compartilha com seu companheiro e que faz parte do processo de transformação da personagem, de sua

transição da *sufredora* à *batalhadora*. E é por meio do amor, e do amor que se revela na relação com seu marido, que Mariana elabora a sua narrativa de redenção.

ii) Mariana e o caminho de redenção

Ela e o marido, Maurílio, estão juntos há três anos. Eles se conheceram na rua e viveram em liberdade por cerca de um ano, até que Maurílio foi preso. Nesses dois anos de prisão do companheiro, Mariana foi presa, solta e presa novamente, envolvida com roubo de carros.

Ela diz que o relacionamento se tornou mais forte após a ida de ambos para a prisão. Desde que estão presos, eles chegaram a perder o contato – as muitas transferências de penitenciárias fizeram com que os dois não soubessem onde cada um estava. Depois de um período de procura se reencontraram, ainda que isso não signifique que conseguiram se encontrar fisicamente. Desde então, ambos trocam os andamentos dos seus próprios processos para que cada um saiba, com detalhes, o que acontece na vida prisional de cada um.

Em março, Mariana me mostrou a carta que havia recebido do esposo a parabenizando pelo dia da mulher. Na carta, o marido dizia que assim como Adão e Eva, no livro do Gênesis, ele e ela eram companheiros. Havia uma argumentação que retomava a história de Adão e de como Eva chegou para fazer companhia ao homem, que se sentia sozinho. O marido de Mariana ainda falou de Lídia, uma mulher que, pelo que dizia na carta, ajudou Paulo na disseminação da igreja. Após contar essa história, o marido dizia que Mariana era parecida com Lídia, pois esta, assim como minha interlocutora, era *batalhadora* e *trabalhadora*. Mariana, assim, recebeu de seu companheiro os parabéns pelo seu dia a partir da comparação entre a vida de ambos e a trajetória de duas personagens da bíblia. Diante do meu desconhecimento sobre a existência de Lídia, Mariana me presenteou com um livreto dedicado a apresentar excertos da bíblia cujas histórias traziam mulheres e, a cada mulher apresentada, havia uma descrição que a particularizava. O livreto tem o título “Eu sou ela: identifique-se

com as mulheres da Bíblia” e é editado pela Sociedade Bíblica do Brasil. Na introdução aos excertos da bíblia coletados pelo livreto, a proposta é apresentada diante da identificação feita pelas mulheres com mulheres que aparecem nas capas das revistas femininas. Essa comparação convida as leitoras a também se identificarem com as mulheres ali apresentadas. As últimas páginas do livreto ainda contêm informações relacionadas à lei Maria da Penha e mecanismos de acesso a órgãos de atendimento à mulher em situação de violência.

A partir da carta endereçada à Mariana, é possível perceber que a religião, tanto para ela como para seu companheiro, fornece elementos para o ordenamento das coisas, ainda que Mariana não tenha assumido nenhum credo em específico. Ela conversa com pessoas ligadas à igreja católica, lê livros escritos por pastores evangélicos e se referencia em mulheres presentes na bíblia. A religiosidade desvinculada da crença em uma única igreja reforça a perspectiva de “livre pensadora” de Mariana. Seu marido se utiliza da religião e de histórias encontradas na bíblia para comparar e justificar determinados comportamentos. As falas de Mariana sobre o crack e a identificação de uma “certa consciência” no crime também dão vazão a uma análise que percebe o ordenamento do “mundo do crime” em seu discurso.

As proposições da religião e do crime como chaves interpretativas para o mundo dialogam com a perspectiva que Feltran (2008) apresenta. A argumentação do autor baseia-se na constatação de que as antigas formas de organização social das periferias são deslocadas e deixam em aberto um espaço para outras formas de relação com o mundo público; ao mesmo tempo, há uma expansão do “mundo do crime”, que amplia a presença desse “mundo” nas dinâmicas sociais. O autor propõe que as periferias vivem, hoje, sob os códigos da cidadania e do crime – dois ordenamentos sociais que coexistem.

A trajetória de Mariana é perpassada pelo esgarçamento de relações familiares e a reconstrução dessas mesmas relações a partir da experiência no cárcere. Foi diante da prisão que a convivência com a sua mãe se reconstituiu, e foi a prisão o fator que consolidou seu último relacionamento. Presos, ela e o marido construíram uma relação que, na rua, não existia nos mesmos moldes.

Um segundo aspecto importante na retórica de Mariana é a relação com o crack. Ela não foi presa por tráfico, mas o envolvimento com as práticas que a levaram à prisão se desenvolveu de maneira muito imbricada com o uso da droga. E esse mesmo uso é indicado por Mariana como o responsável pela perda de tempo, pelo não convívio com os filhos e, em última instância, pela saúde fragilizada de seu filho caçula.

A relação com a escrita e a leitura é também uma questão que se apresentou desde o começo das nossas conversas. Mariana tenta escrever desde a prisão sobre as suas experiências com o crack e com a reclusão e escreve, incessantemente, cartas que permitem a ela a manutenção do contato com seus familiares - mãe, filhos e marido -, mas servem, no limite, à escrita. Penso que ela escreve cartas não apenas para manter esses laços, mas também porque gosta de escrever. E sempre tenta conseguir novos interlocutores; escrever as cartas é uma prática que permite a ela sair do cárcere, conversar com pessoas para além do seu pavilhão.

Por sua vez, o ato de escrever sobre sua relação com o crack parece ser uma exegese da prisão e dos caminhos que a levaram até ali, mas não se resume a isso. Mariana apresenta a sua trajetória a partir de um discurso que tem início na precoce perda do pai, passa pela experiência com o crack e a prisão e termina em um período de reconciliação com a mãe e constituição de um relacionamento duradouro desde o cárcere. Em sua estória, os aspectos do sofrimento vão sendo, aos poucos, suplantados pelas conquistas garantidas a partir de uma batalha moral com a sua *personalidade adicta*. Em sua narrativa de conversão por meio do amor, Mariana chega a um ponto onde a batalha contra suas próprias fragilidades, concentradas no uso do crack, é vencida a partir de um relacionamento que não apenas se mantém a despeito das distâncias criadas pela prisão, mas que se fortalece diante dessas mesmas distâncias.

iii) Cris: Corajosa e destemida

Convivi com Cris durante boa parte da pesquisa de campo, em duas penitenciárias diferentes. Logo após conversar com ela pela primeira vez em uma dada prisão, Cris foi

transferida para outra penitenciária onde a reencontrei, poucos meses depois. Quando a conheci, ela estava presa com suas irmãs, que permaneceram na penitenciária onde Cris esteve em primeiro momento. Todas foram presas em uma mesma operação junto com outras mulheres, também enquadradas como traficantes. Cris, "traficante" para a justiça, conta que via o tráfico como um trabalho.

A baixa estatura de Cris é suavizada pelo andar firme, e os cabelos compridos e claros fazem contraponto às sobrancelhas grossas e escuras. Branca, é católica (e se reivindica *praticante*). Casada, recebe a visita do marido, Carlos, quase todos os domingos, o que é algo raro na prisão; as visitas, quando existem, geralmente se restringem aos filhos e às mulheres da família – mães, tias, irmãs⁸⁷. Quase sempre está com as unhas dos pés e mãos muito bem cuidadas e pintadas com esmaltes, e personaliza as roupas despersonalizantes da prisão⁸⁸ com sandálias coloridas. Assim como Mariana, Cris também não aparenta os seus 40 anos.

Ela trabalhou por três anos na embalagem de grandes quantidades de cocaína. Depois de um primeiro período exercendo a atividade, convidou outras mulheres da família para ajudar. Antes desse *trabalho*, foi secretária em um local que “pagava mal” e devia seus direitos trabalhistas. Também ajudou uma das suas irmãs em um pequeno comércio de bairro.

O contato para trabalhar na embalagem da cocaína veio por intermédio de um amigo de Carlos, a quem havia conhecido no ano anterior ao início do *trabalho*. Ela diz que é *meio brava*, não gostava de conhecer gente nova, tinha *aversão a bandido* e via os criminosos como *monstros*: “a gente acha que criminoso é uma coisa, né?! Criminoooooso! Eu não gostava de conviver, eu não gostava de chegar perto”. Carlos, segundo ela, nunca teve participação em atividades ilegais, mas tem amigos envolvidos com essas práticas: “e quando você tem amigos conhecidos do *metier*, como eles dizem, chega muita coisa para você comprar a *meia nota*”. Segundo Cris,

⁸⁷ A presença quase que exclusiva de mulheres nas visitas às penitenciárias indica o reforço a um dos aspectos levantados pela literatura que discute mulheres de classes populares: o lugar das mulheres na manutenção da união do grupo, a coesão da família.

⁸⁸ O uniforme da prisão é composto por calça ou bermuda de uma cor única, e camiseta de outra cor, geralmente branca. Ainda que as mulheres possam comprar suas próprias roupas, ou recebê-las no *jumbo*, as cores estabelecidas devem ser observadas.

comprar algo a *meia nota* é pagar um valor (bem) abaixo daquele praticado em uma loja justamente porque os produtos são, no geral, originados de roubos e furtos. Ela relata que antes de se envolver com o tráfico pedia ao marido que não colocasse em sua casa nenhum produto de roubo.

Quando conheceram o homem com quem posteriormente trabalhou, e também à sua esposa, ela sentiu que havia algo de estranho porque ele se oferecia para custear todas as despesas nos bares e restaurantes que frequentavam. Depois de um período como amigos, esse homem convidou seu marido para abrirem um restaurante em sociedade. Ela diz que ninguém fazia nada de *errado* (ou ilegal) no restaurante, mas ali era um ponto de encontro e de confraternização de pessoas *estranhas* que, segundo sua impressão, tinham algum grau de envolvimento com o crime. Mas ela não sabia que tipo de atividade faziam, tampouco seus níveis de envolvimento com práticas criminosas.

Depois de mais de um ano de convivência e amizade, o amigo a convidou para o *trabalho*. Na época, Cris já tinha deixado o emprego de secretária e estava ajudando a irmã com o pequeno comércio, e tinha noção de que o amigo de seu esposo participava de atividades ilegais. A essa altura, Cris já havia desconstruído a ideia que associava *criminosos* a *monstros* e já tinha se acostumado à presença de - e à convivência com - *criminosos*.

Diante do relato sobre esse processo de *se acostumar* com a presença e a convivência com pessoas inseridas em um "mundo do crime", Cris ponderou que conviver com *esse tipo de gente* não é bom, pois “passamos a achar normal o que é errado”. Em alguma medida, a fala de Cris denota certo alargamento ético diante da convivência intensa com práticas ilegais - estando você diretamente envolvida ou não.

Carlos, marido de Cris, foi quem intermediou o convite para o *trabalho*. Ele contou a Cris que o amigo queria conversar para convidá-la a trabalhar *com as coisas dele*; Carlos disse que, no entanto, não poderia responder por ela. Quando foram conversar diretamente, o amigo disse: “*Você já percebeu que eu sou da pá virada, né?*”, e comentou que queria montar uma equipe de *trabalho* formada apenas pelos familiares dele, mas confiava muito nela. Segundo Cris, ele afirmou que não negaria –

sim, era *ilícito*. Ela pediu pra pensar, e seu marido ponderava: “*você é quem sabe, mas é uma coisa difícil. Você sabe, se você for pega são 12 anos de cadeia, é perigoso*”.

Cris conta que quando começou a *trabalhar* tinha uma relação de *brincadeira* com as atividades desempenhadas, relacionadas à embalagem de cocaína. “Eu achava que era quilo de açúcar”. As quantidades de drogas com as quais ela lidava nos dias de *trabalho* assustam as outras mulheres que estão na prisão – acostumadas com o manejo de quantidades menores de substâncias⁸⁹. Para ela, aquilo era uma *firma*. Ela conta que mesmo na prisão, as colegas acham graça quando ela se refere ao *trabalho* utilizando-se da palavra *firma*.

O olhar para o tráfico de drogas como um *trabalho* não é exclusivo de Cris. Outras mulheres se utilizam da linguagem do mundo do trabalho para fazer referência ao seu envolvimento com o mercado da droga. Uma das mulheres, certa vez, comentou que “às vezes, eu faço *um cinco sete*, mas o meu *ramo* mesmo é o *trinta e três*”. As menções aos números fazem referência, respectivamente, aos crimes de roubo, no Código Penal, e tráfico, na Lei de Drogas. A participação dessa interlocutora em eventuais atividades de roubo não retirava sua identificação com o *ramo* do tráfico de drogas.

Segundo Cris, “enquanto a gente estava trabalhando eu ouvia o Pe. Marcelo [Rossi]. Eu ia pra missa de domingo e *até* comungava”. Esse *até* foi aplicado ao ato de comungar porque sua irmã, extremamente católica, não comungava enquanto viveu com o *trabalho* no tráfico; para a irmã, o cumprimento da função fazia com que elas estivessem “vivendo no pecado”.

Ela ainda fez um histórico das pessoas com quem trabalhava: “gente normal, com família, religião, gente que teve uma infância normal. Eu tive uma infância normal, era uma pessoa normal, não era uma criminosa”. A evocação de uma “vida normal” traz consigo uma elaboração em torno do que seria essa vida: ter tido uma infância sem grandes percalços, ter família, pertencer e praticar uma religião. Quando Cris apresenta sua vida nesses termos, ela afasta de si as alusões que explicam o

⁸⁹ Vale lembrar que a maior parte das mulheres presas por tráfico é acusada pela venda de pequenas quantidades de droga.

envolvimento com o “mundo do crime” como consequente de uma falta desses espaços e experiências sociais. Por outro lado, a fala de Cris a retira de um envolvimento profundo com esse mesmo crime, pois ela não se vê como uma criminosa e, sim, como uma “pessoa normal”.

Depois de um ano trabalhando com tráfico, Cris convidou a irmã, Luciana⁹⁰, para participar. A irmã sempre soube o que ela fazia e se sentiu estimulada a integrar o grupo ao perceber que o trabalho já durava algum tempo e que Cris não tinha sido presa.

O *trabalho* no tráfico, mais do que um envolvimento com o crime, era uma das respostas possíveis à necessidade de trabalhar - que pode ser colocada às mulheres em geral, mas é demanda antiga entre as mulheres de classes populares. Durham (2004 [1980]) já dizia que, a despeito da preferência dos operários brasileiros pela divisão sexual do trabalho – que confinaria a mulher ao espaço doméstico –, esse ideal era raramente realizado.

Quando Caldeira (1984) fala em sua pesquisa especificamente sobre as mulheres, a antropóloga apresenta que havia um “modelo ideal” que implicava uma divisão do trabalho onde a mulher se responsabilizava pela casa e o marido teria a responsabilidade com o sustento da família – nas palavras de uma das suas interlocutoras, o homem “põe pra dentro”. Contudo, nem sempre essa divisão era cumprida: “muitas vezes a mulher é levada a trabalhar fora e a também “pôr pra dentro”” (p. 172). E, de acordo com a autora, “Quando isso acontece, ela é obrigada a ajustar o modelo àquilo que faz, ou seja, a reinterpretar o seu papel, o que nunca é feito sem conflito” (p. 172). A inserção da mulher em trabalhos externos à casa, por ser considerada na perspectiva de uma “mão-de-obra auxiliar” (p. 172), se dá de maneira intermitente e ocorre em momentos de dificuldades que, quando superadas, permitem que a mulher deixe de trabalhar.

Caldeira também relata que os homens entrevistados em sua pesquisa, quando questionados sobre a profissão de suas mulheres, respondiam que elas “trabalham

⁹⁰ Que está presa em outra penitenciária.

dentro de casa” (Caldeira, 1984, p. 129). Caldeira indica que essa diferenciação (“trabalhar dentro de casa” ao invés de dizer “não trabalhar”) alude a um mau juízo que é feito com mulheres que não trabalham⁹¹. A rotina do trabalho (inclusive o doméstico) concede às mulheres o respeito não apenas do seu esposo, mas da comunidade, das pessoas que constituem a rede de relações de vizinhança.

A perspectiva da mão-de-obra da mulher como “auxiliar” não está presente na fala das minhas interlocutoras e parece ser um dos aspectos que demarca os períodos distintos em que esta dissertação e as pesquisas sobre classes populares aqui aludidas são realizadas; de todo modo, muitas das questões levantadas por Caldeira ajudam a circunscrever os sentidos do trabalho para mulheres como Cris – e a entender, consequentemente, o seu olhar para o tráfico a partir do prisma do trabalho. As argumentações de Durham e Caldeira indicam que o trabalho, sendo ele doméstico ou sob o viés do auxílio ao orçamento, é importante para as mulheres de classes populares não apenas pelas necessidades materiais, mas pelo seu significado diante dos outros e de eventuais “maus juízos” direcionados às mulheres que não trabalham – olhar este presente já nessas pesquisas, realizadas na década de 1980.

Aqui, vale remeter aos lugares nos quais as mulheres aparecem na literatura sobre família e classes populares que foram apresentados no início desta dissertação. Enquanto os homens se responsabilizam pelo sustento da família, as mulheres seriam colaboradoras na obtenção de alguns ganhos, sobretudo em momentos de intensa dificuldade financeira. Ainda, caberia a elas garantir a unidade do grupo e a manutenção da moralidade da família.

Em relação ao olhar sobre o trabalho doméstico, a discussão proposta por McClintock (2010) sobre a *domesticidade* pode indicar pontos interessantes para comparação com a perspectiva apresentada em Caldeira que demanda das mulheres das classes populares a necessidade de demonstrar que trabalhavam, fora ou dentro de casa – preferencialmente, dentro.

⁹¹ A antropóloga ainda apresenta os horários em que as interlocutoras de sua pesquisa acordavam para dar início às atividades domésticas. Ainda que algumas não tivessem a necessidade de despertar mais cedo, Caldeira afirma que “aquelas que se dão ao luxo de dormir até 9 ou 10 horas correm o risco de serem apontadas como “vagabundas”.” (Caldeira, 1984, p. 125).

Ao apresentar os rituais de fetiche que envolviam Hannah Cullwick e Arthur Munby⁹², McClintock afirma que os rituais envolvendo o trabalho doméstico requeriam “roteiros cuidadosamente arranjados” (McClintock, 2010, p. 222), tendo em vista que o reconhecimento do trabalho doméstico era um tabu. Esse tabu era constituído diante da figura da mulher de classe média, ociosa, adequada a “apenas um lugar ornamental na sociedade” (p. 240). A ociosidade dessas mulheres era bem-vista e desejada. No entanto, essa figura ociosa era construída diante de dois mascaramentos: i) o trabalho doméstico dessas mesmas mulheres, que não dispunham de recursos para custear tantas empregadas quantas necessárias para a quantidade de demandas dentro do lar; e ii) as próprias empregadas domésticas, invisibilizadas juntamente com o trabalho pesado que realizavam. McClintock adverte que não existia a típica dama burguesa, assim como não existia a típica criada doméstica; a falta de atenção à miríade de mulheres e situações domésticas possíveis dificultaria a elaboração de retratos mais diversos.

O processo de invisibilização do trabalho doméstico passava pela capacidade performática das mulheres de classe média em esconderem os sinais do trabalho doméstico, e não apenas em seus corpos⁹³. A perspectiva que associava a mulher da classe média à ociosidade e invisibilizava a empregada doméstica teria o propósito de “negar e esconder dentro da formação da classe média o valor econômico do trabalho feminino” (McClintock, 2010, p. 247). A negação do trabalho das mulheres é apontada pela autora como aspecto central no surgimento da distinção entre o público e o privado e o confinamento da mulher ao espaço privado.

Caldeira e McClintock levantam perspectivas diferentes, se pensarmos em termos de afirmação e negação do trabalho das mulheres que se fundam nas diferenças de classe subjacentes aos contextos trabalhados pelas autoras. Na primeira, que pesquisou famílias de classes populares, o trabalho doméstico é constantemente afirmado, seja fazendo-o ou parecendo fazê-lo, pois as mulheres que não trabalham são malvistas; na

⁹² Já citados no capítulo 1.

⁹³ Diante desse quadro de apagamento das empregadas e dos sinais do trabalho realizado dentro de casa, McClintock diz que “o trabalho doméstico das mulheres foi objeto de um dos atos de desaparecimento mais bem sucedidos da história moderna.” (McClintock, 2010, p. 246).

segunda, que remete a mulheres de classe média, o trabalho doméstico exercido é constantemente mascarado. No entanto, ambas remontam a uma divisão que estabelece a casa como o lugar das mulheres e indicam a desvalorização do trabalho econômico da mulher, sobretudo quando se valoriza, em ambos os casos, o confinamento das mulheres ao âmbito doméstico – preferencial, em Caldeira, e obrigatório, em McClintock. Ainda, as relações estabelecidas com o trabalho e com os maridos são formas pelas quais as mulheres presentes na narrativa das autoras constituem o seu gênero. Essa elaboração do gênero diante das duas relações parece presente também na narrativa de Cris.

Para Cris, o trabalho era parte importante da sua vida e o envolvimento com uma atividade socialmente considerada criminosa colocou-se como uma possibilidade não muito distinta das ocupações que realizou anteriormente. O seu envolvimento com o “tráfico” se deu a partir de uma convivência pontual com o “mundo do crime”, tendo em vista que as condições do seu *trabalho* eram, em suas palavras, *normais*.

Durante o período em que trabalhava, o chefe das atividades foi preso e substituído pelo irmão, em uma lógica de empresa familiar. Posteriormente, todas as pessoas que *trabalhavam* ali foram presas em uma operação policial que desmontou a *firma*.

Ao falar sobre as conversas que antecederam a sua entrada no *trabalho*, Cris comentou que sempre foi *uma pessoa corajosa e destemida*. E “aí eu era corajosa tanto pra coisas boas como fui pra coisas ruins”. Em sua análise, o fato de ser uma mulher *corajosa* ou, em outras palavras, uma mulher *que toma atitude*, foi o que a animou a tentar o esquema de *trabalho* proposto pelo amigo do casal, a despeito das ponderações contrárias do marido. Cris avalia que acabou “utilizando sua inteligência para o mal” ao ter *coragem* para se envolver em atividades posteriormente denunciadas como tráfico de drogas: “tem gente que tem inteligência, mas tem que usar pro bem, e não pro mal”.

Ser uma pessoa *corajosa* é, para Cris, uma qualificação fundamental para atuar no tráfico: “para entrar nessas coisas, se você for uma pessoa que pensa muito, você não vai. Tem que ter coragem”. Em sua concepção, a *coragem* está, em grande medida, em

sentido contrário à noção de ponderar por muito tempo acerca do que (deixar de) fazer; isso seria prática de gente sem *coragem*.

Cris cita Carlos como o exemplo de uma pessoa que pensa demais – e para além do que seria razoável para uma pessoa *corajosa*. Casados há quinze anos, Cris fala que, quando conheceu Carlos, o considerava um pouco *filhinho da mamãe*, lembrança retomada e colocada nesse contexto diante do excesso de ponderações que o marido faz. Segundo ela, esse pensar em demasia foi o que o impediu de se envolver com as atividades ilegais que o amigo e ela, posteriormente, desempenharam. Cris se contrapõe ao marido para definir-se como *corajosa*, ainda que reconheça que foi essa mesma coragem que, de certa maneira, a levou ao cárcere. Nesse movimento, Cris sugere que Carlos não corresponde às expectativas inscritas pelo gênero. A imagem do marido associada a um *filhinho da mamãe* e a sua postura contrária à *corajosa* instituem o gênero, nessa relação, de modo a problematizar as noções das mulheres (e das mulheres que estão na prisão) como submissas ou sem possibilidade alguma de atuação. Cris remete à figura da “mulher valente” apresentada por Fonseca (2000) em um contexto que articula gênero em classe ao discutir, entre mulheres de classes populares, as infidelidades masculinas e as estratégias empregadas por elas para recuperarem seus homens. Cris se aproxima da mulher valente ao tomar para si a liberdade de movimento e a postura de uma mulher que “sabe se mexer” – em seu caso, indo trabalhar e sendo corajosa para aceitar um *trabalho* associado ao comércio de drogas a despeito da falta de coragem do marido.

Cris voltou a estudar depois de presa. Prestou o Enem para tentar a certificação do Ensino Médio e participou de oficinas de escrita - ainda que me tenha contado que não gosta muito de escrever⁹⁴. Para além da escola, frequentava os encontros de um grupo de leitura, onde um novo livro era discutido a cada encontro⁹⁵.

⁹⁴ Seguindo uma sugestão da banca de qualificação, conversei com Cris para que ela escrevesse sobre sua vida - ali no cárcere ou fora dali - de modo que pudéssemos, posteriormente, conversar sobre as questões levantadas por sua escrita. Ela já havia dito que não gostava de escrever, mas argumentei que aquela poderia ser uma boa possibilidade de exercício. No fim, não conseguimos levar a ideia à frente: logo depois do combinado Cris foi novamente transferida e nós perdemos o contato.

⁹⁵ Nesse grupo Cris teve a oportunidade de ler, por exemplo, *Persepolis*, de Marjane Satrapi e *A Metamorfose*, de Franz Kafka.

iv) Conversas entre batalhadoras

Cris e Mariana são mulheres com trajetórias distintas que têm em comum a experiência do encarceramento e a presença de seus maridos ao longo do cumprimento das penas. As caracterizações que Mariana e Cris fazem de si – *mente de adicta e corajosa e destemida*, respectivamente – expressam visões de mundo que se distinguem, mas se cruzam. Mariana vê em si uma característica que deve ser combatida, e é diante desse combate que a perspectiva de *batalhadora* emerge; Cris valoriza sua caracterização, ainda que pondere os limites da coragem e perceba a possibilidade de usá-la para o *bem* e para o *mal*.

Ambas remontam os caminhos que levaram à prisão a partir de um diagnóstico que percebe certa falta de controle. O controle da *mente* de Mariana é atribuído ao seu relacionamento e, em última instância, à vivência do cárcere. Foi a sua prisão e a de seu marido o fator que possibilitou o aprofundamento de uma relação que, anteriormente, estava esgarçada. A prisão parece ser mais uma prova a ser vencida no processo de formação da mulher batalhadora.

Cris atribui à sua coragem o envolvimento com práticas que a fizeram se acostumar a conviver com *bandidos* e inseri-las, na ótica do trabalho, em sua vida normal. Ser corajosa para as coisas *boas* e *ruins* a levou a relativizar essa convivência que, antes, era negada e a construir para si um lugar distinto que não a inseria no tráfico a partir do envolvimento profundo com um “mundo do crime”, mas sim a partir de um *trabalho* que se articulava a uma vida normal – com família, igreja, sociabilidades.

Por fim, ambas compartilham o fato de estarem casadas e terem contato regular com seus maridos desde o cárcere. No entanto, há variações na expectativa de papéis de gênero atribuídos aos dois companheiros que podem ser percebidas nas formas pelas quais elas descrevem seus relacionamentos. O marido de Mariana e a relação estabelecida entre os dois depois do encarceramento de ambos são aspectos que fazem parte do processo pelo qual Mariana se reconhece como batalhadora, vencendo

a *mente de adicta*. É seu marido que se utiliza da religião como produtora de ordem para compará-la a outras mulheres batalhadoras, descritas na bíblia.

Cris, por sua vez, se reconhece como corajosa em contraposição à figura do marido; é em comparação à excessiva ponderação do companheiro que ela estabelece parâmetros para pensar no que consiste ser *corajosa* e *destemida*.

Considerações Finais

Embora a proporção de mulheres presas venha crescendo em ritmo mais rápido do que a proporção de homens privados de liberdade, ainda são poucos os esforços em conhecer mais profundamente as elaborações que essas mulheres produzem diante da vida na prisão. As suas questões são quase que emudecidas pelo contexto prisional brasileiro, que possui uma população carcerária crescente, majoritariamente composta por homens e atravessada por situações de degradação e violações de direitos.

Esta dissertação foi uma tentativa de produzir um olhar para as mulheres em privação de liberdade, onde o gênero é o marcador central para discutir suas próprias formulações acerca das relações que ocorrem dentro do cárcere, mas não se limitam a ele e transbordam os muros da prisão.

As mulheres aqui apresentadas não vivenciam suas privações de liberdade sozinhas, tampouco têm em sua experiência de encarceramento o primeiro contato com o mundo da prisão: há conhecidas, familiares, amigas que estão ou estiveram na mesma situação; outras acompanharam a prisão de seus “homens” antes mesmo de serem marcadas pelo sistema de justiça. Essa vivência compartilhada da instituição prisional não as dispensa da necessidade de entender e integrar as dinâmicas que regem o mundo da prisão e o conectam à vida fora dela. Cumprir uma pena de privação de liberdade exige, todo o tempo, uma série de mediações com outras presas, com a instituição prisional, com o PCC, com as organizações que realizam trabalhos voluntários ali, com as pessoas extramuros – que estão na rua ou privadas de liberdade em outras instituições. Essas mediações são fundamentais para que as mulheres consigam movimentar-se pela prisão, instituir relações, encontrar um lugar nessa dinâmica.

No processo de elaboração de suas trajetórias, as mulheres formulam concepções de *família*, remetem a relacionamentos amorosos e produzem olhares sobre si. Tais formulações ajudam a situá-las no mundo da prisão e conectar a experiência do

cárcere à vida na rua, tanto em relação à vida anterior ao cárcere como em relação às suas perspectivas de futuro.

Ana, Mariana e Cris, personagens presentes no texto, se organizam diante desse esquema: a seu modo, constituem noções de família que se contrapõem aos olhares do sistema de justiça, mas não deixam de dialogar com os papéis e expectativas destinados às mulheres. Produzem concepções acerca de si e de seus relacionamentos que dão corpo às suas experiências de prisão e indicam aspirações para a vida fora dali. Ana quer ser mãe, mas também é irmã e filha, e remete ao lugar de filha para argumentar em defesa das suas possibilidades enquanto mãe. Mariana e Cris inscrevem as relações com seus maridos como aspecto fundamental da vida e da prisão, a despeito dos distintos olhares para esses companheiros.

Dita, por sua vez, é o contraponto à perspectiva encarnada nas demais personagens. O sofrimento é sua voz, seu recurso de fala. Diante das dificuldades em negociar posições dentro da prisão, é pela chave do sofrimento que Dita relaciona-se com as colegas de prisão e com a Pastoral Carcerária. Fora dali, esse recurso de fala se dilui entre tantas outras mulheres, em um contexto de pobreza e abandono social, que a nostalgia da prisão passa a ser uma forma que Dita encontra para lidar com o mundo.

É importante considerar que essa pesquisa foi realizada em um contexto relativamente difícil. Estudar questões que envolvem a privação de liberdade requer construir mediações com a instituição prisional e, nesse caso em específico, com a Pastoral Carcerária; implica lidar com os imbróglios entre as interlocutoras em um ambiente que tem *maldade*. O meu lugar em campo impacta, em alguma medida, as interlocutoras que se dispuseram a conversar comigo e as questões trazidas por elas. Branca, (mais ou menos) jovem, sem filhos. *Agente* de uma organização ligada à igreja católica, mas também pesquisadora, e disposta a conversar sobre assuntos que não se ligavam à religião. O diálogo que abre a dissertação demonstra que assim como eu tinha questões a serem colocadas às mulheres, elas também formulavam questões relacionadas a mim. O fato de não ter filhos foi o exemplo dado para indicar que as minhas experiências também eram ativadas diante das expectativas que essas

mulheres tinham em relação umas às outras e em relação à pesquisadora que se colocava em campo.

Ao longo das histórias de Ana, Cris, Mariana e Dita, propus apresentar algumas formas pelas quais essas mulheres criam mecanismos de atuação em condições de desigualdade social extrema, para retomar a questão situada em McClintock (2010, p. 211). O gênero é um marcador que perpassa os relatos das quatro personagens, mas se articula à situação social dessas mulheres, pobres. Nas três primeiras personagens, as condições enfrentadas na rua dialogam com o contexto prisional em que vivem, mas não as impedem de disputar espaços e concepções dentro do cárcere. Suas experiências sociais, suas famílias e a relação com os companheiros são parte da elaboração dessas mulheres na prisão. Em Dita, as condições de desigualdade se agravam diante das dificuldades em movimentar-se tanto na prisão como na rua; contudo, o sofrimento possibilitava, na prisão, a construção de relações mínimas e a garantia de um olhar solidário por parte da Pastoral e das demais mulheres. As concepções de família, a visão que produzem acerca dos seus relacionamentos, os olhares para si que as percebem como *batalhadoras* são elementos que as colocam na dinâmica da prisão e fazem parte da vida fora dali; o gênero é constitutivo de todas essas elaborações, mas ganha sentido se analisado diante das expectativas concernentes à classe dessas mulheres.

Em um contexto onde os homens costumam ser o centro da questão, este trabalho buscou iluminar alguns mecanismos agenciados pelas mulheres para negociar posições e projetos que dão significado à vida na prisão, mas não se limitam a ela, e são perpassados pelo gênero. As possibilidades de análise que decorrem das trajetórias das interlocutoras da pesquisa indicam caminhos que passam pelo olhar para a prisão, mas requerem a persecução de suas vidas também fora dos muros como forma de perceber se e como a prisão, quando parte do passado, conecta posições e projetos vivenciados e elaborados na rua.

Referências Bibliográficas

- BIEHL, João. Antropologia do devir: psicofármacos – abandono social – desejo. In: *Revista de Antropologia*. São Paulo, USP, 2008, v. 51 nº 2, pp: 413-449.
- BIONDI, Karina. *Junto e Misturado: Imanência e Transcendência no PCC*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Carlos, 2009.
- BUARQUE, Chico. *Calabar: o elogio da traição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- BRASIL. *Lei nº 6368, de 21 de outubro de 1976. Dispõe sobre medidas de prevenção e repressão ao tráfico ilícito e uso indevido de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica, e dá outras providências*. (Revogada pela Lei nº 11.343/2006). Brasília, DF, 1976.
- _____. *Lei nº 7209, de 11 de julho de 1984. Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e dá outras providências*. Brasília, DF, 1984.
- _____. *Lei nº 7210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal*. Brasília, DF, 1984.
- _____. *Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências*. Brasília, DF, 1990.
- _____. *Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências*. Brasília: Diário Oficial da União, 23 de agosto de 2006.
- CALDEIRA, Teresa P. R. *A política dos outros: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

- CARDARELLO, Andrea. *The movement of the mothers of the courthouse square: 'legal child trafficking', Adoption and poverty in Brazil*. Journal of Latin American and Caribbean Anthropology, volume 14, número 1, abril/2009, pp. 140-161.
- CERQUEIRA, Lígia Campos de; CORRÊA, Laura Guimarães; ROSA, Maitê Gurgel. A cartilha da mulher adequada: ser *piriguete* e ser *feminina* no *Esquadrão da Moda*. In: *Revista Contracampo*, v. 24, n. 1, ed. julho, ano 2012. Niterói: Contracampo, 2012, pp: 120-139.
- COLLIER, Jane; ROSALDO, Michelle; e YANAGISAKO, Sylvia. Is there a family? In: THORNE, Barrie e YALOM, Marylin. *Rethinking the family*. Bonston: Northeastern Univ Press, 1992.
- CORDEIRO, Fabíola. Female criminality in Brazil: a study on gender and sexuality in a women's prison. In: SÍVORI, Horacio e WIERINGA, Saskia (orgs.). *The sexual history of the global South: sexual politics in Africa, Asia, and Latin America*. Londres: Zed Books, 2013.
- CORRÊA, Mariza. Honra. In: SOUZA LIMA, Antonio Carlos (coord. geral). *Antropologia & Direito: temas antropológicos para estudos jurídicos*. ABA/LACED/Nova letra, 2012.
- CUNHA, Manuela Ivone. *Malhas que a reclusão tece. Questões de identidade numa prisão feminina*. Lisboa: Cadernos do Centro de Estudos Judiciários, 1994.
- _____. *O bairro e a prisão: a erosão de uma fronteira*. Universidade do Minho, CCHS, IDEMEC, 2003. In: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/5225>.
- _____. A prisão segundo o género. In: HUMANA GLOBAL. *Educar o outro – As Questões de Género, dos Direitos Humanos e da Educação nas Prisões Portuguesas*. Coimbra: Publicações Humanas, 2007. *Conflitos, política e relações pessoais*.
- _____. A violência e o tráfico: para uma comparação dos narco-mercados. In: MARQUES, Ana Claudia (org.). Campinas: Pontes Editores, 2007b.
- DURHAM, Eunice R. A família operária: Consciência e ideologia. In: DURHAM, Eunice R. *A dinâmica da Cultura: ensaios de Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

- ESPINOZA, Olga. *A mulher encarcerada em face do poder punitivo: O direito ao trabalho em uma prisão feminina*. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2003.
- FELTRAN, Gabriel. *Fronteiras de tensão: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo*. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2008.
- _____. “Trabalhadores” e “bandidos” na mesma família. In: CABANES, Robert; GEORGES, Isabel; RIZEK, Cibele e TELLES, Vera. *Saídas de emergência: ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo*. São Paulo: Editora Boitempo, 2011, págs. 397-417.
- FONSECA, Claudia. A dupla carreira da mulher prostituta. In: *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 04, n. 01, 1996.
- _____. *Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares*. Porto Alegre: Editora da Ufrgs, 2000.
- _____. Apresentação - De família, reprodução e parentesco: algumas considerações. In: *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 29, julho-dezembro de 2007, p. 9-35.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2009.
- GODOI, Rafael. *Ao redor e através da prisão: cartografias do dispositivo carcerário contemporâneo*. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2010.
- GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- GRILLO, Carolina Christoph. *Fazendo o doze na pista: um estudo de caso do mercado ilegal de drogas na classe média*. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.
- _____; POLICARPO, Frederico; VERÍSSIMO, Marcos. A “dura” e o “desenrolo”: efeitos práticos da Nova Lei de Drogas no Rio de Janeiro. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 19, n. 40, p. 135-148, out. 2011.

- GRIMBERG, Samirian. V. *Luta de Guerreiros, castigos de ninjas e amor de rainhas: etnografia de uma rebelião prisional*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Carlos, 2009.
- HIRATA, Daniel Veloso. *Sobreviver na adversidade: entre o mercado e a vida*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2010.
- INSTITUTO SOU DA PAZ. *Prisões em flagrante na cidade de São Paulo*. São Paulo: Instituto Sou da Paz, Relatório de pesquisa, 2012.
- INSTITUTO TERRA, TRABALHO E CIDADANIA. *Tecer Justiça: presas e presos provisórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: ITTC, 2012.
- LEMGRUBER, Julita e PAIVA, Anabela. *A dona das chaves*. Rio de Janeiro: Record, 2010.
- MACRAE, Edward e SIMÕES, Júlio Assis. *Rodas de fumo: o uso de maconha nas camadas médias urbanas*. Salvador, EDUFBA, 2000.
- MARQUES, Adalton. *Crime, proceder, convívio-seguro. Um experimento antropológico a partir de relações entre ladrões*. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2009.
- MASSARO, Camilla Marcondes. *Trabalho no cárcere feminino: subcontratação, subsistência, ocupação do tempo e a esperança*. Anais do VII Congresso Latino-Americano de Estudos do Trabalho. São Paulo, 2013.
- MCCLINTOCK, Anne. *Couro Imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.
- MISSE, Michel. Cinco teses equivocadas sobre a Criminalidade Urbana no Brasil. In: *Violência e participação política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IUPERJ, Série Estudos, n. 91, agosto de 1995, pp. 23-39.
- NEVES, Delma P. “Nesse terreiro galo não canta. Estudo do caráter matrifocal de unidades familiares de baixa renda”. In: *Anuário Antropológico*. Fortaleza: Edições UFC. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985, pp. 199-221.
- ORTNER, Sherry. *New Jersey Dreaming. Capital, Culture and the Class of '58*. Durham and London: Duke University Press, 2003.

- PADOVANI, Natália C. *“Perpétuas espirais”: Falas do poder e do prazer sexual em trinta anos (1977-2009) na história da Penitenciária Feminina da Capital*. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2010.
- _____. *Poder e sexualidades dissidentes na prisão: discutindo a relação entre poder e prazer (homo)sexual na Penitenciária Feminina da Capital*. Caxambu: Anais do 34º Encontro Anual da Anpocs, 2010b.
- POLICARPO, Frederico. *O Usuário e a Nova Lei de Drogas: apontamentos preliminares para pesquisa*. Porto Seguro: Anais da 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, 2008.
- RAMALHO, José Ricardo. *Mundo do crime: a ordem pelo avesso*. Biblioteca Virtual de Ciências Humanas do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. Disponível em www.bvce.org.
- SARTI, Cinthya A. A família como universo moral. In: SARTI, Cinthya A. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. São Paulo: Editora Cortez, 2005.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, 16(2), jul.-dez., p. 5-22, 1990.
- SILVESTRE, Giane. *Dias de visita: uma sociologia da punição e das prisões*. São Paulo: Alameda, 2012.
- TELLES, Vera. Illegalismos urbanos e a cidade. In: *Novos estudos Cebrap*, 84, julho 2009, pp. 153-173.
- VARELLA, Drauzio. *Estação Carandiru*. São Paulo: Companhia das letras, 1999.
- _____. *Carcereiros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- VELHO, Gilberto. *Nobres e anjos: um estudo de tóxicos e hierarquia*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998.
- WACQUANT, Loïc. *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011, 2ª edição.
- WOORTMANN, Klaas; WOORTMANN, Ellen F. *Monoparentalidade e Chefia feminina: conceitos, contextos e circunstâncias*. Pré-evento Mulheres Chefes de Família: Crescimento Diversidade e Políticas. Ouro Preto: ABEP, 2002.

ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1985.